

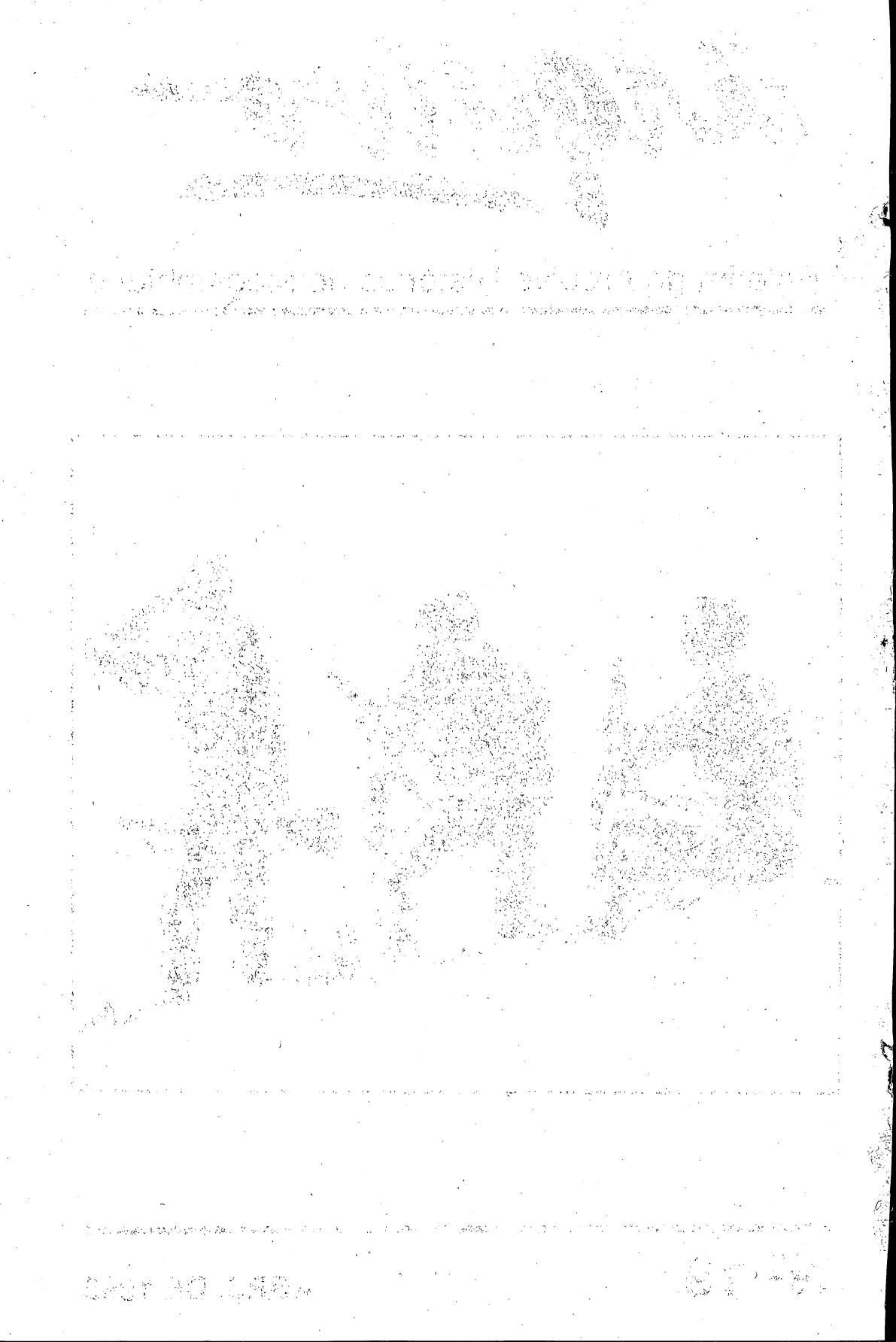
Arquivo

Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique



Nº 19

ABRIL DE 1996



arquivo

**Boletim Semestral do
Arquivo Histórico de Moçambique**

SUMÁRIO

Apresentação	3
Desmobilização e Reintegração de Ex-Combatentes em Moçambique <i>por João Paulo Borges Coelho e Alex Vines</i>	5
Pós-Guerra e Recuperação Económica no Distrito de Malema <i>por Adriano Manuel Malache</i>	111
Documento: Graves Problemas Suscitados pela Emigração para a África do Sul em 1960	135
Acervo	151

arquivo

Boletim Semestral do
Arquivo Histórico de Moçambique
Universidade Eduardo Mondlane

Director: Inês Nogueira da Costa
Editor: João Paulo Borges Coelho

47/INLD/87

Nº. 19, Abril de 1996

APRESENTAÇÃO

Neste número começamos por apresentar um estudo sobre uma parte importante do recente processo de transição para a paz em Moçambique, que diz respeito ao processo de desmobilização e reintegração dos combatentes. Se a desmobilização foi concluída de forma praticamente exemplar, a reintegração dos desmobilizados na sociedade, pelo contrário, tem levantado inúmeros problemas e continua a ser uma questão actual, agora que termina o período em que os antigos soldados beneficiaram de subsídios mensais e são visíveis sinais de descontentamento por todo o país.

O segundo texto descreve o impacto da guerra em Malema, um distrito do interior de Nampula, e procura entender os problemas com que ele se debate na luta para apagar as marcas do conflito e entrar numa senda de desenvolvimento. Particular realce é dado à necessidade de uma rede comercial que estimule o crescimento da produção agrícola campesina.

Na rubrica "Documento", apresentamos duas notas coloniais dos anos sessenta que deixam transparecer as preocupações do regime face aos primeiros sinais da consciência nacionalista moderna na região.

Como habitualmente, encerramos o número com a rubrica "Acervo".

Inês Nogueira da Costa



DESMOBILIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO DE EX-COMBATENTES EM MOÇAMBIQUE

João Paulo Borges Coelho**
e Alex Vines***

DESMOBILIZAÇÃO DE COMBATENTES NA TRANSIÇÃO PARA A PAZ EM MOÇAMBIQUE

1. Introdução

A chegada de Aldo Ajello, Representante Especial Interino do Secretário Geral das Nações Unidas (SRSG), a Maputo em 15 de Outubro de 1992, assinalou o início de um processo de transição em Moçambique que deveria, em princípio, durar dois anos.¹ Em Roma, 11 dias antes, o Presidente Chissano e Afonso Dhlakama, o líder da Renamo, tinham assinado o Acordo Geral de Paz (AGP), e ambas as partes haviam concordado que esta transição para a paz seria "monitorada"

*Versão ligeiramente alterada do relatório financiado pela USAID/Maputo, originalmente publicado como *Pilot Study on Demobilization and Re-integration of Ex-combatants in Mozambique*, Refugee Studies Programme, Universidade de Oxford, Outubro de 1994.

**Universidade Eduardo Mondlane.

***Human Rights Watch.

pelas Nações Unidas. Neste sentido, Chissano enviou no mesmo dia uma carta ao Secretário Geral, convidando as Nações Unidas a mediar o processo.² Cinco dias depois, o Secretário Geral Boutros-Ghali submetia ao Conselho de Segurança o seu primeiro relatório sobre o processo de transição em Moçambique e, a 13 de Outubro, uma semana após a assinatura do AGP, o Conselho de Segurança aprovava a nomeação de um Representante Especial Interino do Secretário Geral das Nações Unidas (SRSG) para Moçambique.³ No dia da chegada de Ajello, ou Dia E segundo o Acordo,⁴ iniciaram-se uma série de processos paralelos relacionados com a implementação do AGP, interligados entre si mas mantendo algum nível de autonomia. É propósito desta secção analisar este período de transição com um enfoque especial no Processo de Desmobilização e Reintegração (PDR), procurando definir as razões que fizeram com que ele tomasse uma determinada forma em resultado das influências sobre ele exercidas pelo processo de transição política. Assim, este estudo cobrirá o processo de acantonamento das tropas em Centros de Acantonamento (CAs) separados, o seu desarmamento e subsequente transferência, quer para o novo exército quer para a vida civil (desmobilização *de facto*).

Neste período de transição podem definir-se cinco fases principais:

a) desde o Dia E, 15 de Outubro de 1992, quando o AGP começou a ser implementado, até Novembro de 1993, a data de início, de facto, do acantonamento de tropas nos CAs;

b) desde essa data até Março de 1994, altura em que a desmobilização começou a ser levada a cabo;

c) o processo de desmobilização, concluído em finais de Agosto de 1994;

d) o período entre a conclusão da desmobilização e a realização das eleições gerais de 27 e 28 de Outubro de 1994;

e) finalmente, um período ainda em curso que inclui o processo contínuo de reintegração dos antigos combatentes após as primeiras eleições gerais, sob um novo Governo eleito.

2. Estabelecendo as Estruturas para "Monitorar" o PDR

As principais estruturas de regulação e "monitoração" deste processo começaram a ser montadas a partir de 3 de Novembro de 1992, obedecendo ao definido no AGP como o papel da Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), como mediadora do acordo. Nessa data foi criada a Comissão de Supervisão e Controlo (CSC), com a função de supervisar todo o processo ao nível mais alto, assumindo a responsabilidade de garantir a interpretação legal do Acordo, dirimir litígios entre as partes e coordenar as actividades das restantes comissões a ser criadas.⁵ Tais comissões, que passaram a funcionar de forma semi-autónoma mas enquanto corpos executivos e técnicos supervisados pela CSC, incluíam: a Comissão de Cessar-Fogo (CCF), a Comissão Conjunta para a Formação das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique (CCFADM), e a Comissão para a Reintegração dos Militares Desmobilizados (CORE).⁶

Em paralelo com o estabelecimento das comissões acima referidas e da ONUMOZ, a operação das Nações Unidas no país começou a tomar forma, sobretudo a partir de inícios de Dezembro. Segundo a Resolução 797 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a ONUMOZ⁷ deveria desempenhar um mandato com quatro componentes: politicamente, deveria criar condições, com imparcialidade, para a implementação do Acordo, particularmente na direcção da CSC e das outras comissões subordinadas; militarmente ela deveria, entre outras coisas, "monitorar" e verificar a implementação do cessar-fogo, assim como a separação e acantonamento, selecção e desmobilização das forças, garantindo a recolha e destruição do armamento. Deveria também controlar a retirada dos contingentes malawiano e zimbabweano dos corredores da Beira, Limpopo e Nacala, supervisar o desmantelamento de tropas irregulares, privadas e não-oficiais; no campo eleitoral, a operação deveria "monitorar" e apoiar tecnicamente o processo de eleições gerais; finalmente, no campo humanitário, ela deveria coordenar todas as formas de apoio aos refugiados, deslocados, soldados desmobilizados e populações afectadas pela fome, através do seu Gabinete de Coordenação da

Assistência Humanitária, UNOHAC.⁸

Para desempenhar o seu mandato, a ONUMOZ criou departamentos militar e civil. O departamento militar deveria integrar entre 7.000 e 8.000 soldados,⁹ além de 350 observadores militares e 42 observadores especiais, metade dos quais para a polícia e a outra metade para os serviços de informações. A componente civil deveria incluir 220 observadores civis do processo eleitoral. Calculava-se que a operação da ONUMOZ, que incluía a "monitoração" do acantonamento, desarmamento e desmobilização de perto de 110.000 combatentes de ambos os lados, assim como a constituição do novo exército nacional e o reassentamento de 5 a 6 milhões de refugiados e deslocados, viesse a custar cerca de 331 milhões de dólares americanos (1 milhão por dia, aproximadamente) até 31 de Novembro de 1993.¹⁰

3. Criando as Condições para o Acantonamento das Tropas (Outubro de 1992 — Novembro de 1993)

Segundo o AGP, o término do conflito armado deveria processar-se em quatro fases: o cessar-fogo, a separação das forças, a concentração das forças e a desmobilização.¹¹ O AGP também definiu um calendário para esta operação: a 15 de Outubro de 1992 deveria ser instalada a CCF; a 15 de Novembro ambas as partes definiriam as tropas a ser desmobilizadas e o processo iniciar-se-ia; a 15 de Dezembro pelo menos 20 por cento do total de tropas deveriam estar já desmobilizados, seguindo-se a desmobilização mensal de 20 por cento do total até à conclusão do processo, prevista para 15 de Abril de 1993.¹²

Cedo esta previsão se mostrou demasiado optimista, à medida em que o processo de separação e concentração das forças se foi revelando muito mais complicado que o previsto, o que, por sua vez, originou atrasos nos prazos de acantonamento, para não referir os da desmobilização.

Embora o cessar-fogo tivesse sido prontamente respeitado, vários problemas contribuíram para o atraso na concentração das forças, começando pela definição da localização dos Centros de Acantonamento, um processo que

acabou por arrastar-se por mais de um ano. Logo na sua sessão de 10 de Novembro, a CCF havia identificado 49 CAs, dos quais 29 para as tropas do Governo e 20 para as da Renamo. Na mesma ocasião, o Governo anunciou que tinha 61.638 soldados para acantonar, referindo a Renamo 21.000.¹³ Mas a partir daí foram lentos os progressos, situação essa que a chegada, também lenta, das tropas da ONUMOZ ao país não ajudou. Por volta de Fevereiro de 1993, o pessoal da ONUMOZ tinha apenas aumentado dos 10 iniciais que haviam chegado com Ajello (número, por sua vez, bem abaixo do inicialmente previsto) para cerca de 100, na sequência da chegada do Major-General Lélio Gonçalves, primeiro comandante militar nomeado para a ONUMOZ. Só a partir de Maio é que o contingente da ONUMOZ foi considerado adequado.¹⁴ Tal aconteceu depois da data na qual, segundo o plano inicial, a desmobilização deveria ter sido concluída. Tais atrasos na constituição da operação militar de observação das Nações Unidas pouco contribuíram para um início harmonioso do processo de acantonamento, até porque ambas as partes (particularmente a Renamo) se mostravam relutantes em prosseguir sem que estivessem presentes garantias de segurança das Nações Unidas.

O principal factor por detrás do atraso do acantonamento foi, sem dúvida, a falta de confiança entre as partes, em si e na medida em que arrastaram outros factores tais como os problemas logísticos causados pela localização de alguns Centros de Acantonamento. A disputa em torno da selecção e localização dos CAs devia-se ao facto de cada uma das partes se encontrar pouco inclinada a conceder vantagens estratégicas ao adversário. Começaram por ser definidos 12 centros, mas a localização dos seguintes tornou-se mais complicada. O primeiro desentendimento sério a este respeito surgiu em torno de uma proposta da Renamo para estabelecer um CA entre Bela Vista e Salamanga (na província de Maputo), que deparou com a recusa do Governo na base da alegação que tal zona se situava perto de um batalhão governamental. Da mesma forma, a Renamo recusou a instalação de um Centro de Acantonamento do Governo em Nhapalapala (Sofala), alegando que tal área se encontrava na sua zona de influência e havia sido ilegalmente ocupada por

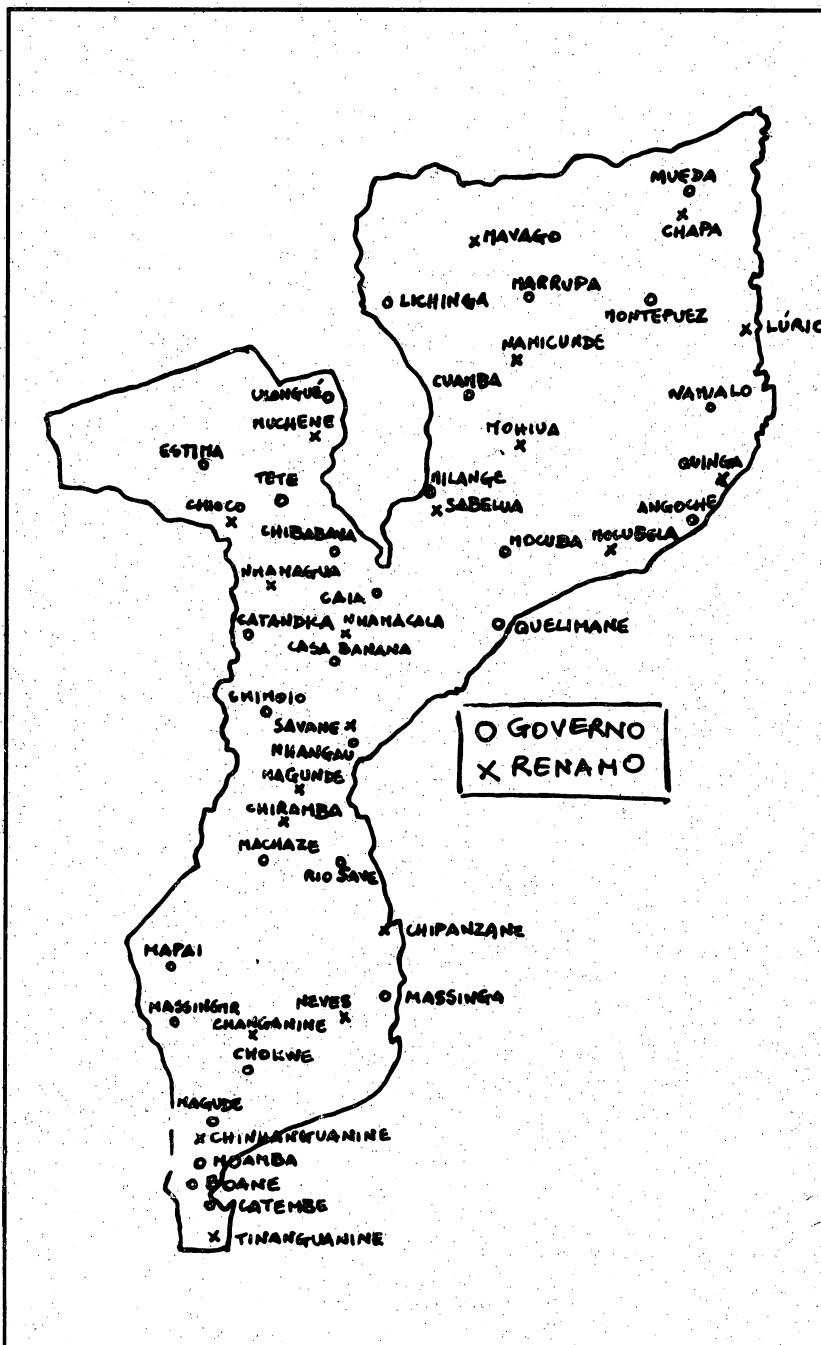
tropas governamentais após a assinatura do AGP. Relativamente à metodologia seguida, a Renamo recusava-se a abandonar as suas áreas e a partir para os centros sem receber garantias que a protecção de tais áreas seria assegurada pela ONUMOZ. Só a partir de 13 de Janeiro de 1993 é que representantes da Cooperação Suíça, da Comunidade Europeia, da UNICEF e da Organização Mundial de Saúde (OMS) começaram a visitar os locais propostos para avaliar as necessidades em termos de habitação, sanidade, alimentação e vestuário, assim como os problemas relativos ao registo e identificação dos combatentes acantonados nesses centros.¹⁵

Em 22 de Janeiro de 1993, ambas as partes aceitavam a proposta de Ajello de se proceder a um "acantonamento gradual". Segundo este esquema, seriam identificados 49 locais em quatro fases, utilizando-se a "equidade estratégica" como princípio básico, mas seguindo também critérios como o do acesso relativamente fácil e a qualidade das condições e infraestruturas. Enquanto começavam os trabalhos de melhoramento das condições nos primeiros 12 centros, Ajello previa a selecção de mais 12 antes do final de Fevereiro. Deve notar-se que, segundo o AGP, a recolha de armamento por parte das Nações Unidas se deveria ter iniciado em Novembro de 1992. Consequentemente, Ajello revelou abertamente, pela primeira vez, a sua apreensão relativamente aos atrasos do processo, apesar de reconhecer que na base de tudo estava o cuidado que cada uma das partes punha em evitar a concessão de vantagens geográficas e estratégicas à outra. Ajello tinha boas razões para considerar que os atrasos na desmobilização das tropas acabariam por atrasar, por sua vez, outros processos incluídos no AGP.

Em Março de 1993 era generalizado o clima de desconfiança entre as partes. A Renamo acusava o Governo de se recusar a acelerar a implementação do AGP e o Governo acusava a Renamo de "manobras dilatórias", em particular de continuar a recusar-se a instalar pessoal seu em Maputo de forma a tornar possível o início dos trabalhos nas comissões entretanto criadas, na base de alegações de falta de alojamento. Entretanto, o lento estabelecimento das tropas das Nações Unidas continuava a enfraquecer o clima de

confiança no terreno. Embora a situação se mantivesse calma, o facto de continuarem a existir combatentes armados de ambas as partes significava uma grande ameaça ao processo. Manfredo Di Camerana, embaixador italiano, exprimia grande preocupação em 24 de Março, acusando a burocracia das Nações Unidas de dificultar a agilização do processo. Ele defendia um plano de acção virado para uma definição mais clara das prioridades, com atenção especial concedida ao acantonamento das tropas.¹⁶

As três partes, Governo, Renamo e ONUMOZ, tinham perspectivas diferentes da situação. A Renamo continuava a tentar atrasar o processo, procurando aquilo que se poderia designar de política de "linkage", ligando directamente o acantonamento das suas tropas às garantias das Nações Unidas de que as áreas abandonadas pelo movimento seriam protegidas. Por volta de Março, as reservas da Renamo relativamente ao acantonamento pareciam estar também ligadas ao recrutamento ilícito de antigos membros do SNASP para a polícia,¹⁷ uma posição reiterada em Abril, quando Dhlakama anunciou que só ordenaria o acantonamento das tropas da Renamo depois do contingente policial das Nações Unidas estar em posição de força suficiente em Moçambique para assegurar a segurança do território.¹⁸ Dhlakama mencionava também, pela primeira vez, que sem dinheiro para transformar a Renamo de movimento guerrilheiro em partido político ele jamais aceitaria acantonar as suas tropas.¹⁹ Em Junho, no decorrer de conversações com George Moose, Subsecretário de Estado Adjunto para os Assuntos Africanos dos Estados Unidos da América, Dhlakama voltava a referir a necessidade de se financiar a transformação da Renamo em partido político, acrescentando pela primeira vez que sem novos uniformes as suas tropas não iriam para os centros.²⁰ Finalmente, Hermínio Morais, representante da Renamo na CCF, afirmava que o acantonamento das tropas da Renamo só se iniciaria após a identificação dos 49 centros de acantonamento.²¹ A política de "linkage" da Renamo, visando desacelerar uma evolução que o movimento não estava em posição de controlar, atingiu talvez a sua expressão mais alta numa agressiva intervenção de Raul Domingos na abertura da Conferência de Doadores em Maputo, em 9 de Junho.



Localização dos Centros de Acantonamento (CAs) em Moçambique

Se a Renamo procurava atrasar o ritmo de acantonamento, o Governo, pelo contrário, parecia ter razões para o agilizar devido às dificuldades crescentes em manter os seus grandes contingentes. O problema do Governo parecia apresentar-se como uma combinação de falta de recursos financeiros com um funcionamento muito deficiente dos serviços financeiros militares. Em finais de Março e inícios de Abril foi desencadeada uma operação militar especial nos arredores de Maputo para neutralizar uma revolta de militares desmobilizados anteriormente ligados à segurança presidencial. Incidentes similares ocorreram em Nampula, onde os soldados exigiam melhores salários (ou, simplesmente, que lhes fossem pagos os seus salários).

De forma a aliviar o fardo do Governo, mas também, talvez, para ensaiar os procedimentos requeridos relativamente a um programa de desmobilização sob coordenação das Nações Unidas, em Abril e Maio procedeu-se à "adequada" desmobilização de soldados do Governo que já haviam sido dispensados antes da assinatura do AGP. A Unidade Técnica da ONUMOZ devia registar esses soldados e enviar a lista de nomes para os Ministérios da Defesa e das Finanças que, por sua vez, organizariam o transporte das tropas para zonas à sua escolha e pagariam seis meses de salário como compensação (em duas prestações: três meses de imediato, mais três meses após o seu regresso para tais zonas). O transporte, aéreo, terrestre ou marítimo, deveria ser coordenado pela OIM (Organização Internacional de Migração), sob coordenação da UNOHAC. Segundo o Ministério das Finanças, a operação custou cerca de 3 milhões de dólares.

Mas os interesses de ambas as partes pareciam antagónicos. O Governo procurava manter a imagem de entidade que pretendia garantir a paz a qualquer custo e o mais depressa possível, tentando ganhar a opinião pública para o processo. Ele tentava igualmente fazer passar a imagem da Renamo como movimento rude do mato, dificilmente capaz de se transformar em partido político "civilizado". Em Abril procurou denunciar a utilização de crianças-guerrilheiras pela Renamo, e incidir a atenção na questão das "duas administrações", tornada importante pela resistência da Renamo em permitir o acesso de funcionários

governamentais às suas zonas. O Governo insistiu muito nestas questões, convencido, talvez, de que a comunidade internacional não aceitaria a posição da Renamo.

E, todavia, a posição da Renamo era compreensível. A filosofia por detrás do AGP era que todos os protagonistas deveriam ajudar a Renamo a adquirir uma "face humana" mas, apesar disso, o facto era que, como afirmava Dhlakama, "a opinião pública está a tentar pressionar a Renamo a desmobilizar as suas forças". Em face de tais pressões a Renamo endureceu a sua posição, alegando novamente que o Governo reforçara a polícia por meio de recrutamentos clandestinos. Consequentemente, a Renamo exigia também um papel no controle dos postos policiais.²² Em Julho o clima era de suspeita e confrontação. A Renamo reclamava o direito de administrar as suas zonas e de nomear alguns governadores provinciais antes que se pudesse dar outros passos no processo de paz. A exigência cresceu de forma a incluir, em Agosto, cinco governos provinciais. Dhlakama afirmava:

"Nós controlamos as nossas zonas. É necessário integrá-las na administração estatal. Mas como podemos aceitar uma situação em que as nossas zonas ficarão submetidas a um governador da Frelimo?"²³

Durante este período tornaram-se evidentes as dificuldades da ONUMOZ em tomar a iniciativa e em assegurar algum nível de controlo dos acontecimentos. O facto da chegada lenta dos contingentes militares das Nações Unidas determinou talvez uma abordagem mais "diplomática". Ajello passou a visitar Maringué com frequência, para discussões com Dhlakama. Apesar de tudo, a ONUMOZ mantinha uma perspectiva optimista do processo, fazendo esforços para que o acantonamento de tropas se iniciasse. Ficaram prontos para ser ocupados seis centros de acantonamento (dois em cada região, norte, centro e sul) e foi indicada uma data para o início do processo: 21 de Junho de 1993. Subsequentemente, tal data era adiada para 15 de Julho de 1993.

A partir de Julho devem ter-se em conta dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, a ONUMOZ reforçou a sua posição dado ter completado o seu contingente no terreno, e em segundo o Conselho de Segurança endureceu o tom,

pressionando o Governo e a Renamo a iniciarem imediatamente a desmobilização e solicitando um novo relatório do Secretário Geral para inícios de Agosto. Talvez desta pressão tenha resultado a primeira cimeira Chissano/Dhlakama, que teve finalmente lugar em 23 de Agosto. Os resultados mais significativos desta cimeira ocorreram nos delicados campos da administração territorial e da polícia. Em relação ao primeiro, Dhlakama aceitou a necessidade de haver apenas uma administração em todo o território, "de forma a que as zonas sob controlo da Renamo também possam beneficiar do orçamento do Estado", como afirmou. Na ocasião ele desistiu da exigência de governar em algumas províncias em favor da criação de postos de conselheiros dos governadores em cada província. Sobre a polícia, ambos os dirigentes concordaram na necessidade da neutralidade daquela, e solicitaram o envio de um contingente internacional de polícias das Nações Unidas para supervisar as actividades da polícia moçambicana e fornecer apoio técnico à COMPOL. A questão do acantonamento não foi objecto de qualquer acordo especial.²⁴

Apesar de desanuviar o clima político e estabelecer um acordo em relação a temas importantes, a cimeira não alterou a posição essencial das duas partes. Em Setembro a Renamo permaneceu inflexível, mantendo a sua política de "linkage".²⁵ Dhlakama continuava a levantar obstáculos, velhos e novos. Em 5 de Setembro afirmava que a menos que se dessem passos importantes tais como a reabilitação das estradas, as eleições não teriam lugar em Outubro de 1994. Alguns dias mais tarde a Renamo afirmava que não desmobilizaria as suas tropas antes da dissolução dos grupos para-militares controlados pelo Governo.²⁶ Em 20 de Setembro em Nairobi (Quénia), Dhlakama continuava a levantar obstáculos: sem os fundos prometidos pelos países ocidentais para transformar a Renamo em partido político, sem o repatriamento de todos os refugiados e o reassentamento de todos os deslocados, não poderia haver eleições.²⁷ Ao mesmo tempo começaram a surgir os primeiros sinais de hostilidade aberta da Renamo em relação às Nações Unidas, com Dhlakama a afirmar que aquelas tinham uma postura unilateral que favorecia o Governo. Alguns dias mais tarde, talvez sob grande pressão,

Dhlakama afirmava candidamente que não era intenção da Renamo adiar as eleições e que estas se podiam realizar mesmo que as condições para a desmobilização não estivessem criadas.²⁸ Embora pudesse dar-se o caso da Renamo estar apenas a tentar salientar a importância dos pontos por ela referidos, este tipo de desenvolvimento conduziria à realização de eleições numa altura em que ambos os partidos permaneciam armados, uma situação muito perigosa e, consequentemente, inaceitável, como o caso angolano havia claramente demonstrado. Entretanto, a Renamo não parecia muito interessada em fazer trabalhar as comissões criadas. Em finais de Setembro os membros da CSC por parte da Renamo faltavam simplesmente a uma importante sessão para se dirigirem todos ao quartel-general do movimento, em Maringué, para consultas com a sua direcção.²⁹

Nesta altura a Renamo estava a ficar perigosamente isolada, o que punha em risco todo o processo de paz. Boutros Ghali realizou então uma visita a Moçambique, onde foi confrontado com todas as reclamações do movimento de Dhlakama. Na ocasião da visita, o Secretário Geral das Nações Unidas conseguiu um compromisso sobre a lei eleitoral, o acantonamento e desmobilização das tropas regulares, o desmantelamento das forças irregulares e o funcionamento das comissões da polícia, informação e administração territorial.³⁰

Na sequência da visita de Boutros Ghali, as Nações Unidas chegaram a acordo com o Governo e a Renamo, em 22 de Outubro, no sentido de recalendarizar a implementação do AGP. A data de 30 de Novembro foi estabelecida para o início do processo de acantonamento, enquanto que a segunda fase — a desmobilização — deveria iniciar-se em Janeiro de 1994 e estar concluída em Maio.³¹ Mas tal como antes, as Nações Unidas continuavam a ter pouca capacidade de interferir nas estratégias e problemas de cada uma das partes no terreno. Em 22 de Outubro, parte de um batalhão militar (cerca de 250 homens) anteriormente colocado na protecção do Corredor da Beira revoltou-se e bloqueou o tráfico durante alguns dias. Dias depois, 200 soldados bloqueavam também a estrada no Dondo, exigindo os seus

salários. Mais a norte, em Tete, soldados do 1º Batalhão da 4ª Brigada de infantaria motorizada bloqueavam a estrada em Moatize, exigindo 4 meses de salário em atraso.³² Comentando estes incidentes, Júlio Joaquim Nimuri, presidente da AMODEG (Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra) avisava que era possível um retorno à guerra se o Governo continuasse a negligenciar aqueles que tinham servido militarmente os seus interesses.³³

Quanto aos interesses da Renamo, eles estavam claramente relacionados com uma desaceleração do processo de desmobilização, dado que a força militar era talvez a sua única cartada (para além das supostas garantias das Nações Unidas) para conseguir aquilo que Dhlakama tinha exigido desde o início, nomeadamente a retenção de algum nível de controle territorial e a obtenção de fundos para transformar a organização em partido político. Dhlakama alegava que a transformação da Renamo em partido político era uma questão vital. Se a direcção perdesse o controlo do movimento (devido à falta de fundos) o processo democrático entraria em colapso. "É necessário ajudar a Renamo a manter a disciplina dos seus militares e políticos até à realização das eleições".³⁴ Segundo Dhlakama,

"logo que os mecanismos de supervisão da polícia e de fornecimento de condições para a polícia especial forem implementados, a Renamo estará disposta a iniciar o acantonamento e desmobilização das suas forças, e a participar na criação do exército conjunto".

Apesar da atitude mais colaborante que o movimento foi obrigado a patentear na sequência da visita de Ghali a Moçambique, os velhos problemas voltavam recorrentemente à superfície.

4. Acantonamento das Tropas

O processo de acantonamento iniciou-se em 30 de Novembro, neste contexto instável. O AGP, particularmente o seu Protocolo 4 sobre as questões militares, fornecia o quadro da operação. A Secção 6 tratava da reintegração social e económica dos militares desmobilizados. Ela determinava a

criação da CCF e da CORE. A CCF deveria implementar o processo de desmobilização, planeá-lo e organizá-lo, e depois dirigi-lo e orientá-lo. Consequentemente, a CCF moldou a evolução do processo, particularmente na sua primeira fase de acantonamento e desmobilização das tropas de ambas as partes em CAs separados. Estes campos deviam ter um comandante do Governo ou da Renamo, e estar sob estreita vigilância das Nações Unidas. A ONUMOZ, em coordenação com diversos departamentos e agências, deveria dotar os campos das condições básicas. Assim, por exemplo, a UNICEF apoiaria no fornecimento de água, a OMS (e o Departamento de Saúde Militar do Governo, no caso dos campos governamentais) na saúde, a OIM no transporte dos soldados e população deslocada. À chegada aos centros, as tropas deviam ser registadas, receber cartões de identificação e entregar as suas armas, que seriam guardadas em armazéns especiais providos de duas chaves, uma na posse dos comandantes dos centros e outra com o representante da ONUMOZ no local. Após estes procedimentos, os combatentes eram considerados acantonados e os registos enviados para Maputo (semanalmente no caso das tropas governamentais e duas vezes por mês no caso das da Renamo). Ambas as partes decidiriam então quais dos seus homens deveriam ser integrados no novo exército nacional e quais deveriam ser desmobilizados. Cada uma das partes transferiria 15.000 dos seus homens para o novo exército.³⁵

Os soldados desmobilizados deveriam receber um cartão de desmobilização, roupas civis, alimentação para a viagem de regresso a casa e três meses de salário adiantado quando ainda se encontrassem nos CAs, mais o seu salário pago mensalmente pelas autoridades das suas zonas de origem ou das zonas onde optassem por se estabelecer. A OIM e a UNOHAC deveriam subscrever este compromisso, a primeira destinando 16 milhões de dólares para o transporte e a segunda prevendo uma despesa de 50 milhões de dólares, de um total de 90 milhões destinados à reintegração social e económica dos soldados desmobilizados e suas famílias.

Todavia, existiam diferenças de opinião no seio das agências das Nações Unidas e outros doadores sobre a maneira como o processo de desmobilização poderia ser

melhor apoiado. Uma opinião argumentava que as Nações Unidas deveriam canalizar recursos para o objectivo de longo-prazo da reintegração dos soldados na sociedade moçambicana. A outra opinião defendia objectivos considerados mais realistas e de curto-prazo, considerando que o seu envolvimento se deveria limitar à remoção da ameaça imediata representada pelo descontentamento dos militares que esperavam a desmobilização. O mais longe que esta segunda perspectiva estava preparada para ir consistia no alargamento do período de pagamento da compensação monetária aos desmobilizados por mais alguns meses, procurando assim garantir a desmobilização mais rápida do maior número de tropas possível.

Em 30 de Novembro, a data recalendariada para o início do acantonamento das tropas, tinham já sido identificados 36 dos 49 centros de acantonamento. Reconheceu-se, no entanto, que a abertura de todos eles ao mesmo tempo desequilibraria o faseamento do programa, que se reconhecia deveria avançar na base de um certo equilíbrio entre ambas as forças. Na sequência de uma proposta da Unidade Técnica da ONUMOZ, acordou-se que se começaria pela abertura de 20 centros, 12 para as tropas do Governo e 8 para as da Renamo. O progresso foi lento devido às más condições de comunicação de ambas as partes, particularmente da Renamo (a ONUMOZ, pelo contrário, estava provida de comunicações por satélite que lhe permitiam um contacto permanente com cada centro). As ordens levavam tempo a chegar aos comandantes no terreno e os combatentes indicados para desmobilização tinham muitas vezes que caminhar a pé durante dias, em direcção aos centros. Apesar de tais dificuldades, o processo iniciou-se na data prevista.

Todavia, cedo regressaram as disputas, agora sobre o número de tropas acomodadas, o que originou o primeiro desacordo sério e público entre o Governo e a ONUMOZ. O primeiro contestou vigorosamente as primeiras estimativas anunciadas pela ONUMOZ. Segundo o Governo, a ONUMOZ apresentava sistematicamente números ~~mais~~ baixos para as tropas governamentais, diminuindo assim o seu esforço de acomodação de tropas aos olhos do público.³⁶ A ONUMOZ

minimizou estas críticas, sugerindo que a explicação mais plausível para esta discrepância nos números de soldados passados pelos centros resultava de entendimentos diferentes sobre a definição técnica de "acomodação". Aparentemente o Governo baseava os seus cálculos no número de combatentes entrados nos CAs, enquanto que a ONUMOZ considerava acomodados apenas os combatentes que já se haviam registado, entregado as suas armas e recebido cartões de identificação.

Segundo a metodologia utilizada nos CAs, o soldado era considerado *chegado* quando entrava no campo e reportado como presente pelo comandante do campo no seu relatório diário (Sitrep) para o representante local da ONUMOZ. O passo seguinte era a *confirmação*, que consistia no registo individual dos soldados em folhas de registo da ONUMOZ, a na consequente atribuição de números individuais de registo. O soldado só era considerado oficialmente registado após ter preenchido o cartão de registo da Unidade Técnica da ONUMOZ. O Quadro 1 apresenta o número dos soldados que passaram por estas diferentes fases no decorrer dos primeiros 20 dias do processo, e mostra como a diferença de critérios podia conduzir a sérias discrepâncias de números.

QUADRO 1:
Tropas Acantonadas nos Primeiros 20 dias de Dezembro

Dia	Tropas do Governo			Tropas da Renamo		
	Cheg.	Confirm.	Regist.	Cheg.	Confirm.	Regist.
06	2,142	1,856	522	615	156	156
10	3,618	3,309	2,005	687	559	156
12	5,063	4,290	3,318	761	570	570
17	6,239	5,619	5,000	1,325	1,144	875
20	6,844	5,894	5,894	2,518	1,609	1,357

Fonte: *Notícias*, 11, 14, 18, 21 de Dezembro de 1993.

Se não se considerarem as dificuldades que cada uma das partes tinha que enfrentar no terreno, atrás referidas, então não há razões para crer que, quer o Governo quer a Renamo tenham tentado atrasar o processo de forma deliberada. A apoiar esta interpretação estão os números de soldados que cada uma das partes deveria apresentar nos vinte centros de acantonamento durante o período, nomeadamente 25.976 para o Governo e 6.961 para a Renamo.³⁷ O Quadro 2, baseado na chegada de tropas aos centros (talvez a melhor categoria para indicar a *intenção* de acantonar tropas) mostra que ambas as partes mantiveram razoável nível de empenhamento durante a primeira semana. Na segunda semana o Governo manteve um bom "ritmo de acantonamento" (mesmo se abaixo do inicialmente previsto), enquanto que a Renamo reduziu claramente o seu ritmo, apresentando apenas 10,8 por cento contra os 19,4 por cento do Governo no dia 12. Foi nesta altura que o Governo reagiu vigorosamente, opondo-se abertamente àquilo que estava planeado para esta fase, nomeadamente a transferência, pela ONUMOZ, de todo o armamento dos CAs para depósitos regionais enquanto a situação não normalizasse.³⁸

QUADRO 2:
"Ritmo de Acantonamento" de Ambas as Partes em Dezembro (%)

Dia	Governo	Renamo
06	8.2	8.8
10	13.9	9.8
12	19.4	10.8
17	24.0	19.0
20	26.3	36.1

Em reunião da CSC, a Renamo prometeu aumentar o seu ritmo de acantonamento, o que veio efectivamente a acontecer na terceira semana.³⁹ Por volta do dia 20 a Renamo estava já à frente do Governo a este respeito.

A partir de 20 de Dezembro o processo de acantonamento entrou na sua segunda fase, que consistia na abertura dos restantes 29 centros de acantonamento, dos quais dois — Dunda e Salamanga — permaneciam ainda sob discussão.⁴⁰

Duas questões principais prevaleceram nos últimos dias de 1993 e primeiros de 1994: o atraso cada vez maior no acantonamento das tropas do Governo e os primeiros problemas logísticos graves nos CAs.

QUADRO 3:
"Ritmo de Acantonamento" de Ambas as Partes
em Janeiro e Fevereiro de 1994⁴¹

	Governo		Renamo	
	%	%	%	%
15 Jan	8.344	13,6	5.500	26,1
01 Fev	13.197	21,6	7.392	35,1
15 Fev	23.858	39,0	10.033	47,7
18 Fev	25.055	40,9	10.113	48,1

Os atrasos da parte do Governo tenderam a agravar-se no mês de Janeiro (nos primeiros 15 dias deste mês o Governo acantonou apenas 58 soldados). Ajello convocou então uma reunião da CSC para discutir as razões avançadas pelo Governo para justificar a situação.⁴² Em finais do mês a situação pouco se tinha alterado, mantendo o Governo que o problema era meramente técnico e não político. A CSC apelou então ao Governo para que fosse mais flexível na movimentação das suas tropas para os centros, de forma a que os próximos passos do processo não ficassem ameaçados. Só no início de Fevereiro é que a situação começou realmente a melhorar a este respeito.

QUADRO 4:
Centros de Acantonamento por Data de Abertura

	30 Nov 93	20 Dez 93	01 Fev 94
Governo	Lichinga Ni	Mueda CD	Cuamba Ni
	Marrupa Ni	Milange Z	Angoche Na
	Montepuez CD	Quelimane Z	Mocuba Z
	Namialo Na	Ulongué T	Tete T
	Estima T	Catandica Mn	Chimoio Mn
	Machaze Mn	Casa Banana S	Nhangau S
	Cala S	Rio Save I	Chokwe G
	Chibabava S	Mapai G	Boane Mp
	Massinga I	Catembe Mp	
	Massingir G		
Renamo	Moamba Mp		
	Magude Mp		
	Mavago Ni	Namicunde Ni	Mocubela (Z)
	Lúrio Na	Chapa CD	Sabelua (Z)
	Mohiua Z	Quinga Na	Nhamagua (Mn)
	Chioco T	Muchene T	Savane (S)
	Chiramba S	Chipanzane I	Nhamacala (S)
	Magunde S	Changanine G	Tinanguanine (Mp)
	Neves I		
	Chinhanguanine Mp		

Províncias: Ni = Niassa; CD = Cabo Delgado; Na = Nampula; Z = Zambézia; T = Tete; Mn = Manica; S = Sofala; I = Inhambane; G = Gaza; Mp = Maputo.

Fonte: Unidade Técnica da ONUMOZ, "Movimento de Militares nas A/A".

De facto, os problemas dos CAs eles próprios, particularmente os de ordem logística, parecem ter tido implicações mais sérias do que a mera chegada tardia dos combatentes. No caso dos soldados do Governo, não se tratava apenas de descontentamento devido às condições nos centros, mas também de outro tipo de problemas relacionados

com salários em atraso, compensações prometidas e não cumpridas, exigência de aumentos salariais, etc. Estas questões, associadas à indisciplina generalizada, estiveram por detrás da série de levantamentos que ocorreram particularmente no norte do país. Em meados de Dezembro, tropas já acantonadas abandonaram o centro de Namialo (na província de Nampula) e ocuparam a estação de caminhos-de-ferro e vários edifícios públicos, exigindo uma vasta gama de compensações. Estas mesmas tropas instalaram um estado de instabilidade crónica em Janeiro de 1994, ao longo do Corredor de Nacala. As autoridades das FAM e da ONUMOZ perderam quase por completo o controlo da situação.⁴³ Ao mesmo tempo Mutuali (também na província de Nampula) sofria diversos ataques de origem desconhecida, que rumores atribuíam à 7^a Brigada do Governo, baseada em Cuamba.⁴⁴

No caso da Renamo, que tinha contingentes aparentemente mais disciplinados, a insatisfação estava ligada mais directamente às condições dos centros. Isto devia-se a diversos factores. O primeiro era que talvez a Renamo estivesse a ser "punida" por ter tão prontamente acantonado os seus homens. Isso porque dado que o processo de desmobilização se atrasou e os primeiros combatentes tiveram, consequentemente, que permanecer nos centros, cedo estes ficaram sobrepopulados. Logo em Dezembro, e apesar do acantonamento se ter iniciado apenas alguns dias antes, o CA de Magunde (na província de Sofala) já havia atingido a sua capacidade máxima enquanto que o CA de Mohiua (na província da Zambézia), com uma capacidade máxima de 600 homens, albergava já 834.

A situação agravou-se quando Dhlakama, na sequência da visita a alguns centros, protestou vigorosamente contra a ONUMOZ e particularmente contra Ajello, ameaçando abandonar os centros se não fossem tomadas medidas imediatas. Aparentemente, ele deparou com uma situação, no CA de Chiramba (província de Sofala) em que os seus homens não tinham alimentos alegadamente devido à falta de transporte, enquanto que estava a ser transportada água de helicóptero desde a Beira para os banhos do pessoal da ONUMOZ. Dhlakama comentava:

"A comunidade internacional disponibilizou mais de 300 milhões de dólares para investir nesta operação e por isso eu não percebo como é que eles [Ajello e os seus homens] continuam a afirmar que não têm dinheiro. Isto é uma brincadeira. As minhas tropas estão em dificuldades, o seu moral está baixo. Elas estão psicologicamente destruídas."⁴⁵

Esta situação esteve por detrás de uma série de conflitos em que os intervenientes se acusavam uns aos outros. Ajello procurou desdramatizar a situação nos centros (que, nas suas palavras, não era suposto "tratar-se de hotéis de luxo") e ordenou um inquérito sobre a situação em Chiramba. O PMA culpou prontamente o Governo pela falta de alimentos nos centros da Renamo. Tinha sido acordado que o PMA forneceria alimentos "secos" (milho, arroz, feijões, óleo alimentar, bolachas e açúcar), enquanto que o Governo deveria fornecer carne, peixe e pão, precisamente os produtos que escasseavam nos centros da Renamo. Imediatamente o Governo ripostou que havia organizado um sistema que abrangia os números de homens previstos para os centros, não podendo assim ser culpado de uma situação em que a população dos centros duplicara. Em Fevereiro a situação melhorou consideravelmente (Dhlakama considerou então que a situação alimentar estava "quase aceitável", embora muito permanecesse por fazer no tocante às questões de alojamento e vestuário). Todavia, as principais causas das fricções continuaram presentes, nomeadamente as difíceis condições dos centros e a instabilidade provocada pela inactividade e imobilidade dos combatentes acantonados,⁴⁶ a sua incerteza em relação ao futuro, etc. Consequentemente, ocorreram várias revoltas que ameaçavam atingir rapidamente proporções muito perigosas.

Enquanto que no passado as duas partes e a ONUMOZ haviam tentado desdramatizar os levantamentos nos CAs, considerando-os meros resultados das dificuldades logísticas, agora tentavam responsabilizar-se uns aos outros. Um exemplo foi o incidente que colocou o general Ngonhamo, da Renamo, contra o Governo e a ONUMOZ. Ngonhamo acusou o Governo de estar secretamente a treinar 1.000 homens em Nampula.⁴⁷

Quase ao mesmo tempo, o brigadeiro Raúl Dick

denunciava na CCF a alegada descoberta de um esconderijo de armas do Governo em Inhamízia (Sofala).⁴⁸ O Governo, por sua vez, ripostava referindo-se a rumores segundo os quais a Renamo estaria a treinar uma força especial no Quénia.⁴⁹

Mesmo assim, em Fevereiro também surgiram indicadores positivos, nomeadamente a Conferência de Doadores de Maputo, que reservou 20 milhões de dólares para alargar de 6 para 18 meses o período em que os soldados desmobilizados continuariam a receber os seus subsídios salariais.⁵⁰ Em 5 de Fevereiro, James Purcell, Director-Geral da OIM, anunciava a disponibilização de 15 milhões de dólares para custear as despesas de transporte de todos os soldados desmobilizados dos centros de acantonamento para as suas zonas de destino.⁵¹ Em 12 de Fevereiro, a CSC decidia que a desmobilização seria iniciada a 1 de Março,⁵² e a 18 de Março o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovava uma resolução que, entre outras considerações, estabelecia que todo o pessoal das Nações Unidas deveria deixar Moçambique até Novembro de 1994. Esta nova data-limite contribuiu para que a desmobilização fosse acelerada, de modo a puderem ser mantidas as restantes fases do processo.⁵³

Assim, a data de 1 de Março, na qual a desmobilização deveria ter o seu início, tornou-se fundamental. Até que a desmobilização se iniciasse os CAs não tinham capacidade de receber mais gente e, portanto, o acantonamento não poderia prosseguir. Apesar de tudo a situação estava longe de ser estacionária nos centros, uma vez que o ambiente, no seu interior, se degradava continuamente, constituindo uma grave ameaça à segurança do país. Aparentemente, o prosseguimento da processo dependia apenas da boa vontade das partes e da capacidade da Renamo de entregar as suas listas de homens a desmobilizar.⁵⁴

5. Uma Tipologia dos Incidentes nos Centros de Acantonamento

Os motins nos CAs aumentaram a ponto de colocar todo o processo em perigo. Nos centros do Governo foram

reportados 6 incidentes em Janeiro de 1994, 13 em Março e 36 em Maio, enquanto que nos da Renamo se referiam 12, 21 e 31 incidentes para os mesmos meses.⁵⁵ A princípio os incidentes pareciam dever-se às deficientes condições dos centros, particularmente de alojamento, alimentação e água, mas passaram depois a reflectir a impaciência e frustração dos combatentes ansiosos por partirem ou, noutras palavras, por ser desmobilizados.

Mas notam-se diferenças no tipo de incidentes nos campos do Governo e da Renamo. Nestes últimos os incidentes relacionavam-se nitidamente com a falta de condições (78 por cento do total de incidentes).⁵⁶ Um bom exemplo disso é um relatório sob as condições no CA de Mocubela (Zambézia), onde foram reportados pelo menos 12 incidentes relacionados com a escassez de alimentos e vestuário:

"3 de Fevereiro de 1994 — Os soldados do CA, em número superior a 750, protestaram devido à qualidade e quantidade da alimentação fornecida. Nesse dia recusaram-se a cozinhar e a comer. Assaltaram o armazém local e roubaram toda a comida que havia chegado nessa manhã. No dia seguinte os soldados prosseguiram com os seus protestos. (...) 20 de Março de 1994 — Um grande grupo de soldados concentrou-se em frente do campo da equipa da ONUMOZ. Exigiam roupas para um total aproximado de 300 soldados que não tinham recebido qualquer tipo de vestuário. Este grupo opunha-se também a que a equipa médica prestasse assistência à população civil da zona. Posteriormente, o mesmo grupo bloqueou a estrada Mocubela-Quelimane. Foram colocadas forças do Botswana e da Itália para estabilizar a situação."

Porque se desenvolveram tais diferenças? Uma das razões é que os centros da Renamo estavam maioritariamente localizados em zonas anteriormente controladas pelos guerrilheiros, geralmente em locais de difícil acesso por parte dos serviços de logística e onde era complicado melhorar as condições, sobretudo a nível do abastecimento de água. Outra razão ligava-se ao estado psicológico do pessoal da Renamo. Devido às difíceis condições em que haviam lutado, e ao facto de, em resultado da propaganda interna do movimento, eles terem entrado nos centros considerando-se um exército vencedor, merecedor dos benefícios prometidos pelos seus

líderes, não surpreende que as difíceis condições encontradas nos CAs constituíssem uma pílula difícil de engolir para os soldados da Renamo. Embora nos centros do Governo também fossem reportados problemas relacionados com este tipo de causas (17 por cento do total), as razões eram aqui mais diversificadas, nomeadamente os atrasos na desmobilização (39 por cento) e os salários em atraso (27 por cento). De facto, e embora também houvesse escassez de alimentos, os centros governamentais, pelo menos em 20 dos 29 casos, localizavam-se perto de cidades de relativa importância onde os soldados poderiam encontrar recursos para melhorar as suas condições de vida diárias. O longo período passado no exército, de perto de 10 anos em média, constitui igualmente uma importante causa de descontentamento. Os incidentes do CA do Rio Save ilustram bem como as tropas exigiam o fim dos atrasos contínuos e das incertezas relativamente à desmobilização:

"26 de Maio de 1994 — Aparentemente, a maioria dos soldados, incluindo oficiais, está a preparar uma nova rebelião no CA (...). Os soldados continuam à espera da data da desmobilização e confirma-se que haverá rebelião se não houver desmobilização no início de Junho ou se até 1 de Junho não houver pelo menos o anúncio de uma data para a desmobilização (...). **27 de Maio de 1994 —** Os soldados apresentaram uma carta de reivindicação aos Observadores Militares das Nações Unidas. O conteúdo da carta é o seguinte: *Com o devido respeito, gostaríamos de saber porque parou o processo de desmobilização? Estamos aqui há muito tempo sem respostas definidas. Por esta razão exigimos que nos sejam comunicadas as datas exactas da próxima desmobilização no Rio Save. Exigimos uma resposta até 30 de Maio de 1994. Se o Rio Save receber mais soldados entre 30 de Maio e 10 de Junho sem que nos tenha sido comunicada uma resposta não sabemos ainda quem iremos matar — se o Comandante do Campo ou o grupo da ONUMOZ. Estamos cansados e fartos de estar aqui. Se vocês não conseguem resolver os problemas vamos criar uma situação tal contra Chissano da qual todos os moçambicanos cedo terão conhecimento. Talvez depois disso o Governo nos desmobilize a todos. Temos o direito de saber quais são os nossos direitos. Estamos aqui acantonados neste CA com o objectivo ou de ir para casa ou para o novo exército. Afinal porque é que estamos aqui acantonados?"*

A instabilidade provocada pelo facto de se estar nos centros sem se saber do futuro tornou-se cada vez mais uma

causa principal dos incidentes, também nos centros da Renamo. À medida que o tempo passava, as tropas de ambas as partes tornavam-se cada vez mais agressivas. Segundo a tipologia de efeitos que definimos,⁵⁷ o principal tipo de incidentes nos centros da Renamo eram os assaltos a armazéns e camiões que traziam alimentos para o centro (36 por cento). Eram também comuns as ameaças contra as equipas da ONUMOZ (29 por cento) e a desobediência às ordens do comandante do centro (19 por cento). Em Nhamagua,

"20 de Abril de 1994 — Às 0300 horas os soldados cercaram as instalações das Nações Unidas e danificaram uma tenda e haveres pessoais dos observadores. Um observador (Maj Ferreira) foi atingido na fronte com um pau e sofreu cortes de pouca importância. Os soldados exigem água e querem falar com o Gen Mateus e o Brig Dick antes das 0800 horas. Se isto não for satisfeito destruirão o campo das Nações Unidas e fugirão para o mato. A situação da água é crítica. Não há comunicações com o CR 10 depois das 1700 horas. O Inmarsat não está a funcionar e é impossível falar via rádio de noite. O CA está sem comunicações. (...) 6 de Maio de 1994 — Aproximadamente 100 soldados da Renamo armados de paus estão a protestar. Não estão contentes com os montantes a serem pagos. Tentaram bater no Rep da Renamo que fugiu para o mato."

A quebra da cadeia de comando nos centros do Governo (28 por cento dos casos) era acompanhada de actos hostis contra os observadores das Nações Unidas. Em Lichinga, por exemplo,

"2 de Março de 1994 — O Comandante Provincial do Niassa, o chefe do seu estado-maior e o Chefe da Defesa Aérea, que se encontravam a efectuar uma visita ao CA, foram detidos pelos soldados. Estes negaram também o acesso dos observadores militares das Nações Unidas dentro e fora do CA. Exigem os seus salários de 1993, atrasados 8 meses. (...) 28 de Março de 1994 — Cerca de 200 soldados cercaram o campo das Nações Unidas, gritando e protestando contra a lista de desmobilização preparada para a acção de desmobilização a ter lugar em 31 de Março de 1994. O protesto tem origem nos soldados regulares que afirmam ter chegado primeiro e, portanto, deviam ser desmobilizados antes dos que se registaram fora do âmbito do acordo de paz, que vieram mais tarde. A situação tornou-se tensa quando os soldados recusaram a saída ou entrada no campo a qualquer membro das Nações Unidas. A equipa das Nações Unidas

teve então que prometer que seria preparada uma nova lista pela Unidade Técnica (UT) em Maputo, na qual constariam os nomes dos soldados que chegaram primeiro ao CA. Nesta base os soldados reautorizaram o movimento dos observadores militares das Nações Unidas para dentro e fora do CA. Uma força de recolha de armas que tinha ido ao CA no mesmo dia para recolher as armas não foi autorizada a trazê-las. 29 de Março de 1994 — Uma equipa visitou o CA e tentou convencer os soldados a um acordo amigável. Os soldados permaneceram firmes nas suas exigências, i.e. eles têm que ser os primeiros a ser desmobilizados. Os soldados ameaçaram arrombar o armazém e retirar de lá as armas. (...) 23 de Maio de 1994 — Cerca das 1000 horas uma grande multidão de soldados entrou no CA. Penetraram nas tendas e, batendo com paus nas mesas, ameaçaram os observadores, afirmando que se não fossem desmobilizados imediatamente, ou se pelo menos não fossem imediatamente informados de uma data concreta para a sua desmobilização, destruiriam o centro. Uma hora depois apossaram-se do comandante do centro e partiram para falar com o Governador. Para trás ficaram cerca de 100 soldados. A equipa das Nações Unidas está pronta a evacuar o centro se a situação se tornar incontrolável."

Cedo as tropas governamentais acantonadas encontraram também uma forma de tornar as suas reivindicações bem conhecidas fora dos CAs: a de bloquear as estradas (25 por cento dos incidentes). Tal acção era facilitada pelo facto de muitos desses centros se encontrarem ao lado de estradas importantes, contrariamente aos centros da Renamo, localizados mais no interior do mato.⁵⁸ Tal aconteceu em Caia:

"6 de Maio de 1994 — Cerca das 0830 horas, pequenos grupos de soldados desmobilizados começaram a concentrar-se calmamente junto do campo das Nações Unidas. Cerca das 1300 horas aproximadamente quarenta (40) soldados desmobilizados, armados de facas e machados, bloquearam a estrada perto de Caia. Fizeram parar dois camiões civis e espancaram os condutores. Um dos condutores ficou ferido. Não houve envolvimento de outros civis para além destes condutores. Foram enviados para o local vinte e três polícias e cerca das 1400 horas estes dispararam 20/30 carregadores para o chão e para o ar. Foram também disparadas para o chão duas granadas de gás lacrimogéneo. O grupo dispersou-se pelos matos envolventes."

Dado que, na sua maioria, os centros do Governo se localizavam perto de cidades relativamente importantes, era

frequente estes incidentes fugirem ao controlo das autoridades, com os soldados amotinados a saquear lojas e casas, a destruir bens e desafiar as autoridades. Em Cuamba,

"27 de Dezembro de 1993 — Um grupo de soldados uniformizados mas desarmados deixou o CA e dirigiu-se à cidade de Cuamba, pilhando 6/7 lojas e edifícios. Nesta actividade receberam o apoio de civis. Os soldados exigem os seus salários de Dezembro. A polícia tentou controlar a situação e abriu fogo às 1140 horas. No decorrer do incidente ficaram feridas cerca de 6 pessoas, 4 das quais sem gravidade. A polícia informou que os soldados estão a planejar apossar-se de algumas armas que têm escondidas e atacar hoje à noite os residentes indianos da cidade de Cuamba."

A partir de Junho, os incidentes deste tipo aumentaram em número e gravidade. A 10 de Julho, combatentes da Renamo levaram a cabo a acção mais dramática até então, bloqueando a estrada Beira-Maputo e redireccionando o tráfico para a sua base em Dombe. Ali ficaram retidos 500 reféns civis durante alguns dias, libertados apenas após a chegada dos alimentos por eles exigidos.⁵⁹ Em Julho começaram também a ocorrer incidentes sérios na província de Maputo. No mais grave, tropas da 6ª Brigada de Tanques do Governo deambularam com dois tanques e várias metralhadoras, disparando indiscriminadamente, saqueando casas e lojas na cidade-satélite de Matola-Gare, arredores de Maputo.⁶⁰ É importante mencionar que em ambos os casos de Dombe e Matola-Gare os combatentes envolvidos pertenciam à categoria de tropas "não-acantonáveis", um indicador que os motins descontrolados se estavam a alastrar para fora dos CAs.

6. Desmobilização das Tropas

A desmobilização iniciou-se a 10 de Março de 1994 no CA governamental de Massinga, na província de Inhambane, quando 250 soldados foram desmobilizados em cerimónia dirigida pelo Presidente Chissano. Este acto assinalou o início da terceira fase do calendário descrito no início deste capítulo, embora o processo de acantonamento estivesse ainda em curso. Assim, as fases dois e três do processo de

desmobilização sobrepuçaram-se e, de facto, interferiram grandemente uma na outra, particularmente na medida em que o lento ritmo de desmobilização teve um impacto negativo no acantonamento, dado que os CAs se tornaram apinhados de soldados e a sua situação social se degradou a níveis perigosos.

Diversos factores continuavam a encorajar uma desmobilização rápida, nomeadamente a necessidade de seguir o calendário estabelecido para a totalidade do processo, que incluía a necessidade de fornecer recrutas para o novo exército. Cresceram as dificuldades em manter os dois exércitos nos CAs e surgiram problemas específicos relacionados com o fornecimento à ONUMOZ das listas de homens a desmobilizar. Tal ocorreu particularmente no caso da Renamo, cujas dificuldades atrasaram a sua primeira desmobilização até 18 de Março, data em que Afonso Dhlakama, o líder da Renamo, ordenou a desmobilização de 101 combatentes no CA de Neves, na província de Inhambane.

Em Abril, o Governo e a Renamo tiveram respostas distintas. Enquanto que o Governo manteve um lento nível de acantonamento e um ritmo moderado de desmobilização, a Renamo, por outro lado, manteve um alto nível de acantonamento evitando no entanto a desmobilização dos seus homens. O relacionamento entre as partes, que havia melhorado ligeiramente com o início da desmobilização, tornou a ficar tenso.

Mais uma vez, a razão principal das disputas residia nas discrepâncias relativamente ao número total de tropas governamentais a ser desmobilizadas. Em Outubro de 1992 o Governo comunicara à ONUMOZ que tinha 61.638 homens para acantonar e 14.480 considerados "não-acantonáveis",⁶¹ formando um total de 76.118 soldados das FAM. Em Abril de 1994 o Governo anunciava números diferentes, nomeadamente 49.630 homens para acantonar, uma diferença que deixava de fora 12.000 tropas, um número significativo. O Governo argumentava que tal diferença se devia a diversos factores, particularmente a inclusão no processo de mais de 13.000 homens desmobilizados em 1993 fora do âmbito do AGP, cuja aceitação tinha sido objecto de

acordo no início desse mês.⁶² Pelo seu lado, a Renamo recuperou a acusação segundo a qual o Governo estaria a transferir clandestinamente os seus homens para a polícia, tanto os oriundos dos serviços de segurança como os do exército.⁶³ O Governo retorquiu acusando o movimento de Dhlakama de estar a albergar forças dos Young Pioneers do Malawi.⁶⁴ Em vista do ritmo lento que a Renamo estava a imprimir à desmobilização, o Governo decidiu suspender a desmobilização dos seus homens. Tal suspensão duraria até 15 de Junho.

Ao mesmo tempo, o Governo propunha novas datas para a conclusão do acantonamento e da desmobilização. As datas-limite de 1 de Junho e 15 de Julho, estabelecidas pelas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, eram adiadas para 1 de Julho e 15 de Agosto, respectivamente.⁶⁵

O processo entrou num ritmo mais positivo a partir de 4 de Julho. O Governo anunciou a conclusão do acantonamento das suas tropas, afirmando que só ficavam de fora, a partir desse momento, os soldados considerados "não-acantonáveis". Após pequenas disputas em torno dos números, a 11 de Julho a ONUMOZ aceitava finalmente que o processo de acantonamento de tropas do Governo nos CAs estava "basicamente concluído".⁶⁶ A 12 de Julho Ajello declarava que, excluídas pequenas discrepâncias, o Governo tinha concluído o acantonamento das suas forças.

Todavia, a conclusão do processo de acantonamento não acabou com a tensão política em torno do controlo de tropas. De facto, a atenção virou-se então para o controlo das tropas "não-acantonáveis" nos CTNAs (Centros de Tropas Não Acantonáveis). Levantaram-se dúvidas sobre os números relativos a este tipo de tropas. O Governo tinha 151 CTNAs em todo o país, que supostamente albergavam 14.828 homens (18.035 soldados e 4.625 deficientes). Porém, a ONUMOZ concluiu que existiam mais de 22.660 homens nesses centros. A Renamo, por seu turno, tinha 23 CTNAs que albergavam oficialmente 6.562 pessoas (2.345 combatentes, 1.150 tropas femininas, 2.174 crianças-soldados e 893 deficientes).⁶⁷ O Governo levantou dúvidas sobre estes últimos números, alegando que se tinham

verificado diversos movimentos de tropas da Renamo em locais onde em princípio não poderia haver presença do movimento, particularmente nas províncias de Niassa, Zambézia e Tete.

**QUADRO 5:
Movimento de Tropas nos Centros de Acantonamento**

	17Abr94	17Maio94	17Jun94	28Jul94
GOVERNO				
Registadas	33.954	34.934	37.224	43.491
para FADM	1.171	2.326	2.512	3.194
Demobilizadas	10.938	15.005	18.129	27.530
Ainda nos CAs	21.845	17.603	16.583	12.767
Diferença do Total*	15.676	14.696	12.406	6.139
RENAMO				
Registadas	15.139	16.008	16.438	17.560
para FADM	791	1.962	2.191	2.735
Demobilizadas	561	1.656	3.123	8.393
Ainda nos CAs	13.787	12.390	11.124	6.432
Diferença do Total**	4.001	3.132	2.702	1.580
TOTAL				
Registadas	49.093	50.942	53.662	61.051
para FADM	1.962	4.288	4.703	5.929
Demobilizadas	11.499	16.661	21.252	35.923
Ainda nos CAs	35.632	29.993	27.707	19.199
Diferença do Total***	19.677	17.828	15.108	7.719

*De um total de tropas "acantonáveis" do Governo de 49.630;

**De um total de tropas "acantonáveis" da Renamo de 19.140;

***De um total geral de tropas "acantonáveis" de 68.770.

Fontes: Unidade Técnica da ONUMOZ: "Movimento de Militares nos CAs", Maputo: 20 de Abril de 1994; 18 de Maio de 1994; 20 de Junho de 1994; 29 de Julho de 1994.

QUADRO 6:
Movimento de Tropas nos CAs e CTNAs em 22 de Setembro de 1994

	CAs			CTNAs			Total
	Gov.	Renamo	Total	Gov.	Renamo	Total	
Registadas	43.359	17.506	60.865	21.686	6.423	28.308	88.173
Desmobilizadas	39.048	14.010	53.058	16.028	5.824	21.652	74.710
para as FADM	3.919	3.006	6.924	3.975	641	4.616	11.540
Ausentes	347	480	827	1.423	108	1.531	2.358

Fonte: Unidade Técnica da ONUMOZ

A principal preocupação de todas as partes virou-se, em Julho, para a conclusão do processo de desmobilização. Os factores que haviam influenciado negativamente as fases anteriores tinham sido ou removidos (as dificuldades de apresentação das listas de homens a desmobilizar foram aparentemente resolvidas) ou ignorados na base de não serem merecedores de prioridade imediata (as questões relacionadas com a reintegração dos combatentes). Consequentemente, a desmobilização adquiriu maior ímpeto, não só pelas pressões para que se cumprisse o calendário acordado mas, também, devido à multiplicação de incidentes nos CAs, que cada vez mais eram vistos como resultando dos longos períodos ali passados pelos combatentes acantonados. Quanto mais cedo se concluisse a desmobilização mais depressa se diminuiria a pressão nos campos, mesmo se o resultado fosse a transferência de soldados descontentes para outras esferas da sociedade.

7. O PDR Moçambicano e o Novo Exército

Um elemento central no processo de paz implementado no âmbito do AGP foi a criação de um novo exército moçambicano, as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), em substituição das forças militares de ambas as partes, que entretanto deviam ser desmobilizadas.⁶⁸ Se consolidado como força operacional coesa antes das eleições

de Outubro de 1994, este novo exército tinha um papel fundamental de garantia de todo o processo de paz. Além disso, dado o número apreciável de ex-combatentes que o novo exército deveria integrar nas suas fileiras, era também importante o papel das FADM na diminuição do número de ex-combatentes desempregados, influenciando assim favoravelmente o PDR moçambicano.

A questão de quantos antigos soldados deveriam formar o novo exército tornou-se quase o único tema de discussão nos encontros que precederam a assinatura do AGP pelas duas partes. O Governo favorecia um exército relativamente "grande", enquanto que a Renamo defendia contingentes muito menores. As razões por detrás destas posições foram, na altura, objecto de alguma especulação. Para alguns, o Governo, que enfrentava muitos problemas económicos, necessitava de um grande exército capaz de absorver um número significativo de ex-combatentes, evitando que estes engrossassem a fileira dos desempregados. Ao mesmo tempo, esta estratégia criaria dificuldades acrescidas à Renamo para prefazer a sua quota (havia sido acordado que cada uma das partes forneceria metade do contingente das FADM), e tornaria muito mais difícil a esse movimento a eventual manutenção de um exército clandestino à margem das FADM. Da mesma maneira, interpretaram alguns que as razões por detrás da sugestão da Renamo de um exército muito menor seriam não só que, dessa forma, o movimento conseguiria satisfazer a quota que lhe cabia por acordo, continuando ao mesmo tempo a ser capaz de manter contingentes militares fora do âmbito do novo exército, mas também, um novo exército relativamente pequeno significaria automaticamente a redução do potencial militar do Governo.⁶⁹ Eventualmente chegou-se a acordo que cada uma das partes deveria fornecer 15.000 homens, de forma a que se formasse um exército independente de 30.000 homens cuja função principal seria garantir a integridade territorial do país.⁷⁰

A responsabilidade pela supervisão do processo de formação do novo exército foi atribuída à Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (CCFADM), na qual o Governo e a Renamo estavam representados respectivamente pelos tenentes-

generais Tobias Dai e Mateus Ngonhamo. Integraram também a CCFADM representantes de Portugal, França e Reino Unido, sob a coordenação das Nações Unidas.⁷¹

Seguindo o estabelecido no AGP, os tenentes-generais Lagos Lidimo, da parte do Governo, e Mateus Ngonhamo, pela Renamo, foram mais tarde nomeados comandantes das FADM, no quadro daquilo que permaneceu como uma das características mais importantes do novo exército, i.e. igual representação das duas partes.

A criação "técnica" das FADM iniciou-se com a chamada "Declaração de Lisboa", emitida numa reunião realizada em Fevereiro de 1993, na qual Portugal, França e Reino Unido se comprometeram a formar a nova força.⁷² O primeiro passo concreto para a formação do novo exército foi dado pelos portugueses, que em Fevereiro e Março de 1994 realizaram dois cursos de direcção, de 30 dias cada, destinados a 25 oficiais de cada uma das partes em cada curso. Outro curso desta série teve lugar em Junho, e um final em Setembro. No final deste processo cerca de 200 oficiais completaram a sua formação e ficaram aptos a desempenhar papéis de direcção nas FADM.⁷³

Entretanto, e também sob a direcção de militares portugueses, iniciou-se o primeiro curso para 40 militares que deveriam constituir o núcleo da futura força naval. No decorrer deste curso de dois meses e meio foram formados 11 oficiais e 21 sargentos, preparando-se assim o terreno para a realização de um segundo curso desta série.⁷⁴ Instrutores portugueses iniciaram também, em Março, a formação do primeiro de três batalhões (450 homens cada) de forças especiais no Centro de Formação de Forças Especiais de Nacala, na província de Nampula. Este curso foi concluído em inícios de Maio.⁷⁵

A contribuição francesa consistiu no envio de 10 instrutores militares para formar a primeira companhia de 100 homens especializados em desminagem. Estabeleceu-se um centro para desenvolver esta actividade no Bokisso, arredores de Maputo. O primeiro curso teve 4 meses de duração e ficou concluído a 13 de Julho.⁷⁶

Mas a principal acção de formação foi dirigida para a infantaria, o "grosso" do exército. Em Março, 540 instrutores

de ambas as partes, formados por militares britânicos, foram colocados nos três principais centros de instrução das FADM em Dondo (Sofala), e em Boane e Manhiça (Maputo), para treinar, numa primeira fase, 5.000 recrutas de ambos os lados. O primeiro ciclo de instrução terminou a 7 de Junho, com a formação de 3 batalhões que foram colocados no Chókwè, Quelimane e Cuamba, respectivamente nas províncias de Gaza, Zambézia e Niassa.⁷⁷ Porém, foi um ciclo que sofreu alguns atrasos. Houve dificuldades de transporte dos novos recrutas para os centros de instrução, a partir dos CAs, onde tinham optado por se alistar voluntariamente em vez de ser desmobilizados. A chegada tardia de equipamento militar para as novas forças armadas, particularmente os uniformes fornecidos por Portugal, também contribuiu para o atraso do processo.⁷⁸ Estes e outros problemas, tais como a fraca educação de base dos recrutas indicados para seguir a instrução e a falta de condições de alojamento dos corpos já treinados e que deveriam, portanto, abandonar os centros, contribuíram assim para atrasar o segundo ciclo de instrução da infantaria, que tinha o objectivo de formar mais seis batalhões, totalizando cerca de 4.500 homens.⁷⁹ A criação de apenas três batalhões mais só em 16 de Setembro foi anunciada.⁸⁰

A experiência de seis meses de construção do novo exército forneceu indicadores importantes sobre o papel que ele podia desempenhar no processo de paz. Ficou claro que o calendário estabelecido no início se revelou demasiado optimista. Vários factores surgiram inter-relacionados, cada um deles contribuindo para tornar a formação das FADM num processo bastante intrincado e lento. Politicamente, ele dependia do processo, também complexo, de conquista progressiva de confiança entre as duas partes, que por sua vez também determinou uma cadeia de comando bicéfala.⁸¹ Tecnicamente, a sua formação dependia da colaboração de diversos países, cada um deles com diferentes sistemas de organização militar. Por vezes os recrutas não chegavam a tempo (devido, sobretudo, a atrasos das partes na apresentação das listas de voluntários às Nações Unidas, a problemas de transporte ou, meramente, à falta de voluntários); quando, pelo contrário, os voluntários surgiam,

não havia muitas vezes condições para o seu alojamento. Tudo isto afectou a imagem das FADM como estrutura simples e eficaz, na qual o público pudesse confiar e que, por si próprias ajudassem a contrariar o sentimento de frustração e de ameaça de retorno à situação de guerra.

Por outro lado, nem sempre se teve em conta a necessidade de atrair voluntários através do estabelecimento de um elevado sentido de orgulho no novo exército. Sem dúvida que as condições a oferecer às tropas foram objecto de prolongadas discussões desde a fase inicial. Na tentativa de cumprir com as promessas feitas aos seus próprios combatentes durante a guerra, a Renamo, durante as negociações, tendeu a inflacionar os salários dos militares; o Governo, por seu turno, sobrecarregado e destituído de recursos, tentou manter os salários a níveis mais modestos. Em resultado do compromisso atingido, os salários dos soldados das FADM acabaram por se situar no triplo daqueles que tinham vigorado nas FAM.⁸² Introduziu-se igualmente melhor assistência médica, vestuário, alimentação e subsídios de transporte.⁸³ Apesar de tudo, as condições prometidas aos soldados do novo exército mostraram-se insuficientes para atrair voluntários, quer porque as expectativas dos ex-combatentes eram altas, quer porque o longo período passado nos CAs fizeram crescer a sua desconfiança, quer ainda pela falta de informação relativamente às condições oferecidas.

Só mais tarde, na tentativa de melhorar a situação e baixar o nível de descontentamento nos CAs, é que a CSC enviou equipas integrando representantes das duas partes e da ONUMOZ para explicar as condições favoráveis oferecidas no novo exército.⁸⁴ Na altura em que este trabalho foi escrito era ainda muito cedo para avaliar o sucesso deste e outros esforços. Entretanto, e apesar das repetidas negações do Governo, tornou-se cada vez mais evidente a falta de voluntários para o novo exército, escassez essa que se veio também a tornar nítida nos CAs da Renamo. Durante um curto período, permaneceu pouco claro em que medida as duas partes estariam a alistar soldados acantonados no novo exército contra a sua vontade. Porém, os motins que se seguiram, particularmente a partir de Julho, reduziram sem dúvida o espaço de manobra que ambas as partes tinham para

proceder a recrutamentos forçados, tornando-se padrão dominante o alistamento voluntário.

Em consequência, a expectativa do AGP de se ter um exército conjunto de 30.000 homens no terreno antes das eleições de Outubro de 1994 (pondendo assim em prática uma das lições retiradas do fracasso do primeiro processo de paz angolano), tornou-se impossível de cumprir. Mesmo o objectivo mais modesto de se ter metade do contingente antes das eleições só muito relativamente foi conseguido.⁸⁵

A capacidade do novo exército para absorver combatentes dos dois antigos beligerantes mostrou-se assim mais fraca do que o esperado. Mesmo que os números revistos fossem atingidos, como continuavam a afirmar o Governo e a Renamo,⁸⁶ o que é certo é que tal se processou de forma mais complicada e lenta. Na altura, quanto mais as FADM conseguissem atingir um bom nível de disciplina e eficiência, tanto mais podiam contribuir para criar um clima de estabilidade, elemento importante para favorecer a reintegração de ex-combatentes na sociedade. A estabilidade⁸⁷ e eficiência das FADM continuava a ser vital até porque todas as antigas forças militares foram consideradas extintas em Agosto,⁸⁸ deixando ao novo exército a responsabilidade de assegurar, em conjunto com a ONUMOZ, uma conclusão bem sucedida do processo de transição.⁸⁹

II

REINTEGRAÇÃO DE COMBATENTES DESMOBILIZADOS: O CASO DA PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA

Contrariamente à desmobilização, que chegou praticamente ao fim em Agosto, a reintegração social e económica dos combatentes desmobilizados constitui um processo aberto que durará pelo menos alguns anos. Para ilustrar alguns dos problemas por detrás da reintegração social e económica, examinaremos em seguida a situação da Zambézia, tal como se apresentava em 1994. Mas primeiro é necessário olharmos para a estratégia definida para a reintegração dos soldados desmobilizados.

1. Introdução à Estratégia de Reintegração

A Comissão de Reintegração (CORE) foi criada na missão das Nações Unidas para consolidar o processo de paz, particularmente através da criação de condições sociais e económicas para a reintegração dos soldados desmobilizados.⁹⁰

Para além dos seus escritórios central⁹¹ e regionais, a CORE estava também representada ao nível provincial. A este nível, em conjugação com o coordenador das Nações Unidas e representantes do Governo e da Renamo, a CORE também coordenava a sua acção com países doadores, organizações internacionais e ONGs nacionais.⁹²

Segundo o seu mandato, a CORE deveria manter uma posição imparcial em relação ao Governo e à Renamo, e planejar e controlar a implementação de programas de reintegração e supervisar os COREs provinciais. Ao nível provincial, a sua tarefa consistia em assegurar que os direitos dos soldados desmobilizados fossem respeitados por todas as partes envolvidas. Tentaria também identificar oportunidades de emprego e formação para os combatentes desmobilizados.⁹³

A perspectiva da CORE central combinava a "acção de resposta rápida" com a "programação do desenvolvimento a mais longo prazo". A primeira deveria iniciar-se nos próprios CAs, assegurando assim a participação desta comissão desde o início do processo. O envolvimento de curto prazo nos centros deveria incluir campanhas de alfabetização, informação sobre opções de emprego, saúde pública e consciencialização ambiental, actividades culturais e desportivas e informação geral sobre o processo de paz e a reintegração na vida civil.

Apesar das responsabilidades no desenvolvimento desta "acção de resposta rápida", o papel da CORE foi definido como iniciando-se apenas após os combatentes terem sido desmobilizados. De facto, todas as actividades no interior dos CAs eram supervisadas e coordenadas pela CCF, enquanto que cabia à Unidade Técnica a responsabilidade pela coordenação do transporte, distribuição de vestuário, alimentação para as viagens e bilhetes de passagem para os

desmobilizados e seus dependentes. A OIM era responsável pelo transporte. A responsabilidade da CORE, para além das actividades já mencionadas, iniciava-se, assim, após a chegada dos ex-combatentes e suas famílias às zonas por eles escolhidas.

A "programação do desenvolvimento a mais longo prazo" dizia respeito à reintegração económica.⁹⁴ O seu ponto de partida era que a economia moçambicana tinha fraca capacidade para absorver combatentes desmobilizados numa vida civil estável (considerava-se que 50 por cento dos soldados a desmobilizar estariam inclinados a seguir actividades agrícolas de pequena escala). Na base dos programas estava o objectivo de reduzir o impacto da desmobilização sobre os indivíduos e a sociedade em geral, para além de dispersar os ex-combatentes pelos distritos.

Tendo em consideração os princípios acima mencionados, foram definidos três programas principais, nomeadamente: a) o Esquema de Apoio à Reintegração (EAR), concebido como um sistema alargado de pagamento aos ex-combatentes de um subsídio em dinheiro durante 18 meses, para além dos 6 meses já assegurados pelo Governo; b) um Programa de Formação e "Kits", destinado a fornecer formação técnica e de negócios, assim como conjuntos de ferramentas ("kits") a uma população desmobilizada seleccionada; e c) um programa de políticas e identificação de emprego a ser implementado através dos Serviços de Informação e Referência (SIR), a criar em todas as províncias.

Os pagamentos do EAR foram estabelecidos na base daquilo que os indivíduos já vinham recebendo anteriormente no exército, embora os soldados rasos devessem receber o dobro dos seus anteriores salários, até ao montante de 75.000,00 mt. O EAR foi administrado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) através do Banco Nacional de Desenvolvimento (BPD), que paga mensalmente (ou em cada dois meses) aos ex-combatentes nas áreas por ele escolhidas para residir. Por detrás estava o princípio segundo o qual enquanto os ex-combatentes não se reintegrassem estes pagamentos seriam importantes para cobrir o fosso entre a desmobilização e a reintegração na vida civil, mantendo-os, ao mesmo tempo, o mais dispersos

possível, dado que eles ficavam "ancorados" às zonas onde os subsídios eram pagos.

O Programa de Formação e "Kits", também sob a responsabilidade do PNUD, visava abranger um grupo-alvo entre 4.000 e 10.000 desmobilizados. Aprovado pela CORE em finais de Junho,⁹⁵ só em Outubro atingiu a actividade plena.

O terceiro grande programa, o SIR, foi proposto para ser implementado pelos gabinetes provinciais da OIM. O principal objectivo dos SIRs provinciais era fornecer aos combatentes desmobilizados toda a informação necessária, funcionando como centro de aconselhamento mas, também, identificando oportunidades de emprego nas províncias e promovendo, em geral, a reintegração sócio-económica dos ex-combatentes. Os SIRs ficaram assim com o papel vital de informar os desmobilizados sobre os programas dos quais eles poderiam beneficiar (esperava-se que a sua acção beneficiasse 40.000 ex-combatentes),⁹⁶ e de aconselhar as autoridades distritais sobre as questões que pudessam surgir no processo de reintegração. Eles começaram a operar em escala limitada em Abril de 1994. Em finais de Maio continuavam a tentar alargar a sua presença aos distritos, onde uma das suas funções consistia em encorajar os desmobilizados a permanecer nas zonas por si escolhidas.

Entretanto, acabou por ser lançado um quarto programa principal, o "Fundo Provincial para a Reintegração dos Soldados Desmobilizados". Visava apoiar a reintegração social e económica dos combatentes desmobilizados e suas famílias "através do financiamento de projectos de impacto imediato ao nível da base, apoiando-se em primeiro lugar nas instituições e actividades existentes, e visando estimular a actividade económica e reduzir as fricções sociais. Espera-se que o programa apoie as comunidades, particularmente as que recebem grande número de ex-combatentes, para que sejam capazes de os absorver de uma forma pacífica".⁹⁷ O Fundo Provincial foi concebido como programa flexível, sob a autoridade do director da UNOHAC e do coordenador da CORE. Ao nível provincial, seria a CORE a coordenar as actividades de implementação, a cargo das agências cujas propostas de projectos específicos fossem seleccionadas.⁹⁸

2. Zambézia: Um Contexto de Risco

A Zambézia foi aqui seleccionada para estudo de caso do PDR moçambicano por diversas razões. Em primeiro lugar, a história da guerra recente foi ali particularmente complexa e intrincada, sem a dicotomia Governo-Renamo que prevaleceu nas outras províncias, uma categoria importante para testar o princípio da bi-polarização em que se baseou o PDR moçambicano. Em segundo lugar, a guerra criou, na Zambézia, grandes números de deslocados internos e refugiados em países vizinhos. Isto fornece o contexto para a discussão se a integração de antigos combatentes merece uma atenção particular ou se, pelo contrário, ela deve ser considerada como parte de um esforço de integração mais amplo, cobrindo outros sectores da população. Finalmente, a Zambézia é uma província rica do ponto de vista agrícola, onde se esperava que, na sua maioria, os combatentes se transformassem em agricultores. Este aspecto é importante uma vez que a estratégia geral considerava a agricultura como tendo o melhor potencial para a reintegração em Moçambique.

A Zambézia foi provavelmente a província mais disputada pelo Governo e pela Renamo. Apesar disso, surgiram ali "terceiras forças", desenvolvendo iniciativas de base para o estabelecimento de zonas livres da violência da guerra, ou iniciativas políticas mais "formais" fora do campo demarcado pelos dois contendores principais.⁹⁹ A iniciativa de base mais notável foi o movimento "Naparama", surgido em finais da década de 1980. Era chefiado por Manuel António, um jovem camponês que afirmava defender a missão divina de libertar o povo da guerra, particularmente do terror exercido pela Renamo. Este movimento,¹⁰⁰ estendeu-se pelo sul de Nampula, norte e leste da Zambézia e, em menor grau, por Cabo Delgado e Niassa, em inícios da década de 1990. Na fase final da guerra o Governo conseguiu mobilizar os "Naparamas" para o seu lado.

O desenvolvimento de iniciativas políticas mais formais fora do quadro estritamente dicotómico da guerra teve as suas origens no tempo colonial, tendo estado relacionado, pelo menos em parte, com as dificuldades sentidas pela Frelimo na Zambézia durante a guerra da independência. Outros

movimentos que afirmavam defender fins nacionalistas, como o Comité Revolucionário de Moçambique (Coremo), tentaram também obter apoios na Zambézia a partir de meados da década de 1960. Em 1968 surgiu a União Nacional para a Libertação da Rombézia (UNAR),¹⁰¹ que actuou como plataforma de três grupos de interesses: (a) políticos, de movimentos nacionalistas já existentes que procuravam voltar e ser influentes;¹⁰¹ (b) do Malawi de Banda, e da sua estratégia de edificação de um "Grande Malawi com acesso ao mar";¹⁰³ e (c) de Jorge Jardim, um homem de negócios português que aparentemente desenvolvia o projecto de "sacrificar" o norte de Moçambique para criar uma zonatampão entre os nacionalistas que actuavam a partir da Tanzânia e a zona central de Moçambique, onde se localizavam os seus empreendimentos principais.¹⁰⁴

Três desses interesses sobreviveram após a independência. A partir de 1976, um novo movimento, 'África Livre', chefiado por Amos Sumane, um antigo líder da UNAR, passou aparentemente a operar na Zambézia Ocidental com o mesmo objectivo de criar a Rombézia. O apoio a este movimento terá crescido na medida da resposta às rígidas políticas da Frelimo na zona e a partir do apoio dos seus antigos mentores. No início da década de 1980 a situação começou, porém, a alterar-se. Em parte, tal deveu-se à morte de Jorge Jardim, mas também a uma aparente melhoria nas relações entre Moçambique e o Malawi. Em 1982, Gimo Phiri, que chefiava o que restara das forças do 'África Livre', concordou em juntar-se à Renamo,¹⁰⁵ criando na Zambézia o padrão dicotómico da guerra que se verificava já no resto do país.

Pouco depois a Renamo conseguia desencadear, a partir de Sofala e do Malawi, uma ofensiva na Zambézia ocidental e central, beneficiando da colaboração dos pequenos grupos armados locais, sobretudo os de Gimo Phiri, que levaria à conquista das pequenas vilas do distrito de Morrumbala. Após uma tímida resposta das tropas governamentais em inícios de 1983, a Renamo iniciou uma grande ofensiva que duraria até 1986, expulsando aquelas de uma área muito extensa. O facto do Malawi também precisar de demonstrar uma postura neutral aos olhos dos seus

parceiros da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) também actuou em favor da ofensiva da Renamo. Aparentemente, cerca de 4.000 homens da Renamo terão sido expulsos do Malawi para Moçambique, aumentando a capacidade do movimento de progredir em direcção à costa, particularmente para Maganja da Costa, na tentativa de assegurar rotas de abastecimento a partir do mar em alternativa às provenientes do Malawi, agora mais difíceis de manter operativas.

Em finais de 1986, a resposta governamental consistiu na colocação de um grande número de forças militares, com o apoio de tropas zimbabweanas e tanzanianas. Estas conseguiram recapturar as grandes vilas perdidas para a Renamo. Em Junho era atacada a base Alfazema, base central da Renamo na Zambézia, o que obrigou a direcção provincial da Renamo a retirar para Mongola (distrito de Milange). Em resultado de disputas internas, Phiri deixou a Renamo em 1987 com cerca de 500 dos seus homens, e por volta de 1988 lutava já ao lado das forças do Governo; em 1990, numa altura em que uma pequena guarnição governamental assegurava o controlo de Milange, eram os homens de Phiri, equipados e abastecidos pelo Governo, quem perseguiu as forças da Renamo nos arredores.¹⁰⁶ As forças governamentais, embora tivessem mantido a iniciativa, conquistando as vilas distritais uma atrás da outra, não foram capazes de se assenhorear também das zonas rurais. Estas transformaram-se em terreno contestado sujeito a pequenas ofensivas de ambos os lados, até à assinatura do AGP e à entrada em vigor do cessar-fogo.¹⁰⁷

O AGP começou a ser implementado na Zambézia, tal como no resto do país, na base da procura de uma solução de paz entre os dois contendores, o Governo e a Renamo. Porém, não é ainda claro se num futuro próximo as "terceiras forças" acima referidas terão ou não capacidade para influenciar o processo.

Pelo seu lado, os 'Naparamas' reclamaram o direito, no quadro do AGP, a entrar para os CAs e beneficiar do processo de desmobilização enquanto tropas governamentais, sob a alegação de terem participado no esforço militar contra a Renamo.¹⁰⁸ Aparentemente, pelo menos alguns deles foram

acantonados "informalmente" nos CAs para tropas governamentais. Mas os "Naparamas", por serem uma tropa irregular e por o seu líder, Francisco Sabonete, não ter o carisma do seu predecessor Manuel António, não conseguiram manter o nível de coesão necessário para continuarem a existir enquanto grupo. Deixaram de estar operacionais, mesmo nos seus anteriores "santuários" como Nicoadala e Namacurra. Todavia, inegavelmente que o seu interesse em se apresentar como "desmobilizados" foi factor de coesão, mesmo que por um período curto.¹⁰⁹ A possibilidade dos "Naparamas" voltarem a ter influência significativa no desenrolar dos acontecimentos dependia, na altura, do processo de paz degenerar ou não, com um correlativo aumento dos níveis de violência.

Contrariamente aos "Naparamas", Gimo Phiri e os alegados 2.000 homens sob o seu comando parecem ter encontrado um lugar no processo de paz, provavelmente em resultado das suas exigências iniciais relacionadas com o direito de beneficiarem do processo de desmobilização. Aparentemente, eles foram integrados como soldados governamentais nos CAs de Milange e Mocuba, passando Phiri a viver no Malawi e beneficiando, alegadamente, de um subsídio do Governo. Porém, parece que José Frederico Gonçalves, antigo chefe do Departamento de Organização da UNAMO, e Bonifácio Motivo, ambos colaboradores próximos de Phiri, continuavam a exigir benefícios especiais ao mesmo tempo que deixavam transparecer veladas ameaças de regresso à acção armada.¹¹⁰

Também na esfera de influência da Renamo havia "terceiras forças" que podiam interferir no processo de paz. Um deles eram os Young Pioneers do Malawi, um grupo paramilitar anteriormente ao serviço do deposto regime de Banda. Em Dezembro de 1993, em resultado de recontros com o exército malawiano que os tentava desarmar, centenas de Young Pioneers atravessaram a fronteira para Moçambique, particularmente para o leste de Tete, norte de Sofala e oriente da Zambézia. Enquanto que alguns viram nisto o resultado de uma antiga rivalidade entre o exército e os Young Pioneers, outros descortinaram aqui uma última tentativa de Banda de manter uma força de reserva no interior de Moçambique, com

o duplo propósito de se precaver se o resultado das eleições no Malawi o pusesse em posição de risco, e de cumprir com uma velha promessa de ajudar a Renamo a manter uma força de reserva no caso de degeneração do processo de paz moçambicano.¹¹¹ Os Young Pioneers, que desenvolveram no passado laços de intimidade com a Renamo, viram a possibilidade de regresso ao Malawi muito limitada pela derrota de Banda nas eleições malawianas de 17 de Maio de 1994. O passado de arbitrariedades e brutalidade para com a população malawiana e o facto de terem sido ilegalizados pelo novo governo do presidente Bakili Muluzi forçaram-nos a permanecer em Moçambique, onde representavam uma ameaça para a segurança e onde o seu número e localização precisos eram desconhecidos e escapavam ao controlo.

Apesar de uma situação na generalidade calma na Zambézia, continuaram a ocorrer incidentes ao longo da estrada principal Quelimane-Mocuba, com emboscadas seguidas de assaltos a viaturas. Tais incidentes eram referidos em duas zonas específicas, nomeadamente no régulo Digo-Diwa, perto de Nicoadala e a caminho de Mocuba, e em Santos Batata, à entrada de Mocuba. O objectivo era o roubo de alimentos e mercadorias, e por vezes havia vítimas mortais. A primeira vaga de incidentes deveu-se provavelmente à participação de soldados do batalhão de tropas especiais do Governo estacionado em Nicoadala, cuja fama de provocar distúrbios era considerável. Todavia, a situação acalmou a partir de 30 de Junho de 1994, com a transferência e acantonamento dos soldados deste batalhão no CA de Quelimane-Issídua. A vaga de assaltos em Santos Batata não pode ter sido tão claramente da responsabilidade de tropas governamentais de Mocuba porque os seus movimentos eram estritamente controlados. O mesmo não se pode dizer do grupo de cerca de 900 homens da Renamo estacionado em Namanjavira, presumivelmente recaindo na categoria de tropas "não-acantonáveis".¹¹²

Parece, portanto, que o "quadro dicotómico" acabou por prevalecer na província, na medida em que a tensão continuou a verificar-se entre o Governo e a Renamo, que aparentemente conseguiram manter os "terceiros actores" sob as respectivas esferas de influência. A ruptura do processo,

conduzindo a um confronto aberto entre as duas partes enfraquecidas já pelo acantonamento das suas forças, poderia tê-las levado a procurar o apoio de terceiros. Alternativamente, essas "terceiras forças" poderiam ter desenvolvido progressivamente mais autonomia, transformando o conflito em algo muito mais difícil de mediar dado que escapava já à filosofia de "duas forças" na qual se baseava o AGP.

3. Um Perfil dos Combatentes Desmobilizados na Zambézia

Os combatentes desmobilizados na Zambézia não são, eventualmente, muito diferentes dos desmobilizados em outras províncias de Moçambique. Todavia, tal como referimos acima, as "características rurais" desta província conferiam-lhes, à partida, um perfil distinto em alguns aspectos. Tentaremos aqui definir algumas das características deste contingente particular, com base sobretudo numa amostra do perfil de 2.570 combatentes desmobilizados na Zambézia até 26 de Junho de 1994. Esta amostra representa mais de 20% do total de combatentes desmobilizados na Zambézia segundo a extração apresentada no Quadro 7, a seguir, e excluindo, por definição, aqueles que foram incorporados no novo exército nacional, as FADM. Inclui soldados das antigas FAM e combatentes da Renamo, estando evidentemente os primeiros representados em muito maior número.¹¹³

Parte deste perfil pode ser melhor entendida através do exame do contexto social e familiar dos desmobilizados, para além dos conhecimentos e instrução que apresentavam na altura da desmobilização.

a) Combatentes Desmobilizados e População

A Zambézia era, à partida, a província onde maior número de combatentes pretendia estabelecer-se após a desmobilização, cerca de 12.679, representando perto de 20% do total. Por outro lado, o Quadro 7 mostra que os combatentes desmobilizados e suas famílias viriam a representar perto de 11% do total da população da

Zambézia.¹¹⁴

Todavia, o reassentamento de combatentes desmobilizados não era a única causa de movimento populacional na Zambézia e nas outras províncias moçambicanas em geral. De facto, os ex-combatentes não passavam de uma minoria de população que se movimentava pelo território, procurando estabelecer-se. A guerra e o pós-guerra provocaram a movimentação não só de combatentes desmobilizados mas, também, de refugiados que regressavam de países vizinhos ou deslocados internos.¹¹⁵

A guerra provocou grandes ondas de população em fuga na Zambézia, especialmente devido à ofensiva da Renamo até 1985, e novamente no final da década de 1980, na sequência da contra-ofensiva do Governo. Muitas pessoas deixaram as suas terras para se refugiar nas sedes de distrito, estabelecendo-se em grandes campos de refugiados onde as tropas governamentais podiam assegurar alguma protecção, como no caso de Mocuba, onde em finais de 1986 mais de 100.000 pessoas se haviam refugiado.¹¹⁶ Mais tarde, algumas dessas pessoas seguiram as tropas governamentais à medida em que estas procuravam retomar as sedes de distrito ou outros pontos importantes. Os originários das zonas ocidentais, como Milange e Morrumbala, procuraram refúgio no Malawi em grandes números. Alguns, ainda, permaneceram nas suas terras, porque não conseguiram sair das zonas conquistadas pela Renamo ou porque conseguiram estabelecer uma relação com o movimento.

A quantificação e compreensão dos movimentos populacionais na Zambézia no período do pós-guerra são, assim, relativamente complicadas, sobretudo porque se trata de um processo ainda em curso, através do qual as comunidades deslocadas procuram estabilizar as suas vidas, nomeadamente regressando às suas zonas de origem. Segundo estimativas do World Refugee Survey, em Moçambique 5,7 milhões de pessoas foram directamente afectadas pelo conflito entre 1984 e 1993, das quais 1,7 procuraram refúgio em países vizinhos e 4 milhões foram internamente deslocadas.¹¹⁷ O número de populações internamente deslocadas na Zambézia é virtualmente impossível de determinar. Relativamente ao mais de 1 milhão

de pessoas agora regressadas do Malawi, a Zambézia acolheu o segundo maior contingente, depois de Tete, cerca de 250.000 pessoas segundo as estatísticas do ACNUR.¹¹⁸

O ritmo deste regresso é também muito difícil de determinar dado que a maior parte do repatriamento foi informal, tendo ocorrido fora dos canais estabelecidos pelo ACNUR ou pelo NAR (Núcleo de Apoio aos Refugiados de Moçambique) para facilitar este processo. Uma estatística do NAR indicava que até Maio de 1994, 247.292 pessoas tinham regressado à Zambézia, em particular a Milange (176.082) e Morrumbala (49.537).¹¹⁹ Os números relativos aos regressados a Milange, só no mês de Maio de 1994, representavam uma média de quase 1.000 pessoas por dia. O elevado número de refugiados que regressavam para a Zambézia Ocidental reflectia ter sido daqui que partiram para o Malawi e que esta era uma zona de trânsito no regresso para o resto da Zambézia. Muitos permaneciam aqui, esperando transporte para as suas zonas de origem.¹²⁰

Durante os meses que se seguiram os distritos da Zambézia continuaram, assim, a receber regressados e deslocados internos, em números que ultrapassavam largamente os relativos aos soldados desmobilizados. Tal como se vê no Quadro 7, estes últimos, com os seus dependentes, representam cerca de 11% da população local. A reintegração dos combatentes desmobilizados tem, portanto, ocorrido em paralelo com a reintegração de outros grupos vulneráveis.

Dada a necessidade de reintegrar um total tão elevado de pessoas deslocadas, poder-se-ia dizer que os soldados desmobilizados não são um grupo que mereça, afinal, uma atenção tão especial. Muitos outros grupos têm também fortes razões para beneficiar dos limitados recursos disponíveis para o reassentamento. Todavia, na prática, os soldados desmobilizados devem receber alguma prioridade porque a sua capacidade de manter uma certa medida de coesão de grupo pode ser posta ao serviço da implementação de programas viáveis e porque existe a possibilidade de eles ameaçaram o processo de paz se a sua reintegração na vida civil não atingir níveis satisfatórios. Voltaremos a este assunto mais tarde.

QUADRO 7:
Combatentes Desmobilizados e População na Zambézia

Distritos	População Estimada (Fev. 1994)	Destino dos Desmob. (extrapol.)	Desmob. e Dep.	Densidade	
				SD + DEP % da pop. tot.	SD + DEP/ 1000
Alto Molécu	127.115	821	1.379	1,0	10,8
Chinde	124.317	643	965	0,7	7,7
Gló	128.890	286	334	0,2	2,5
Gurué	190.350	902	1.477	0,7	7,7
Ilé	303.020	1.223	1.881	0,3	6,2
Inhessunge	91.622	376	575	0,6	6,2
Lugela	139.981	455	565	0,4	4,0
Maganja	231.778	652	808	0,3	3,7
Milange	265.449	893	1.185	0,4	4,6
Mocuba	139.760	1.411	2.189	1,5	15,5
Mopeia	128.844	295	365	0,2	2,7
Morrumbala	205.989	1.125	1.724	0,8	8,3
Namecurra	115.375	1.187	1.773	1,5	15,3
Namarroí	109.758	259	365	0,3	3,3
Nicoadala	344.503	1.143	1.941	0,5	5,6
Pebane	165.200	1.009	1.513	0,9	9,1
Quelimane	?	?	?	?	?
Total	2.800.031	12.679	19.069	10,6	7,0

Fontes: Unidade Técnica da ONUMOZ para a Desmobilização: "Quadro 1: Destino dos Soldados Desmobilizados para 13.784 desmobilizados antes do Acordo Geral de Paz e os 30.839 registados nos CAs", Maputo: a/d.; Unidade Técnica da ONUMOZ para a Desmobilização: "Quadro 2: Densidade Projectada dos Soldados Desmobilizados e seus Dependentes (para um total de 69.000 a desmobilizar e com base nos primeiros 30.839 registados nos CAs)", Maputo: a/d.

b) Os combatentes desmobilizados e suas famílias

A rede social que envolve imediatamente os ex-combatentes é muito importante, não só na determinação do número de pessoas envolvidas neste processo mas também, particularmente, na discussão do papel delas na sua integração. Esta questão está relacionada com o conceito de

família e com o impacto exercido pela guerra na vida da família.

Em Moçambique, tal como em outras zonas do continente africano, a família é um conceito muito mais amplo que o "conceito ocidental". Ele varia de região para região mas envolve, em geral, a filiação linhageira e solidariedades alargadas. Porém, décadas de exploração colonial exercearam uma forte pressão no sentido da organização da família segundo o modelo nuclear de marido, mulher e filhos.¹²¹

Após a independência, este processo prosseguiu com a criação de aldeias comunais baseadas no modelo da família nuclear.¹²² A guerra recentemente terminada, ao deslocar milhões de moçambicanos, internamente assim como para países vizinhos, aprofundou ainda mais este processo. Investigações de campo recentes com refugiados de guerra na Zambézia salientaram alguns aspectos da dissolução dos "valores tradicionais", particularmente no enfraquecimento do papel desempenhado pela família da esposa na família matrilinear, e na importância cada vez maior do pai biológico.¹²³ Isto não significa que em tempos de crise a solidariedade linhageira não procure também reforçar-se. São muitos os exemplos de como, na situação de guerra, a população local procurou soluções comunitárias ou baseadas em laços familiares mais amplos para salvaguardar as suas vidas.¹²⁴ Porém, a actual desorganização da vida nas áreas rurais significa que a solidariedade linhageira foi muitas vezes quebrada na altura em que era mais necessária. As famílias alargadas são estruturas menos flexíveis, e era mais fácil às famílias nucleares, menores, escapar aos perigos da guerra, procurando maridos e esposas fugir com os filhos para lugares mais seguros. A guerra exerceu assim uma poderosa influência nas estruturas familiares, acelerando a sua transformação através da desorganização de uma estrutura já de si frágil.¹²⁵

Na situação do pós-guerra, também todas as pressões tendem em favor da dinâmica para a família nuclear. A actividade de emergência desenvolvida por agências das Nações Unidas, ONGs e Governo, baseia-se na eventual reunificação e apoio à família nuclear. O PDR moçambicano também se baseia na família nuclear, na sua reunificação e

transporte para áreas da sua escolha. Logicamente que as famílias nucleares, incluindo aquelas com desmobilizados, também se procuram reunificar antes de procurar encontrar os restantes parentes. Mesmo assim, o restabelecimento da família nuclear, como primeiro passo para a estabilidade social e económica, não é um processo simples e linear, como procuraremos mostrar em seguida.

A amostra de ex-combatentes da Zambézia na qual temos vindo a basear o nosso estudo prestou um serviço militar médio de nove anos. 25% da amostra serviu 5 anos, 46% serviu 10 anos e 26% serviu 15 anos. O soldado médio tinha 20 anos de idade quando foi recrutado e deixa o serviço militar com 29 anos.¹²⁶ Tendo sido incorporados tão cedo nas suas vidas, a maioria (cerca de 64%) dos combatentes desmobilizados declarou o estado civil solteiro, enquanto que apenas 32% se declararam casados. Muito poucos eram divorciados (apenas 11 casos registados), e os restantes 4% eram formados por viúvos, polígamos, etc.¹²⁷ Frequentemente os desmobilizados solteiros tinham famílias para cuidar. Segundo os números, os solteiros tinham em média um dependente. Porém, se os 54% de solteiros sem dependentes fossem excluídos, tal média subiria para 2,5 dependentes por solteiro com dependentes. No caso do distrito de Inhassunge, os solteiros desmobilizados tinham em média 7,5 dependentes, formando assim uma família média de 8 a 9 pessoas.

Considerações do mesmo tipo poderiam ser feitas no caso dos desmobilizados casados. Porém, enquanto que estes tinham, em média, 2 dependentes, a exclusão da categoria de casados sem dependentes elevaria a média de dependentes (neste caso da categoria de casados com dependentes) apenas para 2,3.

Uma conclusão simples a retirar aqui é que a linha que separa solteiros de casados é muito ténue, assim como é indeterminado o padrão da família nuclear entre os combatentes desmobilizados. A causa desta situação foi já discutida: no período colonial e após a independência ocorreu uma lenta transição para a família nuclear, transição essa que foi consolidada pelo impacto da recente guerra, que impôs ainda mais um padrão de estruturas familiares "atípicas" ou,

mesmo, destruiu as estruturas familiares existentes.

É este o caso, por exemplo, de um combatente desmobilizado que regressou a casa para deparar com a notícia da morte de seus pais e, em consequência, com a necessidade de tomar conta dos seus irmãos e irmãs mais novos. O experiência do desmobilizado Alberto Luís Calisto é bem representativa de uma família "atípica" nas condições do pós-guerra:

"No meu regresso, após ter cumprido com o meu dever de soldado, descobri que o meu pai e a minha mãe tinham morrido. Agora tenho que tomar conta dos meus irmãos e irmãs. (...) O chefe da família morreu. Eu sou o chefe, agora. (...) Vivo aqui em Quelimane com o meu tio. Os meus irmãos e irmãs continuam lá no meu distrito, em Pebane. Tive que vir para aqui tentar encontrar um emprego. (...) É esta a única família que tenho. Já não tenho pai nem mãe. Fiquei muito triste por ter perdido os meus pais. No fim da vida militar, quando voltava para casa, vi que as portas estavam fechadas."¹²⁸

Em alguns casos os desmobilizados tiveram o apoio das famílias. Manuel Manecas Dramessete, por exemplo, que não tinha para onde ir, procurou a ajuda de seu pai:

"Tenho a minha própria família, sou casado e tenho um filho. O meu pai e a minha mãe aceitaram-me e emprestaram-me provisoriamente metade da sua machamba, onde comecei a cultivar arroz. (...)"¹²⁹

A conclusão é, pois, que as estruturas familiares se haviam tornado "atípicas" e seriamente enfraquecidas na altura em que fortes estruturas familiares eram, obviamente, um factor importante para uma boa reintegração dos combatentes desmobilizados. Porém, o factor mais importante para o reforço de tais estruturas é, presentemente, a integração económica de tais homens. Os combatentes desmobilizados, solteiros ou casados, têm que encontrar formas de ganhar a vida, para assegurar a sua subsistência e a subsistência dos seus dependentes. Discutiremos pois, em seguida, o contexto em que ocorrerá a integração económica, começando pela actividade a que a maioria destes homens se pensa dedicar no futuro próximo: a agricultura.

c) Os Combatentes Desmobilizados como Agricultores

Segundo a amostra em que nos temos vindo a basear, os "agricultores" enquanto categoria profissional representavam 23% dos combatentes da Zambézia na altura do recrutamento, uma percentagem que subiu para 37% na altura da desmobilização. Esta constitui, de longe, a maior categoria individual.¹³⁰ A razão será talvez simples: numa situação em que a vasta maioria é proveniente das áreas rurais, os agricultores são considerados como aqueles que não possuem uma profissão específica. Assim, não surpreende que a percentagem de agricultores potenciais seja elevada.

Contudo, esta estimativa "optimista" (no sentido em que as actividades agrícolas de auto-emprego deveriam ter prioridade na estratégia de reintegração), em que quase metade da amostra pretende dedicar-se a actividades agrícolas na futura vida civil, poderá ser enganadora devido a algumas razões específicas. A primeira diz respeito à definição da própria categoria de "agricultor". Tal categoria não reflecte a experiência histórica do campesinato, particularmente na Zambézia. Há pelo menos um século que não existe agricultura camponesa "pura" na província, no sentido de uma produção agrícola que forneça todos os meios de subsistência à família rural.

O impacto da guerra também afectou seriamente a própria família nuclear. Na unidade doméstica "tradicional" o homem tem normalmente o papel de desmatar os campos para a agricultura, construir as casas, caçar e pescar, enquanto que a mulher cultiva os campos e toma conta da casa e das crianças. De forma muito directa, a guerra afastou as famílias das suas terras e os membros da família uns dos outros. Também envelheceu as famílias ao retirar-lhes os homens e os jovens — por definição, a guerra é feita por homens novos.¹³¹

Mas a guerra não foi a única causa de transformação das estruturas tradicionais nas unidades domésticas. Após a independência, a falta de acesso a actividades geradoras de rendimentos em dinheiro encorajou os jovens a deixar a família e a procurar tipos de vida alternativos, num processo que terá favorecido o recrutamento para a Renamo.¹³² É difícil, no presente momento, conceber que esses ex-combatentes

desenraizados regressem prontamente a uma vida inteiramente dedicada à agricultura.

QUADRO 8:
Combatentes Desmobilizados na Zambézia por Principais Grupos Ocupacionais

Distritos	Total	Na altura do recrutamento			Intenção quando da desmobilização		
		Est.	Camp.	Trab.	Est.	Camp.	Trab.
A. Molócuè	220	97	38	21	3	86	33
Chinde	116	47	23	6	--	46	22
Gilé	125	35	29	20	--	64	22
Gurué	215	66	42	42	3	62	73
Ilé	314	88	101	37	1	158	51
Inhassunge	30	21	4	2	--	4	9
Lugela	74	20	25	3	--	29	7
Magenja	130	55	25	8	--	40	28
Milange	156	50	68	12	1	81	17
Mocuba	372	155	68	51	4	123	77
Mopeia	43	9	18	1	--	26	1
Morrumbala	118	42	37	8	--	51	9
Namecurra	122	55	19	12	--	41	18
Namerri	113	20	59	4	--	77	5
Nicoadala	153	92	21	9	1	38	27
Pebane	130	61	22	6	--	39	10
Quelimane	240	146	21	30	--	21	61
Total (Zambézia)	2,670	1,049	620	272	13	886	470

Est. = Estudantes; Camp. = Camponeses; Trab. = Trabalhadores

Fonte: Unidade Técnica da ONUMOZ para a Desmobilização, Banco de Dados, 26 de Junho de 1994.

As actividades agrícolas são, portanto, provavelmente encaradas como nada mais que uma "base segura" por aqueles que não sabem o que fazer no futuro ou que oportunidades se lhes depararão. A intenção de se dedicarem

à agricultura foi referida pelos combatentes na altura em que entravam nos CAs, localizados muitas vezes em locais que lhes eram desconhecidos. Muitos dos combatentes desmobilizados começaram a cultivar pequenas machambas (ou, mais precisamente, puseram familiares seus a cultivá-las) enquanto procuravam outras oportunidades. À medida que o tempo decorria (o tempo passado nos CAs foi, em média, muito mais longo que o inicialmente previsto) eles passaram a conhecer melhor o local, arranjaram trabalho que complementasse o subsídio que recebiam e, mesmo, alguns formaram novas famílias. Num tal contexto, a agricultura não era encarada como uma ocupação permanente mas, apenas como uma actividade necessária enquanto não apareciam as "verdadeiras" oportunidades. Manuel Manecas Dramessete, por exemplo, já citado atrás, foi muito claro quando disse que "Isto não é uma verdadeira agricultura e eu preciso de encontrar outras oportunidades. Vou acabar por ter que partir."¹³³ Por conseguinte, os números "optimistas" das primeiras avaliações têm que ser encarado com algum cuidado.

d) Os Conhecimentos e Educação dos Combatentes Desmobilizados

A amostra dos combatentes da Zambézia sugere que o seu nível educacional é baixo. Isto deve-se a vários factores: em primeiro lugar, à herança colonial de analfabetismo e falta de escolas. Este deficiência acabou por ser reforçada com a destruição de muitas escolas durante a recente guerra.¹³⁴ O recrutamento para o exército daqueles que ainda prosseguiam os seus estudos contribuiu também para reduzir os níveis educacionais. O Quadro 8 mostra que na Zambézia, por alturas do recrutamento, 39% do total de combatentes eram estudantes, enquanto que a percentagem daqueles que pretendiam voltar a estudar na altura da desmobilização era virtualmente nula (13 soldados de um conjunto de 2.670). Mesmo que esta falta de vontade para voltar a estudar tenha sido ditada pela necessidade de encontrar emprego após a desmobilização,¹³⁵ não pode haver dúvidas que o serviço militar foi prejudicial ao processo de educação individual. Em consequência, 14% dos combatentes do total da amostra

permaneceram analfabetos, enquanto que 55% não tinham mais que o ensino primário (4 anos). A percentagem começa então a descer abruptamente: só 7 de um total de 2.670 tinham completado o ensino secundário.¹³⁶

É possível que o exército tenha oferecido algo aos seus recrutas, em troca daquilo que lhes tirou. As estatísticas revelam 9% de desemprego na altura do recrutamento, uma categoria que desapareceu nas estatísticas da desmobilização. Isto é enganador porque, se excluirmos aqueles que se integraram nas FADM, praticamente todos os combatentes desmobilizados podiam ser considerados como desempregados. Mesmo assim, puderam verificar-se algumas tendências positivas em resultado de conhecimentos práticos adquiridos durante o serviço militar, particularmente como motoristas e mecânicos. Como consequência provável, a percentagem de motoristas cresceu de 1 para 4, e a dos mecânicos duplicou, de 3 para 6. Outras profissões também sofreram aumentos, embora mais modestos: os trabalhadores da construção civil (incluindo carpinteiros, pedreiros, pintores, electrecistas) de 6 para 7%, e os enfermeiros, categoria inexistente quando do recrutamento, passaram a representar 1%.¹³⁷

O Quadro 8 ilustra a evolução dos três grandes grupos ocupacionais, nomeadamente dos estudantes, agricultores e um terceiro, arbitrariamente designado de "trabalhadores", que inclui as três sub-categorias de operários da construção civil, motoristas e mecânicos. Outras profissões, como a de artesãos (incluindo alfaiates, ferreiros e sapateiros), pescadores ou mineiros, não mostraram crescimento por altura da desmobilização. Isto reflecte não só a falta de actividades de formação nesses campos mas, também, as fracas possibilidades de emprego que oferecem no presente.

e) As Expectativas dos Combatentes Desmobilizados

Discussimos atrás alguns dos factores que influenciaram as opções dos combatentes desmobilizados relativamente à sua vida civil futura.¹³⁸ Obviamente, uma opção imediata de reintegração consistia no alistamento no novo exército. Para além de assegurar um certo nível de continuidade e algum grau de segurança psicológica, as condições oferecidas eram

substancialmente melhores que as do velho exército governamental, para não referir as forças da Renamo. Apesar disso, o que prevalecia no seio das tropas acantonadas era a fadiga em relação à vida militar. Tomás Albino Inhassengo é bom exemplo disso quando dizia que:

"Não me alistei no exército porque estou cansado da vida militar. Esta é a altura de descobrir uma vida diferente. É também muito perigoso habituarmo-nos apenas a um único tipo de vida, o do exército. Uma vez que consegui sair inteiro do exército, voltar para lá seria estar a desafiar a sorte. Não! Não vejo vantagens nisso. Quero outra alternativa qualquer, não a vida militar."¹³⁹

A falta de confiança no novo exército, identificado com as velhas FAM, também inibiam o recrutamento, e o longo período de acantonamento nos CAs contribuía para a generalização de uma perspectiva segundo a qual não havia nada de "novo" no novo exército.¹⁴⁰

A segunda escolha mais óbvia, à luz do perfil dos ex-combatentes e das condições específicas da Zambézia, era a agricultura. Referimo-nos já a alguns dos factores negativos a este respeito, sobretudo ao facto da agricultura de pequena-escala dificilmente poder ser considerada pela maioria dos ex-combatentes como uma fonte principal de emprego, sendo antes considerada como uma ocupação doméstica complementar, levada a cabo pelos seus "dependentes" (ou por eles próprios, nos tempos livres). Além disso, a agricultura apresentava-se pouco atractiva devido a complicadas razões sociais e económicas. A posse da terra era ainda uma questão confusa e por resolver, e a competição de outros sectores, nomeadamente do comercial, punham em causa a agricultura de pequena escala como opção viável. Além disso, a existência de minas em muitas zonas tornava a actividade agrícola num risco quotidiano. As estradas eram muito más e não havia lojas para fornecer insumos agrícolas e bens de consumo, ou para comprar os excedentes da produção.¹⁴¹ Os preços pagos aos produtores estavam também longe de ser atractivos.¹⁴² Estes factores, e os da história da província, mostravam que a agricultura de pequena-escala não podia ser a única actividade dos ex-combatentes nem seria provavelmente, sequer, a principal. Não surpreende, pois, que

a maioria dos nossos entrevistados tenha considerado a agricultura muito depois do comércio. Abdul Remane Latifo resume bem esta perspectiva:

"Os meus projectos... primeiro, abrir machamba onde a minha família vai trabalhar. Entretanto eu dedicar-me-ei ao negócio: a vender peixe e outras coisas. O meu projecto é abrir uma machamba, deixar lá a família enquanto faço os meus negócios. Se isto resultar eu fico a viver aqui e eles ficam lá, na nossa machamba."¹⁴³

É, assim, provável que as projecções iniciais, demasiadamente optimistas, segundo as quais metade dos ex-combatentes optariam pela agricultura, para não referir os dois terços referidos pela nossa amostra, diminuam para números muito mais modestos, à medida que forem surgindo outras alternativas.

O principal problema do pequeno comércio, tal como ele foi encarado por muitos dos nossos entrevistados, é a falta de fundos para iniciar a actividade. Por exemplo, como comprar o primeiro "stock" de peixe seco em Inhassunge para o levar ao interior para trocar por milho, que por sua vez servirá para comprar mais peixe.¹⁴⁴ Muitos indagavam sobre a possibilidade de receberem o subsídio mensal do Esquema de Apoio à Reintegração que lhes era devido acumulado numa só prestação. Todavia, o subsídio do EAR só previa a possibilidade de ser acumulado em dois meses. A falta de uma fonte alternativa de capital surgiu, assim, como um impedimento à auto-iniciativa, pressionando ainda mais as estruturas de oferta de emprego formal, que aos olhos dos ex-combatentes continuava sem dúvida a ser a forma mais estável e segura de vida. A próxima secção discutirá as estruturas provinciais de oferta de emprego na Zambézia, em meados de 1994.

4. As Estruturas Provinciais para Absorver os Combatentes Desmobilizados

A economia da Zambézia é pobre e, por depender da agricultura (necessitando de áreas extensivas para ser produtiva), foi profundamente afectada pela guerra. Após a

assinatura do AGP, cerca de metade da província continuava a ser considerada como "zona da Renamo", inacessível ao investimento privado ou estatal do pós-guerra. Para além da agricultura familiar, o maior sector de "emprego" na província eram as velhas companhias de plantação. Estas começaram a ser reabilitadas, particularmente a Companhia da Zambézia e a Companhia da Madal, mas também companhias menores como a Companhia do Bajone.¹⁴⁵ No geral, estas companhias encaravam o período de transição do pós-guerra com muita prudência, quer porque os seus recursos se encontravam esgotados pela guerra ou porque temiam um fracasso do processo de paz e o reinício da guerra. Entretanto, o acesso mais fácil aos seus campos, sem grandes problemas de segurança, constituía uma importante melhoria, mas elas presistiam na atitude de "esperar para ver", limpando e mantendo as plantações já existentes mas adiando ou mostrando-se incapazes de realizar novos investimentos. Nestas circunstâncias, o emprego oferecido pelas plantações mostrava-se limitado e de base sazonal, mesmo que o período laboral se pudesse estender por oito ou nove meses por ano.¹⁴⁶

A actividade industrial na província da Zambézia apresentava-se igualmente fraca e, onde existia, localizada em mãos de privados. O maior empresário era Ibrahim Hassan, que dirigia uma indústria mista que incluía têxteis, unidades de vestuário e calçado, carpintarias, óleos alimentares, sabões e processamento alimentar (particularmente bolachas). Outra companhia importante era a Geralco, dedicada igualmente, enquanto subsidiária de plantações de palmeiras, aos óleos alimentares e sabões. As pescas eram uma importante actividade, com duas importantes companhias mistas, a Efripel (com o Japão) e a Crustamoz (com a Espanha). Para além disto, a Zambézia tinha apenas algumas outras unidades industriais, nomeadamente algumas moageiras e salinas relacionadas com as companhias da Zambézia e da Madal.¹⁴⁷ Em geral, todos estes empreendimentos revelavam-se de recuperação lenta, dependendo de uma força de trabalho limitada, estável e com pouca tendência para crescer. Dado este nível modesto de iniciativa privada, o processo de reintegração continuava dependente, em grande medida, do

Estado, se se excluir a auto-iniciativa dos soldados desmobilizados.

No sector estatal, a construção e reabilitação de estradas apresentava-se crucial, pelos benefícios que podia trazer ao desenvolvimento de outros sectores, particularmente da agricultura, e pelo número de ex-combatentes que podia potencialmente empregar. Exemplos do que se afirma são a reabilitação da estrada Namacurra-Mocuba, iniciada em 1987, e das estradas Milange-Mocuba e Quelimane-Namacurra.¹⁴⁸ Outros projectos incluíam as estradas Mocubela-Pebane (pela brigada de Maganja da Costa), Gurué-Lioma (pela brigada de Gurué), Quelimane-Chinde (pela brigada de Mopeia), e ainda Mocuba-Namanjavira e Nauela-Alto Molócuè. Todos estes projectos requeriam mão-de-obra intensiva, organizada em brigadas de 100 a 120 homens com alguma experiência, evoluindo os trabalhos, em média, 5 km por mês. Na altura, a ECMEP (Empresa de Construção e Manutenção de Estradas e Pontes) debatia as alternativas ou de alargar as brigadas existentes ou contratar mão-de-obra não especializada nas aldeias, à medida que o trabalho avançava.¹⁴⁹ A ECMEP tentou também um projecto-piloto no qual cantoneiros recrutados são responsáveis pela manutenção de determinadas secções de estrada. Um projecto deste tipo estava a ser desenvolvido na estrada Lugela-Mocuba, com 30 cantoneiros responsáveis por um quilómetro de estrada cada um. Tal afigurava-se necessário porque as estradas de terra necessitam de manutenção permanente, particularmente durante a estação das chuvas.¹⁵⁰ A vantagem do envolvimento de ex-combatentes neste sistema reside na criação de numerosos postos de trabalho e na dispersão dos antigos militares, uma medida táctica importante, por razões de segurança até.

5. O PDR Zambeziano

Na Zambézia foram estabelecidos seis CAs, três para os soldados do Governo (Milange, Mocuba e Quelimane-Issídua) e três para as tropas da Renamo (Sabelua, Mocubela e Mohiua). Os principais agentes do processo de reintegração na

província eram as delegações provinciais da UNOHAC e OIM que, com os representantes do Governo e da Renamo, formavam o CORE/Zambézia.



A Província da Zambézia e os seus Centros de Acantonamento

A OIM era a primeira organização na cadeia da desmobilização, com responsabilidades no transporte dos soldados desmobilizados e seus dependentes dos CAs para as zonas da sua escolha. A OIM também distribuía sementes e instrumentos de trabalho à partida; mantinha um banco de dados; facilitava a reunião das famílias; apoiava os grupos vulneráveis; e implementava um programa de serviços de informação e referência de apoio à reintegração dos soldados desmobilizados.¹⁵¹

O impacto da desmobilização começou a fazer-se sentir na Zambézia mesmo antes dos combatentes locais começarem a ser desmobilizados dos seus CAs. Enquanto que a desmobilização se iniciou em Março nas outras províncias, a Zambézia só em Abril começou a desmobilizar. Assim, de Março em diante a Zambézia já recebia combatentes desmobilizados e seus dependentes, oriundos de outras províncias e que haviam escolhido a Zambézia para se estabelecer. O Quadro 9 mostra que em finais de Março já 986 desmobilizados e seus dependentes haviam entrado na província.¹⁵²

A desmobilização na província iniciou-se em Abril, nos dois CAs governamentais de Milange e Quelimane. Em Maio, enquanto que Milange interrompeu a desmobilização, Quelimane aumentou ligeiramente o ritmo e Mocubela e Mohiua tornaram-se os primeiros CAs da Renamo na província a desmobilizar. As estatísticas da OIM apresentavam então um total de 1.901 combatentes desmobilizados na Zambézia, dos quais 74% (1.412) permaneciam na província e que, em conjunto com mais 285 transportados de outras províncias, davam um total de 1.697 (3.653 se incluídos os seus dependentes).

Combatentes Desmobilizados e seus Dependentes

Combatentes Desmobilizados e seus Dependentes Transportados de Outras Províncias para Zambezia	Provinha de Origem	Peso	Ocupação		Número de Pessoas	Número de Vítimas
			Maputo	Inhambane		
Maputo	115	46	45	45	107	107
Inhambane	11	46	37	37	37	37
Gaza	39	46	32	32	32	32
Nampula	15	42	38	38	38	38
C.Delgado	23	42	36	36	36	36
Niasa	41	42	50	50	50	50
Sofala	138	42	138	138	138	138
Manica	12	23	107	107	107	107
Tete	45	23	107	107	107	107
TOTAL	439	446	395	395	395	395

Fontes: OIM, "First Statistical Report" (Maputo: 31 de Março de 1994); OIM, "Second Statistical Report" (Maputo: 15 de Maio de 1994); OIM, "Third Statistical Report" (Maputo: 15 de Junho de 1994).

QUADRO 10: Dasmobilizados e saus Dependentes Transportados dos Centros de

ARQUIVO. Maputo (Moçambique), 19:5-110, Abril de 1996

Enquanto isto acontecia, o CORE tentava estabelecer-se ao nível provincial. A partir de Março a coordenação era realizada através de reuniões bissemanais em que participavam representantes do Governo, da Renamo, da OIM e do UNOHAC. Em Abril, quando o processo de desmobilização "produzia" já ex-combatentes com problemas específicos, eram estabelecidos em Quelimane os Serviços de Informação e Referência (SIR), que passaram também a participar nas reuniões de coordenação, e que tinham a tarefa de fornecer aos desmobilizados as informações de que necessitavam. Nesta fase inicial, a estrutura montada para apoiar os ex-combatentes não conseguia acompanhar o desenrolar do processo.¹⁵³

Em Abril, quando os SIR começaram de facto a apoiar os desmobilizados, os principais problemas diziam respeito ao registo e fornecimento de alimentos. Tendo sido acabados de transferir de outras províncias ou desmobilizados dos CAs, os ex-combatentes enfrentavam problemas burocráticos relativos à sua transferência dos CAs originais para as novas zonas. Havia também dificuldades logísticas na disponibilização de alimentos aos desmobilizados. Estas questões ocupavam grande parte das reuniões do CORE.¹⁵⁴

A partir de Maio, o principal motivo de reclamação dos desmobilizados mudou do acesso aos alimentos para o pagamento dos subsídios que lhes eram devidos. À medida em que acabava o período de 6 meses em que haviam recebido subsídios do Governo¹⁵⁵ eles começaram a enfrentar a demora da transferência para o novo sistema, em que por 18 meses a subsídio seria financiado pela comunidade internacional/ONUMOZ, através do BPD. Na altura eram ainda frágeis as garantias de que o processo decorreria sem sobressaltos e interrupções. A primeira fase (os 6 meses pagos pelo Governo) tinha acabado de se concluir, enquanto que a segunda fase tinha dificuldades em se iniciar. Enquanto que o Conselheiro dos SIR/Zambézia asseverava que os atrasos do Governo eram a razão do descontentamento dos desmobilizados, os entrevistados consideravam que a primeira fase tinha decorrido "muito bem, sem problemas, com os cheques a chegar a tempo, sem atrasos".¹⁵⁶ As dificuldades na transição da primeira fase para a segunda parecem ter sido

devidas não só à complexidade do sistema mas, também, devido a problemas com as listas de beneficiários, agravados pela inclusão no processo do grupo de soldados das FAM desmobilizados antes do AGP. Isto veio quebrar a rotina de um sistema burocrático já de si frágil.

QUADRO 11:
Quantificação dos Problemas Apresentados pelos Desmobilizados nos
SIR/Zambézia (%)

Necessidades apresentadas	17 de Maio (58 casos)	2 de Junho (84 casos)	21 de Junho (81 casos)
Emprego	36	39	18
Subsídios	17	7	32
Alimentação	16	13	5
Formação	5	5	2
Transporte	5	4	--
Diversos	21	33	43

*Diversos refere-se a problemas relacionados com documentos pessoais e transferência de local de residência.

Fontes: UNOHAC/Zambézia, "5º Reunião da Comissão Provincial para a Reintegração dos Desmobilizados (CORE)", Quelimane: 17 de Maio de 1994; UNOHAC/Zambézia, "6º Reunião da Comissão Provincial para a Reintegração dos Desmobilizados (CORE)", Quelimane: 2 de Junho de 1994; UNOHAC/Zambézia, "7º Reunião da Comissão Provincial para a Reintegração dos Desmobilizados (CORE)", Quelimane: 21 de Junho de 1994.

O BPD devia pagar os subsídios relativos à segunda fase. Ele tinha delegações em Quelimane (escritórios centrais mais 3 postos urbanos), e nas cidades de Mocuba, Gurué, Alto Molócuè, Pebane e Chinde, cobrindo a maior parte da zona central e oriental da província. Contudo, esperavam-se problemas na zona ocidental, dado que o BPD não tinha representação em Mopeia, Morrumbala e, particularmente, em Milange, vilas distantes, de difícil acesso e, pelo menos no caso de Milange, com uma grande concentração de

medidas, assim relatadas ob-observados é de oLEN obivem desmobilizados¹⁵⁷ que seriam assim obrigados a percorrer grandes distâncias, por diversas vezes, para receber os seus subsídios em Mocuba ou Quelimane.

O Quadro 11 revela uma diminuição dos problemas relacionados com o fornecimento de alimentos, um fraco interesse dos desmobilizados nas actividades de formação, uma percentagem de problemas relacionados com o emprego ainda errática, e percentagens elevadas de problemas relacionados com os subsídios e com a complexidade do processo, sob a designação de "diversos" (referindo-se particularmente à perda de documentos e transferência do local de residência).

A medida em que a questão do pagamento dos subsídios tendia a normalizar-se, uma terceira questão ia surgindo como prioritária para os desmobilizados, a do emprego. Segundo o Conselheiro dos SIR, aqueles que procuravam emprego eram, na altura, apenas uma minoria de motoristas e mecânicos¹⁵⁸ mas era já óbvio que o problema tenderia a crescer à medida que os subsídios deixassem de ser pagos. Na primeira quinzena de Maio tal já acontecia, como se pode ver nos dados apresentados pelos SIR/Zambézia.

Inicialmente, os esforços do CORE/Zambézia para identificar empregos eram modestos, o que era previsível dada a escassez de emprego formal na província. Na sua 4^a reunião em vista do progresso lento neste domínio, o CORE decidiu criar um Grupo de Trabalho de duas pessoas (uma do Governo e outra da Renamo) para acelerar a identificação de oportunidades de emprego. Todaya, quase dois meses após a sua criação, o grupo continuava a lutar com a falta de transporte para iniciar o seu trabalho fora da cidade de Quelimane. Entretanto, as perspectivas de postos de trabalho continuavam limitadas às vagas promessas da DPCA/ECMEP.

16. A Reintegração dos Oficiais
Até aquí temos vindo a discutir a reintegração na Zambézia com base no princípio que a população militar da amostra é uma população homogénea. Embora tal seja, em parte, verdade, particularmente se tivermos em conta que os níveis

de educação e formação não variam muito entre oficiais, sargentos e soldados, existem diferenças importantes entre as classes que é necessário considerar, particularmente no tocante às expectativas após a desmobilização. Esta secção abordará tais diferenças e, ao mesmo tempo, tentará comparar a situação da Zâmbézia com a da província de Maputo e a da cidade capital do país.¹⁵⁹

A Zâmbézia é não só uma província de agricultores mas também uma onde a classe dos soldados se apresenta como clara maioria no seio da população militar. A classe dos oficiais, ali de apenas 12%, surge mais representada na província e cidade de Maputo (Quadro 1-2). Uma das razões de tal situação é a elevada concentração de oficiais no quartel de Boane, província de Maputo; na cidade de Maputo, as FAM faziam parte de um aparelho de Estado centralizado que, por sua vez, determinava a concentração ali da maior parte dos serviços administrativos.

As diferenças na base de educação formal entre oficiais, sargentos e soldados não eram importantes. Por exemplo, metade dos oficiais da cidade de Maputo, na nossa amostra, tinha apenas concluído o primeiro nível de escolaridade (6 anos). Porém, muitos oficiais haviam beneficiado de cursos de formação, particularmente no exterior, nos chamados "países-irmãos". O major Mateus Magala era um deles:

"Eu fiz o meu treino militar em Cuba, na Academia Militar da Isla de la Juventud, onde estive até 1980. Regressei ao país com qualificações para trabalhar em blindados e em ciências sociais [doutrina política], tendo sido colocado no comissariado político. (...) Em 1985 regressei ao estrangeiro pela segunda vez, para estudar engenharia mecânica na Checoslováquia."¹⁶⁰

Mesmo que os cursos frequentados e as qualificações obtidas no exército tenham ajudado às promoções, o facto é que muitos "oficiais" como Magala enfrentaram sérias dificuldades de reintegração no exército com os seus novos conhecimentos. As promoções baseavam-se, em grande medida, na antiguidade. Os oficiais da amostra da cidade de Maputo, por exemplo, fizeram em média 15 anos de serviço militar, o que é substancialmente mais do que a média de 9

anos relativa à amostra da Zambézia (que inclui todas as classes militares).

QUADRO 12:
Comparação das Classes Militares em Três Províncias (%)

	Oficiais	Sargentos	Soldados
Província da Zambézia (100%)	12,2	21,9	65,9
Província de Maputo (100%)	27,7	30,9	41,4
Cidade de Maputo (100%)	31,9	31,2	36,9
Média (100%)	24,0	28,0	48,0

Fonte: Unidade Técnica da ONUMOZ para a Desmobilização, Banco de Dados: Combatentes desmobilizados até 26 de Junho de 1994 nas províncias da Zambézia e Maputo, e na cidade de Maputo.

Em grande medida, o cenário é de um corpo de oficiais com fraca base educacional que passou muitos anos no serviço militar, onde adquiriu alguns privilégios através da promoção. Embora muitas vezes melhor equipados, em termos de conhecimentos, para enfrentar a vida civil, os oficiais, na altura de deixar o exército, encaravam a reintegração na vida civil com a mesma insegurança que as outras classes militares. Essa insegurança era agravada por uma ligação e dependência mais estreitas em relação ao aparelho militar e ao aparelho de Estado em geral, e por um sentido de terem muito mais a perder e, consequentemente, muito mais a pedir em compensação. O major Fernando Mabanga António, por exemplo, disse que

"Existe um sentimento de frustração no seio dos oficiais. Muitos de nós esperávamos mais, na ordem daquilo que obtiveram os Antigos Combatentes [da luta pela independência] há alguns anos atrás, por exemplo. Eles obtiveram as suas pensões e foram criadas algumas condições para a sua reintegração. Foi criado um fundo especial para financiar alguns dos seus projectos. No nosso caso, fazia-nos jeito o mesmo tipo de mecanismo, que poderia apoiar aqueles que querem estabelecer pequenas indústrias ou iniciar-se na actividade comercial. Eu não me encontro numa posição desesperada mas conheço pessoas [oficiais] que não sabem como encarar a situação."⁶¹

Dissémos que pelas condições especiais que afectam a classe dos oficiais, ela é mais exigente que as outras classes e, também, mais dependente do Governo.¹⁶² É esta, provavelmente, a razão porque a larga maioria dos voluntários para o novo exército provém da classe dos oficiais, na expectativa de poderem continuar a usufruir dos benefícios que lhes eram normalmente conferidos. É esta, também, a razão porque os oficiais, muito mais do que as outras classes militares, tendem a procurar trabalho assalariado, evitando o auto-emprego, por exemplo na agricultura (ver Quadro 13), uma perspectiva corroborada pelo major José Manuel:

"Não podemos ficar á espera, sem nada para fazer. Eu pretendo trabalhar e não dedicar-me ao comércio. Prefiro ser um trabalhador ou um oficial a entrar no mundo do comércio: porque o comércio tem vantagens e desvantagens. Se o comércio corre mal acabamos por passar por momentos difíceis; mas se formos assalariados existe sempre alguma coisa para nós no fim do mês. É por isso que prefiro ser trabalhador."¹⁶³

QUADRO 13:
Ocupação Pretendida Após a Desmobilização em Três Áreas: Total da População Militar e Oficiais

Área	Total		Agricultores (%)	Trabalhadores (%)
Prov. Zambézia	Militares	2.670 (100%)	36,9	17,6
	Oficiais	322 (100%)	22,6	34,2
Prov. Maputo	Militares	613 (100%)	11,2	44,5
	Oficiais	165 (100%)	8,4	50,3
Cidade Maputo	Militares	576 (100%)	3,6	46,0
	Oficiais	184 (100%)	4,3	41,3

Fonte: Unidade Técnica da ONUMOZ para a Desmobilização, Banco de Dados: Combatentes desmobilizados até 26 de Junho de 1994 nas províncias da Zambézia e Maputo, e na cidade de Maputo.

Dadas as circunstâncias especiais que envolviam os oficiais das FAM, tem sido sugerido que a sua reintegração deveria merecer, se não prioridade pelo menos uma atenção especial. Se as suas necessidades não fossem satisfeitas eles encontravam-se, muito mais que as outras classes militares, na posição de poderem ameaçar o processo de paz, dada a sua capacidade para comandar forças e a sua visão mais abrangente do processo.¹⁶⁴ Os oficiais sem formação e que exigiam compensações poderiam desistir de esperar e retirar-se do processo, tornando-se pequenos senhores de guerra autónomos. Contudo, um grande número de oficiais continuaria a pressionar as autoridades para obter emprego. Alguns, como o major José Manuel, manifestavam alguma esperança nos cursos de formação disponibilizados pelo Programa de Formação e "Kits", desde que fosse garantido emprego após a graduação.¹⁶⁵ Muitos outros esperavam por um eventual esquema de crédito que lhes disponibilizasse capital para iniciar alguma actividade. O capitão Jemere, por exemplo, antigo comandante do Centro de Treino de Cães de Guerra, encontrava-se à procura de um empréstimo para iniciar uma actividade de treino de cães para autoprotecção.¹⁶⁶ Na falta de alternativas, alguns continuavam dispostos a alistar-se no novo exército de forma a salvaguardar alguns dos privilégios do passado, como oficiais. Entretanto, os oficiais destituídos de outras fontes de rendimento continuavam a auferir de um subsídio em dinheiro muito mais elevado que o dos soldados. Segundo o major Manganhela, do CORE, o subsídio auferido pelos soldados

"...não é nem sequer suficiente para comprar estacas para construir as suas casas, já para não falar de começar um pequeno negócio ou qualquer outra actividade produtiva."¹⁶⁷

Nesta perspectiva, os soldados desprovidos de formação e conhecimentos profissionais, quer oriundos das tropas governamentais, frustrados pelos longos anos perdidos na vida militar, quer da Renamo, revoltados com a falta de cumprimento de promessas de vitória, podiam, também eles, retirar-se do processo, pressionados como estavam até ao limite. Em lugar de serem "mais fáceis de manipular" do que os oficiais no processo de desmobilização e reintegração,

também eles se apresentavam potencialmente capazes de restabelecer um padrão de violência no país, sob o comando de oficiais descontentes ou autonomamente, mesmo, em pequenos grupos. Uma vez que qualquer categoria militar se apresentava capaz de ameaçar a segurança, não devia ser concedida prioridade a nenhum grupo específico nesta base. Num ambiente em que as armas eram relativamente fáceis de obter, oficiais, sargentos e soldados, do Governo e da Renamo, deveriam ser tratados em pé de igualdade no processo de reintegração, mesmo que se tivessem em atenção as especificidades de cada classe. Todos eles faziam, e fazem parte do PDR moçambicano. A menos que sejam concedidas condições decentes, quer nas FADM ou na vida civil, existe sempre a possibilidade do surgimento de um padrão de instabilidade baseado na guerrilha e no banditismo. Sinais desta situação começavam, de facto, a surgir não só na Zambézia mas, também, no sul e outras zonas do país.¹⁶⁸

III CONCLUSÕES

1. Desmobilização

A implementação do AGP deparou frequentemente com momentos de crise devido a problemas no processo de acantonamento e desmobilização das tropas do Governo e da Renamo. Concretamente, surgiram três grupos de dificuldades:

a) Problemas logísticos, de dois tipos. Deficientes condições em muitos CAs, particularmente falta de água, de vestuário e alimentos, contribuiram para um ambiente tenso e volátil. Os problemas logísticos também se manifestaram nas dificuldades enfrentadas pelas duas partes, particularmente de transporte, no envio das suas tropas para os CAs. Todos estes factores atrasaram o calendário do acantonamento muito para além do que inicialmente se esperava.

b) Problemas técnicos, relacionados com as dificuldades experimentadas por ambas as partes na apresentação das listas dos contingentes para desmobilização e integração nas FADM. De entre os problemas técnicos também se salientam as dificuldades da ONUMOZ no processamento dos dados dos CAs

c) Problemas políticos, causados sobretudo pela falta de confiança entre as partes, o que constituiu urna herança da guerra. A reconciliação, particularmente neste campo muito sensível das forças armadas, era (e em alguma medida ainda é) algo que levava tempo a conseguir, através de um processo longo e, por vezes, difícil. Um olhar para o processo de paz de dois anos, entre 1992 e 1994, indica que foi na desmobilização dos combatentes que se cristalizaram as dificuldades da reconciliação, reflectindo os avanços e fracassos.

Foi também no ambiente explosivo vivido nos CAs que a capacidade de ambas as partes para controlar os seus homens foi testada. Em resultado, foram afectados outros processos, nomeadamente a criação do novo exército. De facto, as dificuldades em encontrar voluntários constituiu uma das grandes causas dos atrasos verificados no estabelecimento das FADM. Um outro problema decorrente, também experimentado de alguma forma no processo que conduziu às eleições de 1992 em Angola, foi a falta de uma cultura política que produzisse um sentido de unidade no seio dos soldados das FADM, sentido esse que ajudaria a esmagar os motins na sua origem e a dissolver quaisquer sentimentos antigos de revolta.

No sentido estrito, a desmobilização parece ter sido conseguida a um nível sem precedentes em comparação com outras operações do género mediadas pelas Nações Unidas. O processo acantonou, desarmou e desmobilizou praticamente todos os combatentes de ambas as partes. Consequentemente, longe de se tratar de uma fase mais no calendário do processo de paz, a conclusão da desmobilização teve um impacto muito positivo, dominando a tensão e reduzindo a possibilidade de agendas obscuras baseadas na procura de soluções militares para problemas políticos.

Apesar do reconhecimento do seu sucesso, é

princípio que deveria agir não só sobre os ex-combatentes mas, também, sobre as estruturas que os deviam absorver,¹⁷⁰ e ao priorizar a agricultura de pequena-escala como sector capaz de absorver e estabilizar o maior número de desmobilizados.

Porém, a consideração das potencialidades da agricultura de pequena-escala no processo de reintegração ignorou alguns aspectos de importância decisiva. Um é que desde há já várias décadas que a agricultura de pequena-escala, por si só, não é capaz de garantir a subsistência da família rural, sendo antes complementada pelo trabalho assalariado, migratório, nas plantações ou outro. Consequentemente, e como se pôde verificar nas tendências posteriores, os desmobilizados tendem a deixar as suas famílias no campo, partindo à procura de alternativas de fontes de rendimento, particularmente no comércio informal nas cidades. Além disso, a "fraqueza" da agricultura de pequena-escala como alternativa é exacerbada por problemas como a falta de estradas, de cantinas e terras, e a presença de minas. As políticas de preços são também desfavoráveis aos pequenos produtores agrícolas.

Por outro lado, a estratégia de reintegração das Nações Unidas, ao desenvolver um enfoque estreito sobre as questões económicas (na base de que "a sociedade indígena demonstra grande capacidade de interacção e apoio",¹⁷¹ contando assim com a "auto-regeneração" das estruturas sociais), parece ter negligenciado quão profundamente a guerra afectou as famílias rurais e a medida em que o contexto social tem um papel fundamental na organização da agricultura de pequena-escala a nível doméstico. Tal princípio, pelo menos em 1994, apresentava-se incorrecto porque a "sociedade indígena" estava longe de ter o equilíbrio necessário para ser capaz de fornecer o contexto social no qual a agricultura de pequena-escala podia florescer. Consequentemente, afigurava-se necessário melhorar o conhecimento das comunidades que recebiam ex-combatentes, mesmo que mantendo o enfoque mais directo sobre estes últimos. Tal devia ser feito através de estudos dirigidos para o impacto exercido pela guerra ao nível das famílias rurais, para a reunião familiar, para a interacção de regressados e ex-combatentes, etc.

Outro conjunto de problemas resultou da forma como a estratégia de reintegração foi implementada. Porque as dificuldades de implementação tenderam a ser minimizadas desde o início, todos os programas da "componente de desenvolvimento a mais longo prazo" foram atrasados. O Programa de Formação e "Kits" demorou a produzir resultados modestos e o esquema dos subsídios do EAR passou por grandes dificuldades na transição do período de 6 meses apoiado pelo Governo para o período de 18 meses apoiado pela comunidade internacional.

Outra área particularmente difícil do processo de implementação dizia respeito ao programa problemático dos SIR, colocado como estava entre os ex-combatentes e a sociedade civil. No caso dos SIR/Zambézia, o problema inicial foi o seu arranque tardio, apenas em Abril de 1994, quando já tinham sido desmobilizados perto de dois mil combatentes. Apesar da procura dos seus serviços ter subido rapidamente, em finais de Junho os SIR/Zambézia estavam ainda a procurar enfrentar problemas como a falta de energia eléctrica e de telefones nas suas instalações. Apesar dos seus esforços, o pessoal nomeado para dirigir o trabalho não tinha formação suficiente e estava desprovido de meios para cumprir com o que estava definido como papel dos SIR, particularmente procurar ir de encontro às necessidades expressas pelos ex-combatentes ou realizar a tarefa muito difícil de identificação de potenciais empregadores.

Consequentemente, as iniciativas dos ex-combatentes, desesperados com a sua situação, foram ao ponto de ameaçar a integridade pessoal dos próprios funcionários dos SIR. Uma vez que não se podiam procurar causas vagas para os problemas como a fraca economia nacional, o pessoal dos SIR, confrontado com exigências concretas dos desmobilizados, tendiam a responsabilizar outros serviços (tais como a administração civil, a polícia ou o BPD), transferindo para aqueles os pedidos ou exigências dos desmobilizados e prometendo a estes eventuais resultados. Desta maneira, os SIR, que em princípio deviam informar os ex-combatentes sobre as suas oportunidades, corriam o risco de manter expectativas irrealistas ou, mesmo, de as elevar para além do que estava disponível.

necessário ter em conta os problemas sérios com que deparou o processo de desmobilização. Um deles foi que, ao demorar muito mais que o planeado, o acantonamento criou um descontentamento grave e generalizado entre os ex-combatentes. Isto acabou por ter um efeito muito negativo no processo de paz, em particular ao criar, na véspera das eleições, um ambiente generalizado de amotinamentos e fragilidade nas condições de segurança. Outra consequência foi que ficou denegrida a imagem dos "organizadores" do processo (as duas partes e a ONUMOZ) aos olhos dos soldados acantonados. Este factor, associado ao "cansaço da guerra" sentido pelos combatentes, reduziu o número de voluntários para as FADM e contribuiu para uma situação em que o novo exército surgiu, à partida, muito mais fraco do que o planeado em 1992, quando o AGP foi assinado.

Um outro problema do processo de desmobilização é que ele não visava apenas a desmobilização das tropas, incluindo também outras questões como o futuro dos arsenais existentes. Os atrasos na criação das FADM (que deveria "absorver" grande parte do armamento disponível) associaram-se às dificuldades demonstradas pelas Nações Unidas na resolução deste difícil problema da destruição do armamento obsoleto e da canalização do restante para as forças armadas. Em resultado, centenas, senão milhares de esconderijos de armas continuaram a representar um sério risco à estabilidade do processo.

Finalmente, a desmobilização não é um processo autónomo. Pelo contrário, ela está intimamente ligada ao processo de reintegração social e económica dos militares desmobilizados. Em princípio, os problemas com que se deparou o esquema de reintegração deveriam ter tido um impacto negativo na desmobilização, na medida em que as dificuldades enfrentadas pelos soldados já desmobilizados poderiam actuar como desincentivo para a desmobilização dos restantes. Porém, apesar de tudo, a passagem à vida civil surgiu como necessidade urgente no seio dos combatentes acantonados, necessidade essa que se sobrepôs a todas as outras considerações. Ela deveu-se ao "cansaço da vida militar" associado às duras condições experimentadas pelos combatentes no longo período de acantonamento.

Porém, se os factores negativos ligados à reintegração não afectaram a desmobilização, a forma como o processo de desmobilização se desenvolveu teve, por sua vez, um efeito importante na reintegração. O longo período passado pelos combatentes nos CAs, ao ajudar a instalar naqueles o desejo de sair a qualquer custo, afectou os programas de "acção de resposta rápida" entendidos como fazendo parte da primeira fase da estratégia de reintegração.¹⁶⁹ Além disso, o longo período passado nos centros contribuiu para aprofundar a desconfiança dos ex-combatentes relativamente à ONUMOZ, ao Governo e, também, cada vez mais, à Renamo. Em particular, tal desconfiança alargou-se para abranger o novo exército, visto pela esmagadora maioria como nada mais que o velho exército com novo nome, mantendo as velhas ineficiências e insensibilidades para com as condições de vida dos seus soldados. Este factor, ao ajudar a limitar o número de voluntários para as FADM, levou a que o número de desmobilizados atirado para a vida civil crescesse concomitantemente, representando assim mais uma dificuldade para o processo de reintegração.

2. Reintegração

O primeiro obstáculo com que se teve que deparar a reintegração social e económica dos ex-combatentes foi a fraca economia do país, com a sua capacidade muito limitada de absorver ex-combatentes e o seu crescimento muito lento. Na Zambézia, por exemplo, eram muito poucos os postos oferecidos pelo mercado formal de emprego, sobretudo por agentes económicos sub-capitalizados e com reservas relativamente a investir numa situação longe ainda de estar estabilizada, particularmente em termos de segurança. A agravar o problema estava a atitude de muitos empregadores, incluindo o Governo e os departamentos provinciais do Estado, que tendiam a encarar os ex-combatentes como potencialmente violentos e capazes de instigar a revolta nos locais de trabalho.

Neste contexto, a estratégia desenhada inicialmente pelo CORE parecia adequada, particularmente ao partir do

A fraca estrutura dos SIR e do CORE provincial estava também por detrás dos progressos muito lentos na identificação de potenciais empregadores. O exemplo da Zambézia mostra quão lentos e modestos eram os resultados conseguidos e quão séria a falta de coordenação neste domínio. E, no entanto, afigurava-se fundamental o envolvimento dos potenciais empregadores, que tinha que ir tão longe quanto a sua participação na definição da estratégia de reintegração. Por exemplo, a "impopularidade" da agricultura de pequena-escala não podia ser revertida apenas com recurso à presuação e apoio às iniciativas dos ex-combatentes. Uma nova atitude relativamente à agricultura pressupõe decisões fundamentais a nível político em assuntos específicos como a posse e distribuição da terra, políticas de preços e comércio rural, assim como progressos tangíveis na construção e reabilitação de estradas e desminagem. A intervenção nestes campos poderia tornar a agricultura mais atractiva para os ex-combatentes, enquanto opção de emprego.

O caso da Zambézia mostra que os empresários privados, tais como as companhias de plantação, sabem muito pouco sobre os esforços da reintegração. A participação de representantes do Governo e da Renamo em fóruns como o CORE provincial não resolia, por si só, os problemas existentes, uma vez que eles tinham grandes dificuldades em sensibilizar e envolver as suas respectivas estruturas de apoio. Consequentemente, o plano provincial para 1994 não chega a mencionar especificamente os ex-combatentes, nem o CORE/Zambézia chegou a fazer qualquer abordagem séria às estruturas estatais capazes de empregar desmobilizados.

Os problemas levantados pela reintegração transcendiam o âmbito da missão de paz das Nações Unidas. Eles pertencem à esfera do desenvolvimento sócio-económico do país e só podem ser enfrentados cabalmente por meio de um esforço continuado que tem que incluir políticas governamentais adequadas, políticas essas que assegurem que o emprego dos ex-combatentes, particularmente na agricultura, mereça a necessária prioridade. Também necessária é uma boa coordenação do trabalho dos diversos sectores envolvidos, nomeadamente o Estado, os

empregadores privados, as ONGs e, obviamente, os ex-combatentes eles próprios.

A desmobilização conseguida assegurou um ambiente relativamente estável na altura das eleições e conseguiu manter os dois beligerantes no quadro do processo de paz estabelecido pelo AGP. Nesta perspectiva, a possibilidade do velho conflito ser reactivado diminuiu radicalmente. Todavia, os resultados incipientes da reintegração dos ex-combatentes podem constituir um dos factores da emergência de acções criminosas levadas a cabo, em parte, por desmobilizados descontentes.

NOTAS

¹As eleições gerais realizadas em 27-28 de Outubro de 1994 marcaram o fim deste período, precisamente dois anos após o início da implementação do Acordo Geral de Paz. Ajello fazia-se acompanhar por 10 observadores militares encabeçados pelo tenente-coronel J.P. Sinhá. Notícias, 16 de Outubro de 1992.

²UN Security Council S/24635.

³Sobre o relatório do Secretário Geral, United Nations Security Council: S/24642, 9 de Outubro de 1992 ("United Nations Operation in Mozambique: Report of the Secretary-General"). Para a resolução, United Nations Security Council: S/RES/782 (1992), 13 de Outubro de 1992.

⁴"A implementação do Acordo iniciar-se-á com o cessar-fogo que entrará em vigor no Dia E, o dia em que o próprio Acordo entrará em vigor na sequência da publicação, no Boletim Oficial, dos instrumentos legais adoptados pela Assembleia da República. Espera-se que tal tenha lugar o mais tardar em 15 de Outubro de 1992". UN Security Council S/24642, 9 de Outubro de 1992:2 [n/trad.].

⁵A CSC foi chefiada pelo SRSG interino ele próprio, e integrou representantes das partes ao mais alto nível. O Governo estava representado por Armando Guebuza (então chefe da delegação governamental e Ministro dos Transportes e Comunicações Communications), Teodato Hunguana (Ministro do Trabalho), John Kachamila (Ministro dos Recursos Naturais), Tomás Salomão (Vice-

Ministro do Plano), Francisco Madeira (Assessor Diplomático do Presidente da República), e pelos oficiais de alta patente do exército Salvador Mtumuke, Soares de Lima e Justino N'Repo. A Renamo fez-se representar por Raul Domingos (chefe da delegação da Renamo e chefe do Departamento de Organização daquele movimento), José de Castro (Secretário dos Assuntos Externos), Anselmo Victor, Lourenço Macome and Jerónimo Malagueta. O CSC também integrava representantes da Itália (o Estado que mediou o Acordo), Portugal, Reino Unido, Estados Unidos da América e França, assim como da Organização da Unidade Africana e, desde Dezembro, da República Federal Alemã. O papel da CSC foi assim definido: a) garantir a implementação das disposições contidas no Acordo Geral de Paz; b) garantir o respeito do calendário previsto para o cessar-fogo e para a realização de eleições; c) responsabilizar-se pela interpretação autêntica dos acordos; d) dirimir litígios que surjam entre as Partes; e) orientar e coordenar as actividades das Comissões subordinadas referidas no número II.7 do Protocolo do Acordo. (Acordo Geral de Paz em *Boletim da República*, no.14 (I Série), 14 de Outubro de 1992: 202-(13); e tradução inglesa em UN Security Council, S/24642, 9 de Outubro de 1992).

⁶A CCFADM tinha o papel, indicado no seu nome, de criar o novo exército nacional. Nela o Governo esteve inicialmente representado por Tobias Dai, e a Renamo por Mateus Ngonhamo, participando igualmente representantes da França, Reino Unido e Portugal. Na CCF, Aleixo Malunga representou inicialmente o Governo e Hermínio Moraes a Renamo, estando também representados o Botswana, Egípto, França, Itália, Nigéria, Portugal, Reino Unido e Estados Unidos da América. Na CORE, Eneas Comiche, Ministro das Finanças, representou inicialmente o Governo, e Domingos Varga a Renamo, tendo participado igualmente representantes da Dinamarca, França, República Federal Alemã, Itália, Países Baixos, Noruega, Portugal, África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos da América e Comunidade Europeia. Mais tarde foram criadas outras comissões, nomeadamente a Comissão Nacional dos Assuntos Policiais (COMPOL), a Comissão Nacional de Informação (COMINFO), a Comissão Nacional da Administração Territorial e a Comissão Nacional de Eleições (CNE).

⁷ONUMOZ é aquilo que se pode considerar um "acrónimo híbrido", com a primeira metade em português (ONU para Organização das Nações Unidas) e a segunda em inglês (MOZ para Moçambique).

⁸UN Security Council, S/24892, 3 de Dezembro de 1992: "Report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)", p.5, ratificado por UN Security Council, S/RES/797 (1992), 16 de Dezembro de 1992.

⁹Distribuídos como segue, segundo UN Security Council S/24892, de 3 de Dezembro de 1992: 5 batalhões de infantaria para assegurar a segurança permanente, particularmente ao longo dos corredores; 3 companhias de engenharia (apoados por entidades contratadas no campo da desminagem e engenharia) para apoiar a desminagem e reparação das estradas e a destruição das armas e munições que não seriam canalizadas para as novas forças armadas; uma companhia de comando e serviços, incluindo um pelotão de polícia militar; uma unidade de comunicações militares para assegurar as comunicações entre todos os componentes da ONUMOZ; uma unidade médica militar; uma unidade de aviação para assegurar as ligações do comando, reconhecimentos, investigações, evacuações médicas e reabastecimentos; três companhias de logística para desempenhar as funções de um sistema civil de reabastecimento inexistente; e uma companhia de controle de movimentos.

¹⁰Ver, entre outros, UN Department of Public Information, DPI/1326, Janeiro de 1993.

¹¹AGP, Protocolo VI, I.3. Este aspecto foi mais especificado, na concepção geral da operação, como um cessar-fogo "rapidamente seguido da separação das forças de ambos os lados e sua concentração em Centros de Acantonamento especialmente indicados. Logo após, iniciar-se-á a desmobilização das tropas que não irão integrar-se nas novas Forças de Defesa de Moçambique (FADM), desmobilização essa que se iniciará e concluirá no prazo de seis meses contados a partir do Dia E". UN Security Council: S/24642, 9 de Outubro de 1992, "United Nations Operation in Mozambique: Report of the Secretary-General", p.2.

¹²AGP, Protocolo IV, "Das Questões Militares", VI, 5.

¹³Notícias, 11 de Novembro de 1992.

¹⁴Segundo Notícias, 17 de Maio de 1993, as forças armadas da ONUMOZ passaram a ser consideradas completas a partir desta data, com os seguintes números: Bangladesh (1.320), Botswana (721), Itália (1.039), Uruguai (820), Zâmbia (821). E Índia (655, no apoio logístico), Portugal (comunicações), Japão (48, controlo de movimentações), Argentina (36, unidade médica), mais 207 militares desarmados provenientes de 17 países e 168 oficiais de Estado-Maior.

¹⁵Notícias, 14 de Janeiro de 1993. Paralelamente, o PMA anunciou planos para o apoio alimentar aos centros durante um período mínimo de 18 meses. Estava previsto o fornecimento de 14.000 toneladas métricas de alimentos a cerca de 120.000 pessoas (os combatentes

referidos mais cerca de 38.000 familiares dependentes), através de uma operação de emergência na qual seriam dispensados 5,8 milhões de dólares. *Notícias*, 8 de Janeiro de 1992.

¹⁶*Notícias*, 25 de Março de 1993.

¹⁷Ver *Notícias*, 13 de Março de 1993, a este respeito.

¹⁸*Notícias* 10 de Abril de 1993. Na mesma ocasião, Dhlakama afirmou que "se nós tivéssemos aqui, hoje, 7.000 soldados das Nações Unidas, hoje mesmo eu ordenaria às minhas tropas que entregassem as suas armas e se dirigissem para os centros de acantonamento." Estimava-se, nesta altura, que o contingente das Nações Unidas era ainda de 65 por cento percent do total a instalar no âmbito da ONUMOZ.

¹⁹O episódio do dinheiro para financiar os partidos políticos encheu as páginas dos jornais durante alguns dias. Segundo Dhlakama, havia sido assinado em Roma um acordo secreto entre Guebuza, Domingos e Luigi Adraza, então director geral italiano para a cooperação, acordo esse que estabelecia que seriam reservados 32 milhões de dólares para financiar os partidos políticos, dos quais 15 milhões se destinariam à Renamo. A Itália teria sido o único país a subscrever uma tal proposta, uma vez que os outros países haviam invocado restrições de ordem legal para se recusarem a conceder apoio financeiro a partidos políticos.

²⁰*Notícias*, 26 de Junho de 1993.

²¹*Notícias*, 8 de Julho de 1993.

²²*Notícias*, 15 de Julho de 1993.

²³*Notícias*, 4 de Agosto de 1993.

²⁴*Notícias*, 24 de Agosto, 4 de Setembro de 1993.

²⁵Imediatamente após a cimeira, Dhlakama afirmou que continuava a ser necessária uma autorização especial da Renamo, particularmente para os madeireiros que penetravam nas zonas sob controlo da Renamo. O problema das duas administrações continuava por resolver.

²⁶Para além dos grupos de milícias, esta mensagem destinava-se às companhias de segurança recém criadas, sobretudo em Maputo.

²⁷*Notícias*, 15, 20, 21 de Setembro de 1993.

²⁸*Notícias*, 29 de Setembro de 1993.

²⁹*Notícias*, 30 de Setembro de 1993.

³⁰*Notícias*, 19, 21 de Outubro de 1993.

³¹*Notícias*, 23 de Outubro de 1993.

³²*Notícias*, 25, 27, 29 de Outubro de 1993.

³³*Notícias*, 16 de Outubro de 1993.

³⁴*Notícias*, 22 de Novembro de 1993.

³⁵AGP, Protocolo VI, I,ii.

³⁶*Notícias*, 4 de Dezembro de 1993.

³⁷Números fornecidos por Ajello em *Notícias*, 3 de Dezembro de 1993.

³⁸*Notícias*, 13 de Dezembro de 1993.

³⁹*Notícias*, 15 de Dezembro de 1993.

⁴⁰Dos 27 centros considerados (excluindo Salamanga e Dunda), só 15 foram estabelecidos nesta altura (9 para o Governo e 6 para a Renamo); tendo os restantes 12 (8 para o Governo e 4 para a Renamo) sido aprovados pela CCF apenas em 1 de Fevereiro de 1994. A 17 desse mês a CSC determinou a retirada da Renamo de Salamanga e a concentração dos homens que ali se encontravam em Chinhanganine.

⁴¹Percentagens baseadas nos totais de 61.138 e 21.000, respectivamente para o Governo e para a Renamo. A divergência nas percentagens entre os quadros 2 e 3 deve-se, portanto, aos diferentes totais considerados em termos de homens e centros. Não devemos esquecer que a 1 de Fevereiro foram estabelecidos os últimos centros (à excepção dos dois centros da Renamo ainda em disputa).

⁴²*Notícias*, 15 de Janeiro de 1994.

⁴³Domingo, 12 de Dezembro de 1993; *Notícias*, 16 de Dezembro de 1993.

⁴⁴De facto, tornou-se nesta altura difícil de destrinçar entre os protestos típicos das tropas encantonadas e o mero banditismo social. Ver, a este respeito, *Notícias*, 22, 27 de Janeiro de 1994.

⁴⁵*Notícias*, 30 de Dezembro de 1993.

⁴⁶O único programa que atraía os soldados acantonados nesta altura era a difusão de música pelas Nações Unidas nos centros, particularmente música norte-americana.

⁴⁷Para além destes 1.000 homens, Nihia, primeiro-secretário da Frelimo em Nampula e antigo general do exército governamental, foi também acusado de manter uma força especial de 350 homens. Anos os dias algo tensos em que decorreu a investigação, a CCF, através do seu chefe, o coronel italiano Pier Giorgio Segala, concluiu que o incidente se baseara num malentendido, uma vez que a zona onde, segundo Ngonhamo, as actividades clandestinas de treino estariam a ter lugar, era uma zona utilizada pelo Governo, com conhecimento da ONUMOZ, como campo de trânsito de soldados que afluam aos CAs.

⁴⁸Notícias, 3 de Fevereiro de 1994.

⁴⁹Domingo, 20 de Fevereiro de 1994.

⁵⁰Notícias, 1 de Fevereiro de 1994.

⁵¹Em Janeiro, Enzo Ponziani, chefe de operações da sub-delegação da OIM em Maputo havia já anunciado que a sua organização estava preparada e dotada de uma metodologia para garantir o transporte de todos os soldados desmobilizados desde os CAs para zonas escolhidas por eles. Domingo, 6 de Fevereiro de 1994.

⁵²Notícias, 14 de Fevereiro de 1994.

⁵³Notícias, 19 de Fevereiro de 1994.

⁵⁴Em 23 de Maio de 1994 a administração norte-americana interpelava o Governo de Moçambique, expressando particular preocupação devido às tentativas governamentais para evitar a desmobilização de unidades-chave como a 6ª Brigada de Tanques ou a Brigada Nyanga.

⁵⁵ONUMOZ, Secção CCF, "Problems/Incidents in Assembly Areas and Other Areas", actualizado em 9 de Junho de 1994. Evidentemente que estes números não se podem considerar absolutos, dependendo dos critérios que determinavam o que é que valia a pena ser reportado como incidente. Porém eles constituem, na nossa perspectiva, um excelente indicador e consideramos aqui todos os incidentes reportados independentemente da sua gravidade. Toda a informação apresentada nesta secção provém desta fonte e não ser que se especifique outra.

⁵⁶A tipologia das causas aqui utilizada inclui cinco categorias principais, nomeadamente: 1) atraso na desmobilização; 2) salários em atraso; 3)

deficientes condições de alojamento, alimentação e água; 4) recusa de alistamento no novo exército; e 5) "problemas sociais".

⁵⁷Esta inclui como reacções principais das tropas acantonadas as seguintes: 1) assalto aos armazéns de alimentos e vestuário; 2) assalto aos depósitos de armas dos CAs; 3) interrupção da cadeia de comando; 4) ameaças à segurança da equipa da ONUMOZ no CA; 5) bloqueamento de estradas; 6) actos de vandalismo fora dos CAs, incluindo ataques a civis, lojas, etc.

⁵⁸Embora este tipo de acção também tivesse ocorrido nos campos da Renamo, a incidência foi aqui muito menor (14 por cento dos casos).

⁵⁹Ver, entre outros, *Notícias*, 13-14 de Julho de 1994.

⁶⁰*Notícias*, 28 de Julho de 1994; *Domingo*, 31 de Julho de 1994.

⁶¹Tropas deixadas fora dos CAs para assegurar a segurança nacional e manter as instalações militares.

⁶²ONUMOZ, "Relatório do Presidente da Comissão de Supervisão e Controle sobre a Implementação do Acordo Geral de Paz", 22 de Abril de 1994; *Savana*, 13 de Maio de 1994. Para a inclusão dos soldados das FAM desmobilizados antes do AGP ver, por exemplo, *Notícias*, 6 de Abril de 1994. A disponibilização de fundos, pela comunidade doadora, para beneficiar este grupo foi anunciada em 23 de Junho e o seu registo iniciou-se a 29 do mesmo mês. Ver *Notícias*, 23 de Junho de 1994; *Notícias*, 29 de Junho de 1994.

⁶³Ver, entre outros, *Notícias*, 6 de Abril de 1994.

⁶⁴Ver a secção 2.2 a este respeito.

⁶⁵*Notícias*, 18 de Maio de 1994; *Domingo*, 20 de Maio de 1994.

⁶⁶*Notícias*, 12 de Julho de 1994.

⁶⁷*Notícias*, 7 de Julho de 1994.

⁶⁸Para o contexto das discussões que precederam o acordo relativamente aos assuntos militares no quadro do AGP ver Alex Vines, "Change and the Military in Mozambique", comunicação à Conferência US DIC subordinada ao tema 'Change and the Military in Africa', Alconbury, UK: 6-7 de Maio de 1993.

⁶⁹Ver esta linha de análise em José Luís Cabaço, "FADM – Aprender dos outros: e de nós" in *Domingo*, 22 de Maio de 1993.

⁷⁰AGP, Protocolo IV, I-ii.

⁷¹Segundo o AGP, Protocolo IV, I-iii, 1(d), "A CCFADM elaborará directivas sobre o faseamento do levantamento de estruturas das FADM e proporá à CSC: as normas aplicáveis às FADM; o orçamento a atribuir às FADM até à tomada de posse do novo Governo; os critérios de selecção e a selecção do pessoal das FAM e das forças da Renamo para a formação das FADM; os nomes dos oficiais comandantes dos Comandos principais." A CCFADM foi dirigida pelo próprio Aldo Ajello até 13 de Maio de 1994, altura em que ele anunciou a sua substituição pelo seu adjunto nesse fórum, o iraniano Behrooz Sadry. Ver *Notícias*, 14 de Maio de 1994.

⁷²Em Maio, numa altura em que a criação do novo exército enfrentava diversos problemas, particularmente de ordem financeira, o Governo procurou apoios junto da comunidade internacional e obteve algumas garantias da Itália. Um pouco mais tarde o Zimbabwe respondeu também favoravelmente ao pedido de envio de 100 instrutores, que assumiram um papel de supervisão até então assegurado por militares britânicos. *Notícias*, 25 e 27 de Maio; 11 de Junho de 1994.

⁷³*Domingo*, 6 e 27 de Março de 1994; *Notícias*, 26 de Junho, 27 de Julho de 1994.

⁷⁴*Domingo*, 6 e 27 de Março de 1994; *Notícias*, 15 e 21 de Maio, 15 de Junho de 1994.

⁷⁵*Domingo*, 20 de Março de 1994; *Notícias*, 4 de Maio de 1994.

⁷⁶*Notícias*, 27 de Maio, 13 e 14 de Julho de 1994. Ao mesmo tempo também tinha lugar a formação de civis em desminagem, particularmente no quadro de um pacote de 4 milhões de dólares disponibilizados pela USAID para esta actividade. Em Junho, cerca de 100 "desminadores" concluíram o seu curso no Savane, perto da cidade da Beira, e começaram a actuar nas províncias de Sofala, Manica e Zambézia, das mais afectadas pela colocação indiscriminada de minas durante a guerra. Até Dezembro foram formados mais 300 "desminadores", também no Savane, num curso financiado pela UNOHAC. *Notícias*, 16 e 21 de Junho de 1994.

⁷⁷*Notícias*, 8 de Junho de 1994.

⁷⁸*Notícias*, 15 e 30 de Março; 11 e 14 de Abril de 1994.

⁷⁹*Notícias*, 6 e 7 de Julho de 1994.

⁸⁰*Notícias*, 10 e 17 de Setembro de 1994.

⁸¹A situação em que se tinha o mesmo corpo militar chefiado por dois comandantes, um de cada uma das partes, constituía um compromisso peculiar que envolvia bastantes riscos. Ela só viria a ser abandonada depois das eleições, com a nomeação de um único Chefe do Estado-Maior das FADM. *Domingo*, 10 de Julho de 1994.

⁸²Os salários dos soldados, por exemplo, aumentaram dos 35,000.00 mt pagos na altura nas FAM para 95,000.00 mt. *Domingo*, 20 de Março de 1994.

⁸³Ver, entre outros, *Domingo*, 20, 27 de Março de 1994; *Notícias*, 24 de Março de 1994.

⁸⁴Tais condições não se limitavam apenas a salários e outras ofertas materiais. Elas incluíam também a imagem de um novo exército no qual os regulamentos eram correctamente estabelecidos e seguidos, contrariando a arbitrariedade que havia caracterizado as relações no seio das FAM e das forças da Renamo, particularmente na fase final da guerra. Testemunhos sugestivos do comportamento ditatorial de pequenos comandantes no teatro de operações, como por exemplo punições sem causas aparentes ou o tratamento dos soldados como servos privados (para preparar o banho quente dos seus chefes, para lhes encontrar mulheres nas cercanias, etc.), foram recolhidos pelo Major Vitor Dias em "Novo Exército, quem quer?", 22 de Julho de 1994.

⁸⁵Um debate sobre a situação das FADM transmitido pela Rádio Moçambique em 15 de Julho de 1994, estimava que em finais de Outubro, altura das eleições, as FADM seriam compostas apenas por cerca de 12.000 homens. Em Setembro o efectivo dos 6 batalhões das FADM era ainda de 8.281 homens. *Notícias*, 17 de Setembro de 1994.

⁸⁶O Governo insistia que conseguia ter um novo grupo de 15.000 homens por alturas das eleições de Outubro. *Notícias*, 15 de Junho de 1994.

⁸⁷Em Julho, três meses antes das eleições, o representante da Renamo junto da CCFADM continuava a acusar o Governo de discriminação dos oficiais das FADM provenientes da Renamo. *Notícias*, 23 de Julho de 1994.

⁸⁸*Notícias*, 16 de Julho de 1994.

⁸⁸Entretanto iniciava-se o debate sobre os papéis do exército e da polícia, questão crucial uma vez que as maiores ameaças ao processo de paz pareciam agora vir do interior do país e não da região, cuja situação se apresentava particularmente favorável do ponto de vista de Moçambique. Todavia, estas questões estão já fora do âmbito deste texto.

⁸⁹AGO, Protocolo IV, artigo VI, ii, 2, d), in *Boletim da República*, Série I, No.42, 14 de Outubro de 1992: 202-(11).

⁹⁰Ver a introdução ao Capítulo 1 para a composição da CORE ao nível central.

⁹²O nível regional foi estabelecido como um corpo não estruturado que permitiria a discussão regular entre os vários programas e operações provinciais da CORE.

⁹³UNOHAC/CORE 3, Annex 3: Julho de 1993.

⁹⁴Segundo UNOHAC/CORE 5, Annex 2, Fevereiro de 1994:1, o trabalho prioriza as questões económicas porque é esta, obviamente, a principal preocupação dos soldados desmobilizados e porque "a sociedade indígena demonstra uma grande capacidade de interacção e apoio sociais, e não é provável que programas apoiados a partir do exterior melhorem tal capacidade."

⁹⁵*Notícias*, 28 de Junho de 1994. Desenvolveram-se também alguns programas de formação profissional fora deste âmbito. O governo italiano, por exemplo, anunciou na altura a disponibilização de 1.355.000 de dólares para apoiar 36 cursos nas províncias de Maputo, Sofala e Manica, beneficiando ex-combatentes. *Notícias*, 14 de Junho de 1994.

⁹⁶UNOHAC/Core 5, Annex 2: Fevereiro de 1994:6.

⁹⁷"Provincial Fund for the Re-integration of Demobilised Soldiers" (Summary): s/d.

⁹⁸"Provincial Fund for Re-integration of Demobilised Soldiers" (draft): s/d.

⁹⁹Os esforços para conseguir "bolsas de paz" nas zonas de guerra ocorreram também em outras zonas do país, tal como o fenómeno "Mongói" no sul, mas de forma muito menos estruturada. Particularmente na Zambézia e em Tete, as Testemunhas de Jeová também tentaram resistir à violência exercida pela guerra, embora de

forma muito mais passiva, apelando a uma atitude pacifista.

¹⁰⁰Até à data, o estudo mais detalhado do fenómeno "Naparama" é de Ken Wilson, "Cults of Violence and Counter-Violence in Mozambique", *Journal of Southern African Studies*, Vol.10, No.3, Setembro de 1992. Ver também Jean-Claude Legrand, "Logique de Guerre et Dynamique de la Violence en Zambezia, 1976-1991", inédito, Dezembro de 1991.

¹⁰¹Rombézia é o território localizado entre a fronteira com a Tanzânia (rio Rovuma) e o rio Zambeze.

¹⁰²Segundo fontes dos serviços de informações portugueses da altura, todos os membros da primeira direcção da UNAR haviam antes pertencido à Frelimo, Coremo ou Unami.

¹⁰³Os escritórios centrais da UNAR localizavam-se no edifício da sede do Malawi Congress Party, o partido no poder no Malawi nessa altura, segundo Serviços de Centralização e Coordenação de Informações (SCCI), "Boletim de Difusão de Informações", no.32, 5 de Abril de 1968, in Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo de Tete, Moatize, Cx.105.

¹⁰⁴O facto de a UNAR não ter sido directamente criada pela administração colonial é demonstrado pela surpresa que a sua criação provocou junto dos serviços de informações portugueses da altura, manifesta nos relatórios sobre o assunto.

¹⁰⁵Ver, a este respeito, Alex Vines, *Renamo. Terrorism in Mozambique*, London: CSAS/James Currey/Indiana University Press, 1991:53-58. Para uma perspectiva mais recente, Gil Lauriciano (ed), "Armed separatists re-emerge in Mozambique", *Mozambique Inview*, No.1, 8 de Junho de 1994.

¹⁰⁶António Barros, Contacto Pessoal, Quelimane: 30 de Junho de 1994.

¹⁰⁷Para uma discussão global da guerra na Zambézia, que sai do âmbito do nosso texto, ver Alex Vines, *Renamo. Terrorism in Mozambique*, London: CSAS/James Currey/Indiana University Press, 1991; William Finnegan, *A Complicated War. The harrowing of Mozambique*, Berkeley: University of California Press, 1992; Jean-Claude Legrand, "Logique de Guerre et Dynamique de la Violence en Zambezia, 1976-1991", inédito, Dezembro de 1991.

¹⁰⁸Ver, por exemplo, *Notícias*: 18 de Fevereiro de 1993.

¹⁰⁹De facto, em 2 de Agosto de 1994 eles foram ainda capazes de

reunir cerca de 400 homens, que marcharam de Nicoadala para Quelimane exigindo subsídios de soldados desmobilizados. Rádio Moçambique, 2 de Agosto de 1994.

¹¹⁰António Barros, Contacto Pessoal, Quelimane: 30 de Junho de 1994. Barros afirmou que em 22, 23 e 24 de Junho muitos homens de Phiri foram desmobilizados como soldados do Governo em Milange, e transportados para as suas zonas de origem (Rádio Moçambique, 14 de Julho de 1994). De facto, os números de Unidade Técnica para a Desmobilização da ONUMOZ, "Movimento de Militares nos CAs", confirmam a desmobilização de mais de 500 homens entre 19 de Junho e 20 de Julho. Todavia, dado que o total de combatentes registados nesse campo até finais de Julho era de 744, ou eles não eram tantos como se pensava ou foram igualmente acantonados em outros campos do Governo, como Mocuba.

¹¹¹*Imparcial*: 4 de Julho de 1994.

¹¹²Os 300 homens armados da Renamo que exigiam a desmobilização em Setembro de 1994 faziam provavelmente parte deste grupo. *Notícias*, 26 de Setembro de 1994.

¹¹³A menos que outra fonte seja especificamente mencionada, esta secção baseia-se na informação sobre a amostra de 2.670 combatentes desmobilizados na Zambézia até 26 de Junho de 1994, no banco de dados da Unidade Técnica da ONUMOZ para a Desmobilização.

¹¹⁴Segundo uma estimativa da população total da Zambézia datada de Fevereiro de 1994. ONUMOZ Technical Unit for Demobilisation: "Table 2: Projected Density of Demobilised Soldiers and their Dependents (for 69,000 total to be demobilised, based on first 30,839 registered in A/As)", Maputo: s/d.

¹¹⁵Sobre as causas de deslocamento da população, que estão fora do âmbito deste estudo, ver uma abordagem resumida em Ken Wilson, "Deslocados Internos, Refugiados e Repatriados de e para Moçambique" (Relatório no.1), Oxford: Refugee Studies Programme/Queen Elizabeth House/Universidade de Oxford-ASDI, Novembro de 1992.

¹¹⁶Jovito Nunes, "Peasants and Survival. A study of social organisation within displaced communities", Oxford: Refugee Studies Programme/Universidade de Oxford-ASDI, 1992 (documento inédito): Introdução.

¹¹⁷As estimativas dos números totais de refugiados e deslocados variam. Gregory W. Myers, "Land Tenure and Re-settlement in Post-War

Mozambique: capacity and individual choice", Madison: Land Tenure Center/University of Wisconsin, Agosto de 1992, por exemplo, considera números muito elevados: 5 milhões de deslocados e 1 milhão de refugiados em resultado directo da guerra, mais 1 milhão de deslocados em resultado das políticas de reassentamento do Governo, no passado.

¹¹⁸Em US Committee for Refugees, "No Place Like Home: Mozambican refugees begin Africa's largest repatriation", Dezembro de 1993: 9, 22.

¹¹⁹Núcleo de Apoio aos Refugiados e Movimentos de População/Zambézia, "Mapa Estatístico de Maio/94", Quelimane: s/d. Por razões em parte acima referidas, estes números devem ser considerados aproximados. Ana Mario Canonica, coordenadora do ACNUR/Zambézia (Contacto Pessoal, Quelimane: 4 de Julho de 1994) forneceu os números redondos de 70.000 e 30.000/40.000 para as pessoas regressadas a Milange e Morrumbala, respectivamente. Um encontro do ACNUR e dos governos de Moçambique e do Malawi estimou que por volta de Julho de 1994 cerca de 70% dos refugiados moçambicanos no Malawi haviam regressado ao seu país, na sua maior parte por iniciativa e meios próprios. *Notícias*, 28 de Julho de 1994.

¹²⁰Uma terceira razão poderá ter sido que as pessoas aqui estabelecidas tinham dúvidas quanto à evolução do processo de paz e, portanto, pretendiam manter em aberto a possibilidade de voltar ao Malawi se a guerra voltasse a rebentar.

¹²¹Esta pressão foi política, económica, administrativa e ideológica, envolvendo uma política de transformação das estruturas políticas e sociais, moldando-as de forma a poderem servir o Estado colonial. Na esfera económica, por exemplo, envolveu mecanismos geralmente implementados através da força para integrar o campesinato nos mercados colonial e internacional organizado em famílias nucleares, sendo os censos, os impostos e o recrutamento de força de trabalho para as plantações e para os países vizinhos conduzidos na base da família nuclear. Tratava-se igualmente de uma pressão ideológica que identificava fortemente a civilização e a evolução com o modelo da família cristã. Certamente que o conceito de laços familiares alargados e os mecanismos comunitários de trabalho cooperativo resistiram a tais pressões, adaptando-se à realidade colonial, alterando-se à superfície mas procurando permanecer intactos. Porém, lentamente a necessidade de sobrevivência económica baseada na família nuclear ganhou prevalência.

¹²²Detalhado ao ponto, por exemplo, de conceder metade do talhão normalmente concedido às famílias para viúvas ou solteiros no interior

da aldeia. Para um aprofundamento da discussão dos esquemas de reordenamento rural, embora focalizada na província de Tete, ver J.P.Borges Coelho, "Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982): A History of State Resettlement Policies, Development and War", Departamento de Estudos Económicos e Sociais, Universidade de Bradford [tese de doutoramento].

¹²³Ver Ivette Illas Jeichande & Paulo Fernandes: "Um Estudo de Planificação Pós-Guerra na Perspectiva da Comunidade Rural. Distrito de Ile, Zambézia" (manuscrito), Maputo: UNICEF, Fevereiro de 1992:47 e *passim*.

¹²⁴Ver, entre outros, Ken Wilson, "War, Displacement, Social Change and the Re-Creation of Community: an exploratory study in Zambézia, Mozambique", Oxford: Refugee Studies Programme/Universidade de Oxford, 1991; Ken Wilson, "The Socio-Economic Impact of War and Flight in Posto Derre, Morrumbala District, Zambézia, Oxford: Refugee Studies Programme/Universidade de Oxford, 1992. Um exemplo, particularmente interessante, que nos foi referido por J.Born (Contacto Pessoal, Maputo 2 de Maio de 1994), diz respeito a uma pequena aldeia de perto de Caia, cuja população procurou refúgio nos arredores da cidade da Beira, onde criou um novo bairro que preservou o nome da sua antiga aldeia. Agora que a guerra terminou, essa população pretendia regressar à sua antiga zona para recomeçar a aldeia.

¹²⁵Ver, de entre a literatura recente sobre o impacto da guerra nas estruturas familiares, Mark Chingono, "Women, War and Change in Manica Province: An ambiguous legacy" (manuscrito de um capítulo da sua tese de doutoramento, Universidade de Cambridge, 1994).

¹²⁶A idade média pode ser enganadora, dado que a pouca idade do soldado médio é distorcida pela presença de um grupo menor de velhos soldados da luta da independência. A idade média é também distorcida pela ausência, nos registos, das "crianças-soldados" da Renamo (e, em menor medida próprio Governo). Muitas delas foram discretamente desmobilizadas através de um outro processo que envolveu a UNICEF e ONGs como a Save the Children Fund.

¹²⁷Estes números devem ser encarados com algum cuidado dado que a metodologia de inquérito deve ter variado e nem todos os soldados podiam estar seguros do seu estado civil. Os inquéritos foram frequentemente respondidos antes de os soldados acantonados terem notícias das suas famílias. No caso dos solteiros, trata-se de uma definição imprecisa (o que significa ser solteiro? Não casado oficialmente ou sem família?)

¹²⁸Alberto Luís Calisto, Entrevista. Quelimane: 4 de Julho de 1994.

¹²⁹Manuel Manecas Dramessete, Entrevista. Quelimane: 4 de Julho de 1994.

¹³⁰Unidade Técnica da ONUMOZ para a Desmobilização, "Quadro 5: Projecção da Distribuição dos Soldados Desmobilizados por Intenção de Regresso à Agricultura (para um total de 69.000 a desmobilizar, com base nos primeiros 30.839 registados nos CAs)", Maputo: 24 de Março de 1994, considera o número total mais elevado de 46,3% como pretendendo desenvolver actividades agrícolas no futuro.

¹³¹Ver Ivette Illas Jeichande & Paulo Fernandes: "Um Estudo de Planificação Pós-Guerra na Perspectiva da Comunidade Rural. Distrito de Ilé, Zambézia", Maputo: UNICEF, Fevereiro de 1992: 15-16.

¹³²Ver, a este respeito, Christian Geffray & Mögens Pederson, "Sobre a guerra na província de Nampula. Elementos de análise e hipóteses sobre as determinações e consequências sócio-económicas locais", in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 4-5, Janeiro-Dezembro de 1986: 311-312.

¹³³Manuel Manecas Dramessete, Entrevista. Quelimane: 4 de Julho de 1994.

¹³⁴Nas aldeias, os professores constituíam, juntamente com as estruturas políticas, os principais alvos.

¹³⁵Algumas das pessoas entrevistadas mostraram o seu interesse em receber algum tipo de formação ou, mesmo, estudar, desde que tal actividade lhes proporcionasse, em si, um salário.

¹³⁶Unidade Técnica da ONUMOZ para a Desmobilização, "Quadro 4: Projecção da Distribuição de Soldados Desmobilizados por Nível de Educação (para um total de 69.000 a desmobilizar, com base nos primeiros 30.839 registados nos CAs)", Maputo: 24 de Março de 1994, apresenta como projecção para o total de combatentes desmobilizados a seguinte: 34,5% de analfabetos; 27,3 com o ensino primário (4 anos); 14,5% com a 7^a classe; e 23,4% com mais que a 8^a classe

¹³⁷As indicações do banco de dados referem o desejo ou intenção manifesta de trabalhar nestas áreas e não, especificamente, conhecimentos já detidos. Porém, considera-se que a vontade de fazer algo pressupõe geralmente algum nível de conhecimento, dada até a virtual inexistência de intenções expressas de os homens se dedicarem a actividades de formação. No nosso ponto de vista, isto confere

alguma legitimidade ao argumento.

¹³⁸São aqui necessários dois comentários para clarificar como e em que condições é que as opções foram sendo feitas pelos ex-combatentes. O primeiro é que as suas perspectivas sobre o futuro, em lugar de simples opções tomadas imediatamente desde o início, levam tempo a ser construídas e resultam de diversos factores, alguns dos quais referimos atrás. O segundo comentário é que, para além de tais factores também existem outros, determinados pela realidade imediata ou, posto de outra maneira, determinados pela maneira como o desmobilizado avalia as suas hipóteses de "triunfar" na sua reintegração na vida civil. Estes aspectos são obviamente importantes porque, em última instância, são aqueles nos quais se baseiam as suas opções. Não é razoável esperar-se que os combatentes acantonados tomassem, desde o início, decisões inequívocas sobre o seu futuro, particularmente se se tiver em conta o longo período passado no serviço militar e a sua juventude na altura do recrutamento. Além disso, a maioria nunca teve uma ocupação profissional na sua vida civil anterior (cerca de 40% dos combatentes da nossa amostra eram estudantes na altura do recrutamento). A somar a isto há que considerar a modesta formação recebida no exército e os problemas da economia no pós-guerra, com a consequente situação difícil do mercado de trabalho.

139 Tomás Albino Inhassengo, Entrevista, 15 de Julho de 1994.

¹⁴⁰Só mais tarde, devido à falta de voluntários, a CSC ordenou a realização de uma forte campanha para melhorar a imagem das FADM aos olhos dos soldados acantonados.

¹⁴¹A guerra destruiu as lojas e pilhou os "stocks" de muitos pequenos cantineiros. Estes perderam os seus meios de transporte e, muitas vezes, até a vida. Os que sobreviveram e aqueles que pretendiam iniciar esta actividade apresentavam-se desprovidos de capitais ou tinham medo de investir devido às incertezas quanto à situação de segurança.

¹⁴²Uma tentativa de subir o preço do milho ao produtor deparava, na altura, com a oposição frontal dos comerciantes locais descapitalizados e de agências como o PMA. Esta última chegou mesmo a ameaçar o Governo que passaria a comprar milho de países vizinhos, com uma argumentação pouco convincente. De facto, os preços mais favoráveis (em termos dos produtores), que acabaram por ser abandonados, não estavam longe dos preços ao produtor praticados na região, particularmente no Zimbabwe e na África do Sul. Ver a análise de Rui Ribeiro, "Livre concorrência? Qual livre concorrência?", *MediaFAX*, 546, 12 de Julho de 1994.

¹⁴³Abdul Remane Latifo, Entrevista. Quelimane: 4 de Julho de 1994.

¹⁴⁴Manuel Manecas Dramessete, Entrevista. Quelimane: 4 de Julho de 1994.

¹⁴⁵Uma terceira grande companhia, a Companhia do Boror, enfrentava na altura enormes dificuldades financeiras.

¹⁴⁶João Forte (Companhia da Zambézia), Contacto Pessoal, Quelimane: 28 de Junho de 1994; José da Murroa (Companhia do Bajone), Contacto Pessoal, Quelimane: 28 de Junho de 1994.

¹⁴⁷Sebastiana Lúcio (Direcção Provincial da Indústria e Energia da Zambézia), Contacto Pessoal, Quelimane: 1 de Julho de 1994.

¹⁴⁸A primeira foi concluída em 1991; a segunda iniciou-se em 1993 para ser concluída em 1994; a terceira foi iniciada em 1992 para terminar em finais de 1995. Ver INDER, "Lista de Projectos Tutelados pelo INDER", Maputo: s/d.

¹⁴⁹Paul Collier, "Demobilisation and Insecurity: A study in the economics of the transition from war to peace", Centre for the Study of African Economies, Universidade de Oxford, Oxford: Agosto de 1993: 7-8, discute, no contexto da construção de infraestruturas rurais no Uganda e na Etiópia, a alternativa envolvendo "a utilização de um pequeno núcleo de mão-de-obra especializada e bem paga que viaja com o projecto" contra uma solução baseada no recrutamento local de mão-de-obra não especializada, à medida que o projecto avança. "As vantagens desta segunda alternativa — defende — é que a mão-de-obra não especializada é autónoma em termos de alojamento e alimentação. A utilização de mão-de-obra militar desmobilizada significaria um cenário de grupos de trabalhadores viajando com o projecto, o que aumentaria consideravelmente as despesas."

¹⁵⁰Elias Marrengule (ECMEP), Contacto Pessoal, Quelimane: 30 de Junho de 1994.

¹⁵¹OIM, "Terceiro Relatório Estatístico", Maputo: 1 de Junho de 1994.

¹⁵²UNOHAC/Zambézia, "2º Reunião da Comissão Provincial para a Reintegração dos Desmobilizados (CORE), Quelimane: 21 de Março de 1994, refere que "mais de 200 combatentes desmobilizados oriundos de outras províncias entraram na Zambézia através de Quelimane". UNOHAC/Zambézia, "3º Reunião da Comissão Provincial para a Reintegração dos Desmobilizados (CORE), Quelimane: 12 de Abril de 1994, diz que não se sabe quantos combatentes desmobilizados e seus

dependentes entraram na província".

¹⁵³Os atrasos no estabelecimento dos escritórios do SIR deviam-se não só às dificuldades "normais" mas, também, a disputas no seio das agências das Nações Unidas sobre o seu controlo.

¹⁵⁴Acácio Julião (Conselheiro dos SIR/Quelimane), Entrevista. Quelimane: 1 de Julho de 1994; UNOHAC/Zambézia, "3ª Reunião da Comissão Provincial para a Reintegração dos Desmobilizados (CORE)", Quelimane: 12 de Abril de 1994; UNOHAC/Zambézia, "4ª Reunião da Comissão Provincial para a Reintegração dos Desmobilizados (CORE)", Quelimane: 29 de Abril de 1994.

¹⁵⁵Nos CAs originais os desmobilizados começaram por receber 3 meses de subsídio, sendo os restantes 3 meses pagos nas zonas por eles escolhidas, depois de desmobilizados dos centros, como já referimos. Isto significa que os desmobilizados em Março estavam agora a concluir o ciclo.

¹⁵⁶Por exemplo, Omar Tar Omar, Entrevista. Quelimane: 4 de Julho de 1994.

¹⁵⁷Milange tinha uma delegação do Banco de Moçambique que, no entanto, não estava envolvida no pagamento de subsídios aos desmobilizados.

¹⁵⁸Acácio Julião (Conselheiro dos SIR/Quelimane), Entrevista. Quelimane: 1 de Julho de 1994.

¹⁵⁹Com base numa amostra do banco de dados da Unidade Técnica da ONUMOZ para a desmobilização, que cobre 613 militares desmobilizados na província de Maputo até 26 de Junho de 1994, e 576 militares desmobilizados na cidade de Maputo até à mesma data.

¹⁶⁰Major Mateus Magala, Entrevista. Maputo: 14 de Julho de 1994.

¹⁶¹Major Fernando Mabanga António, Entrevista. Maputo: 12 de Julho de 1994.

¹⁶²Esta dependência foi identificada num estudo preliminar, nomeadamente P.Mphoko, "Study of the Officer Class on Demobilisation and Integration", ONUMOZ, Maputo: Abril de 1993.

¹⁶³Major José Manuel, Entrevista. Maputo: 15 de Julho de 1994.

¹⁶⁴P.Mphoko, "Study of the Officer Class on Demobilisation and

Integration", ONUMOZ, Maputo: Abril de 1993, afirmava que "[Os oficiais] salientaram que a falta de apoio do Governo (...) poderia levar à sua frustração, que eles consideram poder ser, em si, uma ameaça à paz".

¹⁶⁶Major José Manuel, Entrevista. Maputo: 15 de Julho de 1994.

¹⁶⁸Capitão Paulo G.Santos, [Notas às entrevistas realizadas nos SIR/Maputo], 15 de Julho de 1994.

¹⁶⁷Major Manganhela, Entrevista. Maputo: 15 de Julho de 1994.

168Enquanto que continuaram a ocorrer assaltos na Zambézia, ininterruptamente e com algumas características do conflito anterior, após o interregno que se seguiu ao cessar-fogo voltaram a ocorrer incidentes na província de Maputo, particularmente nas estradas Maputo-Namaacha e Maputo-Ressano Garcia. Mais recentemente, são também noticiados incidentes na EN1 e no centro do país.

¹⁶⁹Estes programas tinham sido concebidos para facilitar a integração dos ex-combatentes na vida civil e para manter um bom nível de controle nos CAs. Embora seja difícil avaliar os seus resultados, parece que a única accão do CORE bem recebida nos centros foi a transmissão de música.

¹⁷⁰UNOHAC/CORE 3, Anexo 4: Julho de 1993.

¹⁷¹UNOHAC/CORE 5, Anexo 2: Fevereiro de 1994.

O PDR MOÇAMBIKANO: BIBLIOGRAFIA

1. Moçambique

ALDEN, Chris, and Mark Simpson, 1993: "Mozambique: a Delicate Peace, in *Journal of Modern African Studies*, 31 (I).

AWEPA (European Parliamentarians for (Southern) Africa), 1993-1994: *Mozambique peace process bulletin*, Nos. 1 a 11.

CABAÇO, José Luís, 1994: "FADM - Aprender dos outros e de nós", in *Domingo*, 22 de Maio.

CORE (Comissão de Reintegração), [1993]: "CORE 3/Annex 3: Definition of CORE's Structures and Functions". [Julho].

CORE (Comissão de Reintegração), 1993: "CORE 3/Annex 4: Definition of CORE's Policies and Programmes". Julho.

CORE (Comissão de Reintegração), [1993]: "CORE 3/Annex 6: Executive Summary of the Technical Unit for Demobilization/ONUMOZ Programme 'Information and Social Reintegration'". [Julho].

CORE (Comissão de Reintegração) (s/d): "CORE 4/Anexo 5: Relevance of the Zimbabwean Experience for Mozambique's Reintegration Process" (Consultor: Judith Todd). Sumário Executivo.

CORE (Comissão de Reintegração), 1993: "CORE 5/Anexo 6: Documento do Governo para Informação: Instruções aos Administradores Distritais sobre a Reintegração Social e Económica para Militares Desmobilizados". Dezembro.

CORE (Comissão de Reintegração), 1994: "CORE 5/Annex 2: Strategy of Reintegration of Demobilized Soldiers into Civilian Life". Fevereiro.

CORE (Comissão de Reintegração) (s/d): "CORE 5/Annex 7: O Que o Desmobilizado Deve Saber".

CORE (Comissão de Reintegração) (s/d): "CORE 5/Annex 8: A Feasibility Study of Referral Services for the Demobilized" (Consultor: Danuta Lockett).

CORE (Comissão de Reintegração) (1994): "CORE 6/Anexo 1: Esquema de Apoio à Reintegração de Militares Desmobilizados". Março.

DARCH, Colin, 1994: "The Peace Marathon", in *Africa South & East*, Janeiro.

DAVIES, Robert, 1992: "Recent Developments in Angola and Mozambique", texto apresentado ao South African Institute of International Affairs, Cape Region, 3 de Dezembro.

DAVIES, Robert, 1992: "Negotiating a Programme of Regional Cooperation and Integration after Apartheid: Potential Significance for Mozambique and the Region", Texto apresentado ao Seminário sobre Moçambique no Pós-Guerra: Desafios e Realidades, organizado pelo Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, Maputo 14-17 de Dezembro.

FRIEDEN, Jürg, 1992: "The international support to the Mozambican demobilization process: political and practical issues. A contribution to the discussion". Outubro (mimeo).

GTZ, 1992: "Mozambique: the general situation of refugees in and out of Mozambique" (mimeo), Workshop, 25-27 de Maio.

HARSCH, Ernest, and Roy Laishley, 1993: "Mozambique, out of the ruins of war", in *Africa Recovery Briefing Paper*, no.8, Maio.

HUMAN RIGHTS WATCH, 1994: *Landmines in Mozambique*, Fevereiro.

HUMAN RIGHTS WATCH & Physicians for Human Rights, 1993: "Landmines, a Deadly Legacy", Relatório ao 'May 1993 London Meeting of Non-Governmental Organizations Promoting a Ban on the Production, Transfer & Use of Anti-Personnel Landmines', Londres.

JEICHANDE, Ivette, e Paulo Fernandes, 1992: "Um Estudo de Planificação Pós-Guerra na Perspectiva da Comunidade Rural. Distrito de Ile, Zambézia". Maputo: UNICEF.

KANJI, N., 1990: "War and Children in Mozambique: is international aid strengthening or eroding community-based policies?" *Community Development Journal* 25 (2).

KNIGHT, Virginia Curtin, 1991: "Mozambique's Search for Stability", in *Current History*, Maio.

McCORMICK, Shawn H., 1993: "Mozambique's Cautious Steps toward Lasting Peace", in *Current History*, Maio.

MILLER, Mindy, 1993: "Mozambique's Crisis of Governance: A Look at Population Displacement, Societal Change and Post-War State Capacity", Dissertação de M.Phil em desenvolvimento social e político, Universidade de Cambridge, Julho.

MOÇAMBIQUE, República de, 1992: *Boletim da República*, "Acordo Geral de Paz de Moçambique", I Série, No.42, 14 de Outubro.

MPHOKO, P., 1993: "Study of the Officer Class on Demobilisation and Integration", Maputo, Abril.

MUKUTE, Mutiswa, 1993: "Healing the Wildlife Wounds of War", *Africa South & East*, Novembro.

MYERS, Gregory W., 1992: *Land Tenure and Resettlement in Post-War Mozambique: Capacity and Individual Choice*, Land Tenure Center/Universidade de Wisconsin-Madison, Agosto.

MYERS, Gregory W., 1993: *Land Tenure Issues in Post-War Mozambique: Constraints and Conflicts*, Land Tenure Center/Universidade de Wisconsin-Madison, Abril.

NUNES, Jovito, "Peasants and Survival. A study of social organisation within displaced communities", Oxford: Refugee Studies Programme-ASDI (manuscrito).

OIM (Organização Internacional de Migração), 1994: "Community Reintegration Fund" (esboço de proposta), Maio.

OIM (Organização Internacional de Migração), 1994: "Statistical Reports", 1, 2, 3 (Maio-Junho).

ONUMOZ/COMISSÃO DE CESSAR-FOGO, "Problems/Incidents in Assembly Areas and Other Areas" Maputo, 9 de Junho de 1994.

ONUMOZ/UNIDADE TÉCNICA PARA A DESMOBILIZAÇÃO, "Movimento de Militares nas A/As" (Sitreps), Maputo.

PATEL, Hasu H., [1993?]: "Zimbabwe's Mediation in Mozambique and Angola, 1989-1991", in *Mediation in Southern Africa*.

SCHNEIDMAN, Witney W., 1993: "Mozambique", Samuels International Associates, Inc., Washington D.C., 8 de Julho.

SCHNEIDMAN, Witney W., 1991: "Conflict Resolution in Mozambique: A Status Report", in *CSIS Africa Notes*, No.121, 28 de Fevereiro (Center for Strategic and International Studies/Washington DC).

TAFIRENYIKA, Masimba, e Hugh McCullum, 1992: "Peace in Mozambique: Post-Ceasefire Situation and Returning Refugees", texto apresentado na *International Conference on First Country of Asylum and Development Aid*, Universidade de York e Governo do Malawi, Malawi, 8-14 de Junho.

TAJÚ, Gulamo, 1991: "Reintegração de Ex-Combatentes da Luta de Libertação Nacional e Desmobilizados do Serviço Militar Obrigatório na Sociedade Civil Moçambicana (1975-91)", CEA/UEM.

THOMASHAUSEN, André E.A.M., [1992?]: "The Mozambique Peace Accord: Regional Impacts"

UNITED NATIONS (Departamento de Informação Pública), 1993: "United Nations Focus: Peace-Keeping. United Nations Operation in Mozambique". Janeiro.

UNITED STATES INSTITUTE FOR PEACE, 1992: "Conflict and Conflict Resolution in Mozambique". A Conference Report. Discussions from Dialogues on Conflict Resolution: Bridging Theory and Practice. Washington D.C., 13-15 de Julho.

UNITED STATES INSTITUTE FOR PEACE, 1993: "Special Report on Mozambique: Achieving Post-Settlement Peace in Mozambique: The Role of the International Community", 18 de Maio.

UNOHAC, 1993-1994: *Mozambique Report. Humanitarian Activities in a Post-War Mozambique*, Maputo, nos.1-10.

US COMMITTEE FOR REFUGEES, 1993: *No Place Like Home. Mozambican Refugees Begin Africa's Largest Repatriation*, Issue Paper, Dezembro.

VENÂNCIO, Moisés, [1993?]: "Mediation by the Roman Catholic Church in Mozambique, 1988-1991", in *Mediation in Southern Africa*.

VINES, Alex, 1992: "Hunger that Kills: Food Security and the Mozambican Peace Process", Research Seminar Series 1991-1992, Centre for Southern African Studies, Universidade de York (mimeo).

VINES, Alex, 1993: "Change and the Military in Mozambique", Texto apresentado à US DIC Conference: Change and the Military in Africa, Alconbury, UK, 6-7 de Maio.

VINES, Alex, 1993: "Mozambique: The Road to Peace (1982-1992)", Texto para a Sessão VI-K: The Impact of War, the Transition to Peace: Lessons from Mozambique". African Studies Association 36th Annual Meeting. Boston 4-7 de Dezembro.

X, 1991: "A Questão de Moçambique", *Política Internacional*, Vol.1 No.4, Verão.

WILSON, K., 1991: "Linking Returning Home with Development in Northern Mozambique: some preliminary suggestions", relatório, Refugee Studies Programme, Oxford, 1991.

WILSON, K., 1991: "War, Displacement and Social Change and the Re-creation of Community: an exploratory study in Zambezia, Mozambique", Oxford: Refugee Studies Programme.

WILSON, K., 1991: "The Socio-Economic Impact of War and Flight in Posto Derre, Morrumbala District, Zambezia". Oxford: Refugee Studies Programme (mimeo).

WILSON, K., 1992: "Cults of Violence and Counter-Violence in Mozambique", *Journal of Southern African Studies*, 18 (3).

WILSON, K., 1992: "Deslocados Internos, Refugiados e Repatriados de e para Moçambique" (Relatório no.1), Oxford: Refugee Studies Programme-ASDI.

ZARTMAN, William, 1993: "Testimony to the House Foreign Affairs Africa Subcommittee", 31 de Março.

2. Nações Unidas (Relatórios do Secretário Geral e Resoluções do Conselho de Segurança)

UNITED NATIONS (Conselho de Segurança), 1990: "United Nations Operation in Mozambique: Report of the Secretary-General", S/24642, 9 de Outubro.

UNITED NATIONS (Conselho de Segurança), 1992: "Resolution 782 (1992), Adopted by the Security Council at its 3123th Meeting", 13 de Outubro de 1992.

UNITED NATIONS (Conselho de Segurança), 1992: "Report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)", S/24892, 3 de Dezembro.

UNITED NATIONS (Conselho de Segurança), 1992: "Resolution 797 (1992), Adopted by the Security Council at its 3149th Meeting", S/RES/797, 16 de Dezembro de 1992.

UNITED NATIONS (Conselho de Segurança), 1993: "Report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Mozambique (ONUMOZ)", S/25518, 1 de Abril.

UNITED NATIONS (Conselho de Segurança), 1993: "Draft Resolution S/25591 (Provisional)", 13 de Abril.

UNITED NATIONS (Conselho de Segurança), 1993: "Resolution 818 (1993), Adopted by the Security Council at its 3198th Meeting", S/RES/818, 14 de Abril de 1993.

UNITED NATIONS (Conselho de Segurança), 1993: "Report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Mozambique", S/26034, 30 de Junho.

UNITED NATIONS (Conselho de Segurança), 1993: "Security Council Calls for Demobilization of Forces of Both Parties in Mozambique", SC/5668, 3253rd Meeting, 9 de Julho.

UNITED NATIONS (Conselho de Segurança), 1993: "Report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Mozambique", S/26666, 1 de Novembro de 1993.

UNITED NATIONS (Conselho de Segurança), 1993: "Resolution 882 (1993), Adopted by the Security Council at its 3305th Meeting", S/RES/882, 5 de Novembro.

UNITED NATIONS (Conselho de Segurança), 1993: "Report of the Secretary-General on the United Nations Angola Verification Mission (UNAVEM II)", S/26872, 3 de Dezembro.

UNITED NATIONS (Conselho de Segurança), 1994: "Press Release SC/5791: Security Council Authorizes Establishment of 1,144-Member Police Component of United Nations Operation in Mozambique". 23 de Fevereiro.

UNITED NATIONS (Conselho de Segurança), 1994: "Report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Mozambique", S/1994/803, 7 de Julho de 1994.

3. Geral

ALLEN, Tim, [1993]: "When Wars End" (mimeo).

BAYNHAM, Simon, 1993: "Southern Africa: The Causes and Effects of Regional Instability", Conferência Organizada pelo The Southern African Peacekeeping and Peacemaking Project, realizada em Harare, Zimbabwe, 30 de Junho - 1 de Julho.

BERDAL, Mats R., 1993: "Whither UN Peacekeeping?", ADELPHI Paper 281, Outubro.

COCK, Jacklyn, [s/d]: "The Social Integration of Demobilised Soldiers in Contemporary South Africa".

COLLETTA, Nat t., e Nicole Ball, 1993: "War to Peace Transition in Uganda", *Finance and Development*, Junho.

COLLIER, Paul, 1993: "Some Economic Consequences of Peace with Applications to Uganda and Ethiopia", Centre for the Study of African Economies, Oxford, Abril.

COLLIER, Paul, 1993: "Demobilisation and Insecurity. A Study in the Economics of the Transition from War to Peace", Centre for the Study of African Economies, Oxford, Agosto.

EVANS, Michael, 1985: "The Front-Line States, South Africa and Southern African Security: Military Prospects and Perspectives", in *Zambezia*, XII, Harare.

EVANS, Michael, 1992: "Making an African Army: The Case of Zimbabwe, 1980-87", in Norman Etherington (ed), *Peace, Politics and Violence in the New South Africa*, London: Hans Zell Pub.

GREEN, Reginald H., 1992: "The Four Horsemen Ride Together: Scorched Fields of War in Southern Africa", RSP/QEH/University of Oxford. RSP Seminar on Forced Migration, 11 de Novembro.

GTZ, 1992: "Discussion Paper: Development of a conceptual framework for the repatriation and reintegration of refugees, demobilised soldiers and other displaced persons. GTZ Sector Profiles", Workshop, 25-27 de Maio.

GTZ, 1992: "Chad: Previous Experience with Demobilisation" (mimeo), Workshop, 25-27 de Maio.

GTZ, 1992: "Military Demobilisation: Comparative Experience, Detailed Country Notes" (mimeo), Workshop, 25-27 de Maio.

GTZ, 1992: "Military Demobilization and Reintegration: Observations from Experience" (mimeo), Workshop, 25-27 de Maio.

GTZ, 1992: "Proposal for the Reintegration of Refugees, Displaced Persons and Ex-Combatants", Agosto.

HALL, Brian, 1994: "Blue Helmets", in *The New York Times Magazine*, 2 de Janeiro 2.

HAWLEY, Susan, 1993: "Post-Conflict Violence and Demobilization/ Nicaragua - The Case of the Miskito Resistance", Janeiro.

HERSKOVITS, Jean, 1993: "Towards Sustainable Peace and Stability in Southern Africa", Conferência Organizada pelo The Southern African Peacekeeping and Peacemaking Project, realizada em Harare, Zimbabwe, 30 de Junho - 1 de Julho.

JORDAN, Donald L., 1993: "Incentives and Disincentives to Arm in Sub-Saharan Africa", in *Journal of Asian and African Affairs*, Vol.V, No.1, Fall.

MACKINLAY, John, 1989: "The Commonwealth Monitoring Force Zimbabwe/ Rhodesia 1979-1980", Texto apresentado ao International Workshop on Humanitarian Emergencies and Conflict Resolution: Consultations on Africa, Harare, 7-9 de Março.

MTANGO, Elly-Elikunda, 1990: "Military and Armed Attacks on Refugee Camps", in Gil Loescher and Laila Monahan, *Refugees and International Relations*, Oxford: Clarendon Press.

NATHAN, Laurie, 1993: "The Restructuring and Reorientation of the South African Defence Force", Conferência Organizada pelo The Southern African Peacekeeping and Peacemaking Project, realizada em Harare, Zimbabwe, 30 de Junho - 1 de Julho.

THE WORLD BANK (Country Operations Division/Sahel Department), 1991: "Military Demobilization and Reintegration: Observations from Experience" (mimeo), Working Paper, Setembro.

THE WORLD BANK, [1992]: "Terms of Reference: Study of the Best Practices/Preliminary Lessons on Reintegration of Military Personnel and Other Displaced Persons" (mimeo).

THE WORLD BANK, [1992]: "Previous Experience with Demobilization" (mimeo).

THE WORLD BANK, 1993: "Demobilization and Reintegration of Military Personnel: The Evidence from Seven Country Case Studies", Volume I: Synthesis Report, 22 de Fevereiro [mimeo].

THE WORLD BANK, 1993: "Demobilization and Reintegration of Military Personnel: The Evidence from Seven Country Case Studies", Discussion paper, Outubro.

TONCHI, Victor L., 1993: "Demobilization and Integration of the Armed Forces: The Namibian Experience", Conferência Organizada pelo The Southern African Peacekeeping and Peacemaking Project, realizada em Harare, Zimbabwe, 30 de Junho - 1 de Julho. 1.

UNRISD (United Nations Research Institute for Social Development), 1993: "Rebuilding Wartorn Societies", Relatório da reunião sobre The Challenge of Rebuilding Wartorn Societies and The Social Consequences of the Peace Process in Cambodia, Geneva, Setembro.

VENÂNCIO, Moisés, 1994: "Political Transition and Post-Cold War Conflict-Resolution: Lessons from Angola", in *Peace and Regional Cooperation: The Case of Southern Africa*, Lisboa, 11 de Fevereiro.

YANSANÉ, Aguibou Mouké Y., 1993: "The Impact of Economic Development on Security in Southern Africa", Conferência Organizada pelo The Southern African Peacekeeping and Peacemaking Project, realizada em Harare, Zimbabwe, 30 de Junho - 1 de Julho. 1.

UNITED NATIONS (Conselho de Segurança), 1990: "Report of the Secretary-General: Comprehensive Review of the Question of Peace-Keeping Operations in all their Aspects", A/45/217, 8 de Maio.

4. Outras Fontes

a) Jornais e Periódicos:

Diário de Moçambique, Beira.
Domingo, Maputo.
Imparcial, Maputo.
Inview, Maputo.
MediaFAX, Maputo.
Notícias, Maputo.
Savana, Maputo.
Telinforma (Nacional), Maputo.

b) Entrevistas Selecionadas:

Maj Fernando Mabanga António
Maj Mateus Magala
Maj José Manuel
Maj Manganhela
Maj Vítor Dias
Cap Santos Monteiro
Maj Tomás Albino Inhassengo
Ten Júlio Samuel Mabote
Srg Vasco Carlos Marruco
Manuel José Faustino da Silva
Manuel Manecas Dramessete

Abdul Remane Mussagi Latifo
Alberto Luís Calisto
Omar Tar Omar
Paulo dos Santos Omega

c) Contactos:

Paulo G.Santos, Assistente da Investigação
Ton Pardoel, Chefe da Unidade Técnica da ONUMOZ para a Desmobilização, Maputo
Howard Wilson, UNOHAC/CORE, Maputo
Luz Tantaruna, CORE/Zambézia, Quelimane
Roberto Ó da Silva, Director Provincial da Agricultura/Zambézia, Quelimane
Ana Maria Canonica, Representante do ACNUR/Zambézia, Quelimane
Joost van der Aalst, Representante da OIM/Zambézia, Quelimane
Acácio Julião, Conselheiro dos SIR/Zambézia, Quelimane
António Barros, Director da Rádio Moçambique/Zambézia, Quelimane
Sebastiana Lúcio, Direcção Provincial da Indústria e Energia/Zambézia, Quelimane
Tenente-Coronel Clive W.Larkin, Ex-Adido da Defesa da Embaixada do Reino Unido em Maputo, Lancaster
Monika Branks, UNOHAC/CORE, Maputo
René Trindade, Quelimane
F.Miranda, TDM/Zambézia, Quelimane
Tenente-Coronel Gregory M.Saunders, Ex-Adido de Defesa, Embaixada dos E.U.A., Maputo
Jane Armstrong, Mozambique Desk Officer, Ministério da Defesa do Reino Unido, Londres

PÓS-GUERRA E RECUPERAÇÃO ECONÓMICA NO DISTRITO DE MALEMA

Adriano Manuel Malache*

1. Introdução

O distrito de Malema fica situado a oeste da Província de Nampula, entre os paralelos 14° 00' e 15° 15' de latitude sul, e entre os meridianos 36° 45' e 38° 00' de longitude este. Tem como limites, a norte a Província de Niassa (distritos de Cuamba e Maúa), a sul a Província da Zambézia (distritos de Gurué e Alto Molócuè), a oeste os distritos de Lalaua e Ribaué.

Este trabalho tem por objectivo o estudo do processo de recuperação económica do sector familiar na sequência da dinâmica da guerra no distrito. A partir dos dados colhidos no terreno, começarei por apresentar um quadro descritivo da evolução da guerra no distrito, procurando identificar no mapa, sempre que possível, as principais bases operacionais, as zonas de guerrilha e as rotas de infiltração das forças da Renamo, assim como a correlação de forças no distrito, no auge da guerra. Em seguida, procurarei identificar as principais transformações ocorridas no sector familiar em consequência da guerra, e avaliar os passos que têm sido dados para a reposição dos níveis de produção anteriores à guerra. Por último, procurarei avaliar o impacto da guerra na vida do distrito em geral, com particular realce para a comercialização.

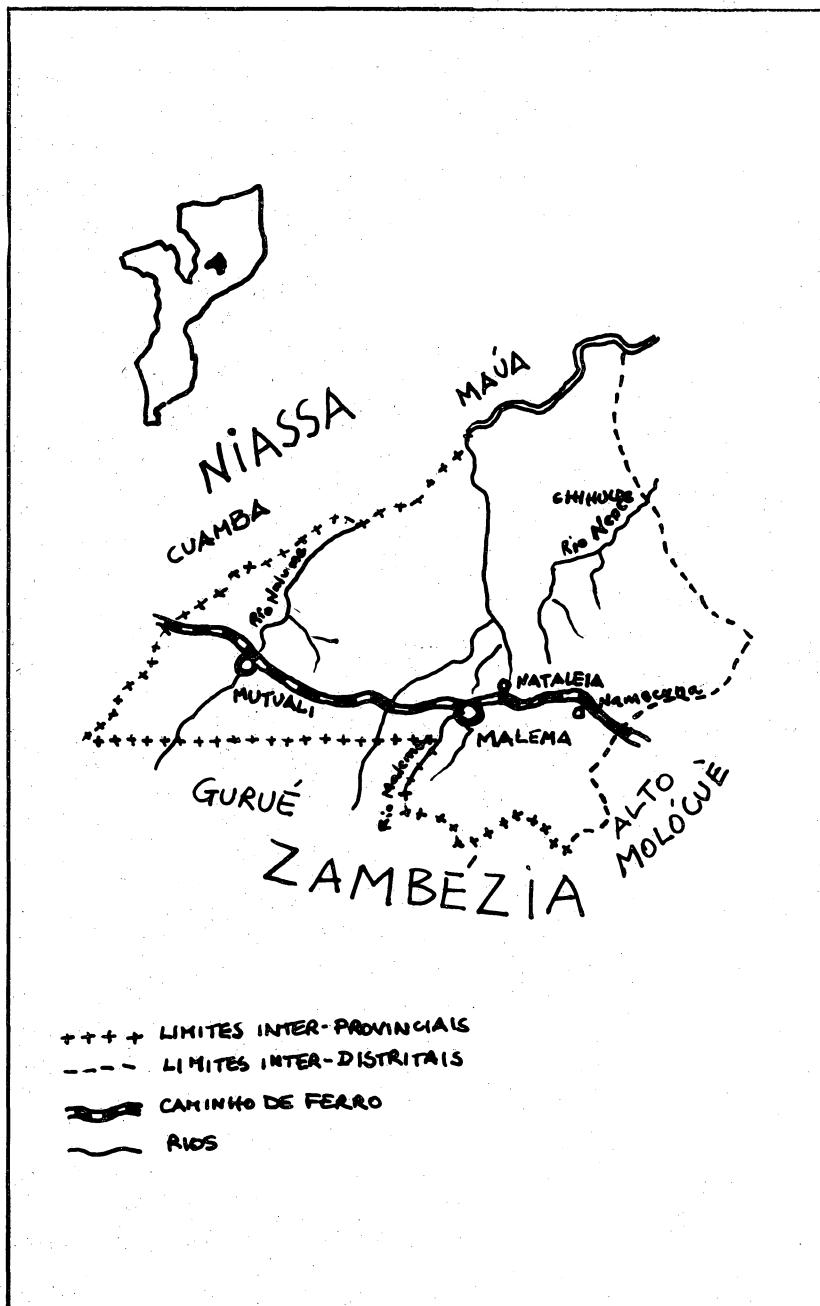
*Finalista do Curso de História, UEM.

Relativamente às transformações ocorridas no sector familiar, argumento que para a recuperação da produção e comercialização de excedentes por parte do sector familiar impõe-se que as diversas estruturas estatais (e não só do Ministério da Agricultura) desbloqueiem e agilizem os processos políticos, técnicos e burocráticos de modo a que surjam incentivos à produção e comercialização de excedentes. Não vale a pena produzir mais se não são comercializados os excedentes que permitam ao camponês a compra de bens de consumo e meios de produção que ele não produz.

Para o presente trabalho, além da bibliografia identificada, recorri a entrevistas baseadas num questionário previamente elaborado, além dos diálogos informais e da observação directa no terreno. Dividi o trabalho em cinco secções. A primeira diz respeito à resenha histórica do distrito e nela se descreve a evolução até à altura da independência. A segunda faz referência à situação sócio-económica entre 1974 e 1984, altura em que a guerra "entrou" no distrito. A terceira retrata a dinâmica da guerra entre 1985 e 1992. A quarta detém-se na organização actual da produção familiar, depois de terminado o conflito. A quinta incide sobre as condições de comercialização do sector familiar como parte integrante e importante do processo de recuperação económica. Concluo com uma súmula do impacto da guerra na vida sócio-económica de Malema.

Durante a minha estadia no distrito de Malema verifiquei que as informações dos relatórios administrativos é muitas vezes inconsistente e desmentida pela observação ou contactos com as pessoas no terreno, o que indica talvez a falta de trabalho práctico do pessoal administrativo junto das comunidades mas, também, uma certa tendência para confundir esperanças com realidades.

Finalmente, não posso deixar de expressar o meu agradecimento à Direcção Distrital de Educação pelo apoio que me prestou, particularmente ao Sr. Saimone, técnico de planificação daqueles serviços, que se desdobrou em esforços para que a minha estadia produzisse os resultados previstos.



O Distrito de Malema, na Província de Nampula

2. Resenha Histórica do Distrito de Malema

O Distrito de Malema está dividido actualmente em três postos administrativos, Malema (sede), Mutuáli e Chihulo. Malema foi outrora um posto pertencente ao Comando Militar de Malema, estabelecido em 31 de Dezembro de 1912 pelo capitão Neutel Martins Simões de Abreu. Afirmava-se no Anuário de 1917 que

"(...) na capitania da Macuana, por acção pacífica levou-se a penetração e ocupação para as regiões do oeste, montando-se o posto de Malema a 400 kms do litoral e a 108 kms de Ribaué, o posto então mais avançado".¹

O actual posto de Mutuali pertencia igualmente ao Comando Militar de Malema e foi estabelecido a 6 de Agosto de 1913 pelo então governador do distrito, Duarte Ferreira:

"(...) em 1913, numa viagem do governador, foram ocupadas as regiões do extremo oeste para além do rio Malema, montando-se o posto de Mutuali, a 450 kms do litoral, perto do rio Lúrio, e a 50 kms do posto de Malema, e, finalmente, no curioso determinismo das coisas, finalizava os trabalhos da ocupação deste distrito".²

Foi esta ofensiva que levou ao estabelecimento deste posto e a partir da qual se efectivou a ocupação total da actual província de Nampula. Em 21 de Julho de 1917, o então Distrito de Moçambique é dividido em 15 comandos militares, ficando o de Malema em Entre-Rios. Finalmente, em 30 de Julho de 1921, em cumprimento do Decreto no. 68 de 2 de Julho de 1921, são extintos os comandos militares, passando Entre-Rios a ser a sede da Circunscrição Civil de Malema.³ Manteve o estatuto de circunscrição até à data da independência, passando a partir daí ao estatuto de distrito.

Efectivada a ocupação militar, seguiu-se um período de ocupação colonia cuja base económica se centrou na economia de plantações (tabaco e algodão), além de outras actividades secundárias. Os agricultores colonos estabeleceram na região grandes farms baseadas exclusivamente em mão-de-obra local. Esta, entretanto, que não beneficiou desta evolução económica, continuou a praticar a actividade da pequena agricultura como base da sua subsistência.

3. Situação Económica do Distrito entre 1974 e 1984

O período de 1974 a 1984 foi marcado pela crise do fim da economia colonial e implementação da estratégia política da Frelimo, de formação de aldeias comunais e formas colectivas de produção, as machambas colectivas, estatais e cooperativas de produção agrícola. Foi uma fase difícil para o distrito, caracterizada pela fuga de comerciantes, degradação das estradas, fracassos no escoamento dos produtos das machambas familiares e colectivas, falta de semente, ferramentas e bens essenciais nas lojas, e escasso pessoal administrativo. Em resultado, a população do distrito retirou-se parcialmente do mercado do trabalho, sobretudo das plantações de tabaco, uma situação que afectou tanto o desenvolvimento do movimento cooperativo como a produção do sector estatal.

Apesar da saída de grande número de cantineiros, o sector comercial privado não desapareceu completamente. Durante algum tempo ainda, continuou a jogar um papel determinante, atraindo os camponeses com os preços mais favoráveis que pagavam ao produtor e vendendo-lhes também, é certo, as mercadorias procuradas a preços cada vez mais elevados.

A escassa documentação administrativa e a curta estadia no terreno não permitiram reconstruir a história da mobilização inicial para as aldeias comunais e formas colectivas de produção no distrito, uma história que parece ter estado na origem dos subsequentes problemas políticos. Para alguns, a concentração em aldeias comunais e a perspectiva das formas colectivas de produção foram apresentadas como meio para criar uma vida melhor.⁴ Para outros, tratou-se de um sistema que exigia participação obrigatória.⁵ O que é certo é que este processo não foi, aqui, muito diferente dos outros distritos, caracterizado por uma mobilização política diferenciada de umas zonas para as outras e em que o resultado da produção colectiva permaneceu quase simbólico.

Com o desaparecimento de grande parte da rede de cantineiros os camponeses encontraram cada vez mais dificuldades para trocar os seus produtos. O Estado reagiu a esta situação estabelecendo alternativas ineficazes e

desadaptadas às necessidades dos camponeses. Por um lado, o número de estabelecimentos era insuficiente para cobrir todas as aglomerações desprovidas de comerciantes privados. Por outro tal estabelecimentos não eram aprovigionados de mercadorias adaptadas às necessidades dos camponeses. Apenas surgiam produtos desnecessários ou inacessíveis como vestuário da cidade e conservas de alimentos. Raras vezes surgiam ferramentas e instrumentos de produção agrícola. Esta situação, além de favorecer o diminuto sector privado que sobreviveu, teve o efeito de bloquear as trocas, com consequências muito negativas. Ao nível da produção, os camponeses começaram por acumular excedentes que não podiam trocar e que foram destruídos por predadores, acabando por limitar a produção. Do ponto de vista das relações sociais, os camponeses foram colocados numa situação marginal em que dificilmente podiam participar no funcionamento dos circuitos de troca, privados ou públicos.

Esta situação produziu, assim, um certo descontentamento no seio dos camponeses, prejudicando o capital de confiança, ainda relativamente importante, de que gozava a Frelimo no distrito, assim como o dinamismo do sector camponês.

Com a guerra, a situação agravou-se e tendeu para o impasse total. A partir de 1984 o distrito experimenta as primeiras acções armadas, sobretudo o posto administrativo de Mutuali, que faz fronteira com o distrito do Gurué, na Província da Zambézia, de onde provinham os primeiros guerrilheiros.⁶ Daí em diante o distrito conheceu momentos de grande agitação militar que culminaram com a tomada da vila-sede por diversas vezes, a partir de 1986.

4. A Guerra: 1984-1992

a) Condições para a guerra no distrito

Neste caso, como no de outros distritos, aponta-se como uma das principais razões para a entrada da guerra no distrito, o descontentamento de alguns chefes tradicionais — régulos e seus subordinados — que criaram facilidades à implantação e expansão das acções militares da Renamo.

Quando entrou no distrito, o movimento estabeleceu a sua base principal no sul, na localidade de Malaia (Canhunha), região sob influência do régulo do mesmo nome e que faz fronteira com os distritos zambezianos de Alto Molócuè e Gurué. A maior parte da população de Malaia esteve, assim, sob controle da Renamo durante a guerra e alguns dos seus representantes confessaram o seu descontentamento e rancor face à marginalização a que foram sujeitos quando do estabelecimento do partido e do Governo, após a independência:

"(...) antigamente nós éramos respeitados. (...) Mas chegou a Frelimo e começou logo a escolher pessoas novas que às vezes nem eram conhecidas ou eram mal conhecidas aqui na zona, para mandar em nós. E nós onde fomos parar?"⁷

Quando da mobilização para a formação das aldeias comunais e formas colectivas de produção, os temas de base no incitamento das populações iam de encontro às aspirações das mesmas e a resposta positiva era manifestação do profundo desejo de mudança, assim como da confiança depositada pelas populações locais na Frelimo. Porém, na fase de edificação concreta das aldeias comunais, as prioridades estabelecidas parecem não ter tido em conta a hierarquia real dos problemas que os camponeses enfrentavam. Foi-lhes proposto um melhor acesso à saúde, à educação e a diversos serviços públicos mas não se resolveram minimamente os problemas criados pelos novos reagrupamentos, como o abastecimento de água ou as condições para a produção familiar:

"(...) começaram a obrigar-nos a ir viver em conjunto nas aldeias dizendo que assim teríamos uma vida melhor. Mas quase nada mudou (...). Antes cada um de nós vivia onde achava melhor e vivíamos muito bem".⁸

Na realidade, não foi dada suficiente atenção sobretudo aos problemas de comercialização e aprovisionamento, repentinamente agudizados pela ruptura das estruturas económicas coloniais. Insatisfeita, parte da população começou a pensar seriamente no regresso às antigas zonas. No caso das cooperativas, a produção colectiva, estabelecida

à custa de grande intervenção do Estado na forma de apoio técnico e em maquinaria, só muito dificilmente podia ser auto-suficiente. Por outro lado, como se disse, o crescimento da produtividade individual era comprometido pelas dificuldades de comercialização e pelo limite tecnológico atingido pelos camponeses. A coerência do sistema colonial desapareceu mas nenhuma outra coerência a substituiu.

As aldeias comunais e as formas colectivas de produção foram, assim, elementos apontados como barreiras à prosperidade económica das famílias e criadoras de graves problemas de relacionamento entre as novas estruturas partidárias e governamentais e as velhas estruturas coloniais.

"(...) lá onde fomos juntar-nos, nas aldeias comunais, não faltavam problemas: arrogância dos chefes, feitiçaria, adultérios, problemas de produção e divisão do fruto do trabalho (...). Por isso nós preferimos voltar para as nossas zonas, onde vivíamos mais à vontade".⁹

Este conjunto de problemas prejudicou seriamente o capital de confiança de que gozava o novo regime e afectou gravemente a capacidade de subsistência das comunidades do distrito, abrindo caminho para a guerra.

b) Movimentação militar, objectivos estratégicos e rotas de infiltração

A guerra entra no distrito, entre finais de 1984 e princípios de 1985, pelo posto administrativo de Mutuali, situado a 50 kms da vila-sede e limitado a norte pelo distrito de Cuamba (Niassa) e a sul pelo distrito de Gurué (Zambézia). A sua localização geográfica tornava este posto altamente estratégico, do ponto de vista militar, na medida em que o transformava num enclave entre as províncias de Niassa e Zambézia. O posto serviu assim, desde cedo, como ponto de passagem da Renamo desde as suas bases na Zambézia¹⁰ para as operações militares mais a norte. Na ausência de matas cerradas, as formações montanhosas da zona, além de facilitar as operações da guerrilha ofereciam esconderijos seguros para grande parte da população local.¹¹

Conta a população local que apesar das repetidas incursões militares, o posto nunca chegou a ser ocupado por mais de 12 horas, devido à forte presença de efectivos

militares governamentais na zona.¹² Quanto a Malema, a sede do distrito, só passa a conhecer momentos críticos a partir de princípios de 1986.¹³ Logo no primeiro ataque, ocorrido no mês de Fevereiro de 1987,¹⁴ a tropa, apanhada de surpresa, foi forçada a recuar. A vila-sede foi ocupada durante três dias consecutivos (de sexta-feira a domingo), durante os quais foram saqueadas as lojas e casas dos bairros circundantes.¹⁵ No ano seguinte a vila-sede tornou a ser alvo de incursões das forças da Renamo, que resultaram infrutíferas. Na altura já lá se encontrava estacionado um batalhão governamental fortemente equipado para protecção aos trabalhos de reabilitação da linha férrea Nacala/Entre-Lagos/Malawi. Os últimos ataques, consecutivos, realizaram-se nos meses de Outubro e Novembro de 1988. A forte presença militar do Governo explica porque, a partir de finais deste ano, a vila-sede nunca mais voltou a ser vítima de ataques da Renamo.

Nas suas incursões, as forças da Renamo tinham como alvos principais a estratégica linha férrea Nacala-Malawi e as aldeias comunais. No primeiro caso, a linha férrea constituía, na sua óptica, o garante da sobrevivência económica da província. Os ataques visavam, assim, subtrair uma importante fonte de receitas e de abastecimento de cereais¹⁶ (o Distrito de Malema foi sempre um grande produtor de cereais) para a província. No auge da guerra, o trajecto Cuamba-Nampula chegou a levar 30 dias a ser percorrido, devido às acções dos guerrilheiros que retiravam carris, destruíam travessas e colocavam minas. Por outro lado, a linha representava para a Renamo uma fonte de obtenção de mantimentos para si e para a população sob o seu controlo.

No segundo caso, as aldeias comunais e machambas estatais representavam, para a Renamo, os símbolos do comunismo que era preciso combater, em Moçambique.¹⁷

Finalmente, há a referir que para a sua penetração no distrito a Renamo se apoiou em algumas bases e rotas de infiltração. Para os ataques à vila-sede de Malema foi fundamental a base de Canhunha, localizada estrategicamente na localidade de Malaia, entre os rios Lalace e Malema, penetrando os guerrilheiros pelo oeste e sul (para jusante do rio Malema), provenientes da Zambézia,¹⁸ enquanto que para os ataques ao posto administrativo de Mutuali "eles vinham

quase sempre do sul, onde possuíam um posto avançado denominado Mukwazula, que se situava no limite com a província da Zambézia".¹⁹ Os ataques ao posto administrativo de Chihulo provinham geralmente do posto avançado da Renamo denominado Namibia, localizado em Nioce, localidade de Namecuna, que dista cerca de 50 kms de Chihulo.²⁰

c) A guerra e a população: esconderijos, sistemas de segurança e centros de acomodação de deslocados

Nos momentos de guerra a população procurava fugir quer para as matas mais próximas quer para as serras que rodeiam a vila-sede e as localidades, consideradas os lugares de refúgio mais seguros.²¹ Na impossibilidade de fugir com os seus haveres e alimentos, as pessoas enterravam-nos. Abriam covas com cerca de 1 metro de diâmetro e 3 de profundidade, e muitas vezes a partir daí escavavam galerias onde guardavam os haveres e se escondiam, mantendo a entrada cuidadosamente disfarçada.²² Todavia, este não era um método generalizado.

Na vila-sede, em caso de suspeita de chegada da Renamo era accionada a sirene da fábrica de tabaco, localizada junto à estação dos caminhos-de-ferro, que servia de sinal para a população debandar em busca de esconderijo. Para o retorno à vila vinham geralmente os mais ousados "espreitar", avisando depois os restantes de que a situação estava normalizada.²³

Quando cresceu a insegurança militar em todo o distrito, aumentou igualmente a movimentação da população em busca de lugares mais seguros. Assim, na vila-sede e seus arredores foram criados centros de recepção de deslocados que acolhiam população proveniente não só das outras localidades do distrito mas, também, dos distritos e províncias vizinhas, como foram os casos de Ribaué, de Alto Molócué e Gurué na província da Zambézia, ou Mecanhelas e Cuamba na província de Niassa.²⁴ Em todo o distrito foram criados mais de 10 centros de recepção onde os deslocados recebiam apoio do DPCCN e algumas ONGs em alimentação, instrumentos de produção e sementes, nos primeiros meses da sua estadia.²⁵

d) O final da guerra

A presença dos efectivos governamentais, embora tendo conseguido restabelecer alguma tranquilidade na vila-sede e arredores, não impediu que as localidades mais distantes, sobretudo as que se encontravam próximo da linha férrea, tivessem continuado a ser vítimas de incursões militares da Renamo.²⁶ Essas operações abrandaram consideravelmente a partir de inícios de 1990 e foram interrompidas em Outubro de 1992, na sequência da assinatura do Acordo Geral de Paz.

O distrito de Malema, especificamente a vila-sede e o posto de Mutuali, foi mais preservado da destruição causada pela guerra do que muitos outros distritos. Ele ainda possui infraestruturas que, a serem reabilitadas, podem servir de suporte às actividades económicas futuras. No entanto, é claro que a guerra deixou grandes marcas. Primeiro, nas populações, que perderam parentes e bens. Depois nas infraestruturas escolares e sanitárias, que se viram reduzidas ao mínimo. Segundo o director substituto da educação, a guerra reduziu o número de unidades escolares de 56 para 36. Mas até ao presente ano lectivo só foi possível pôr 4 em funcionamento, prevendo-se para o ano de 1996 a reabertura de mais 14, apesar das enormes dificuldades de falta de professores e material didáctico. Presentemente, com o apoio da Acção Agrária Alemã, existem perspectivas para a construção de uma nova unidade que funcionará para o segundo nível de escolaridade.²⁷ Segundo o director substituto e enfermeiro-chefe do hospital distrital, a rede sanitária está praticamente reposta, possuindo "stocks" de medicamentos satisfatórios.²⁸

Actualmente o distrito vive em paz. Ao contrário do que acontece em outros lugares, não existe tensão política entre as principais organizações, a Frelimo e a Renamo.²⁹

5. Organização Actual da Produção Familiar no Distrito

É importante avaliar o nível de organização actual da produção familiar como ponto de partida para a identificação dos factores limitativos na recuperação da agricultura familiar.

Actualmente, a agricultura familiar em Malema não se serve da charrua ou da motobomba. A guerra contribuiu, é certo, para esta situação. Mas é preciso dizer que mesmo aqueles que, durante o período colonial, haviam conseguido trabalhar com meios mecânicos próprios, ficaram destituídos deles após a independência, quando lhes foram retirados para utilização no trabalho colectivo das cooperativas. Tal foi o caso de Justino Mahoa, de 60 anos de idade, que é actualmente um agricultor privado com 45 ha de terras mas que, por falta de capacidade, apenas trabalha 2 ha.³⁰

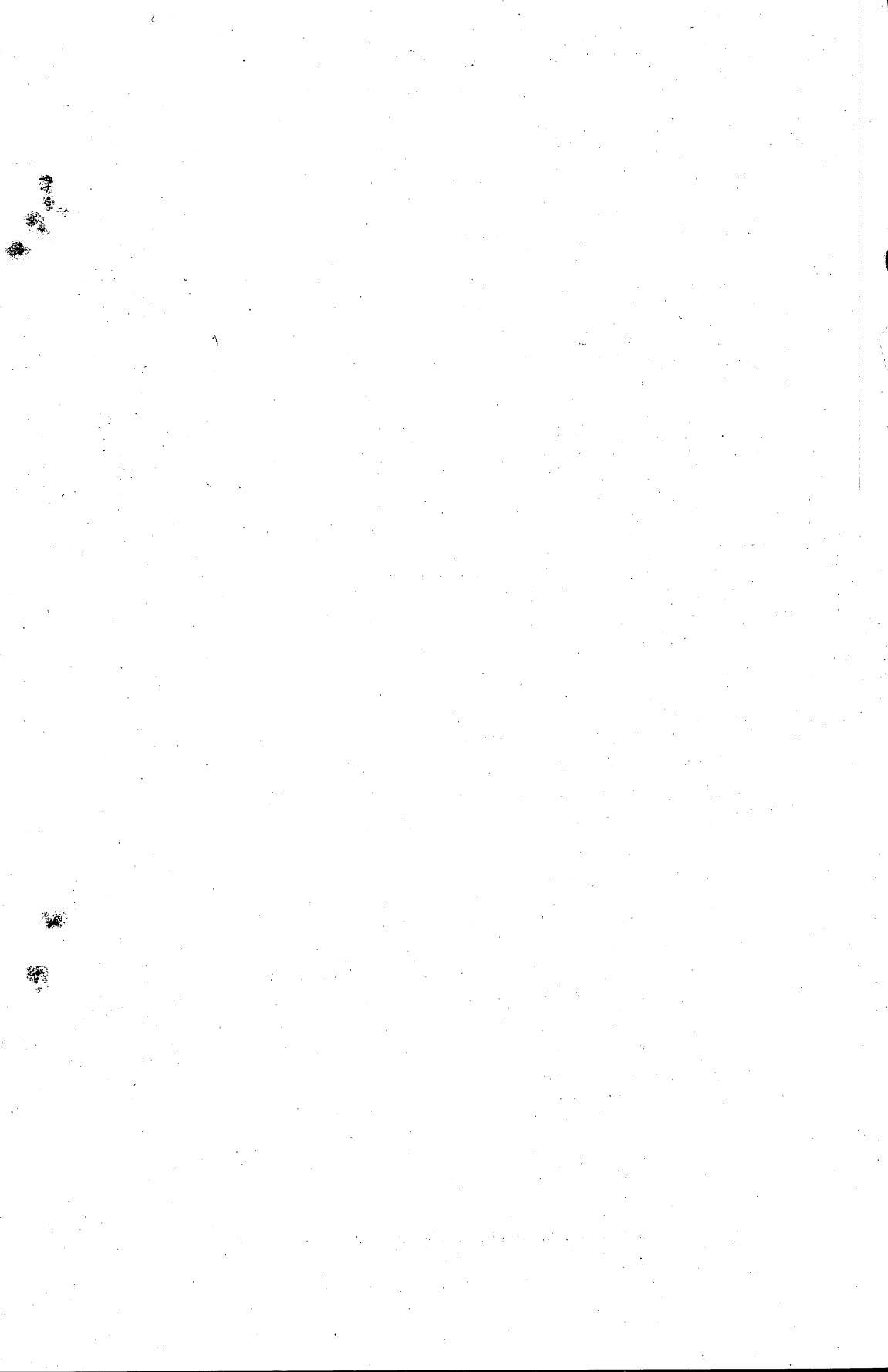
Os agricultores familiares mantêm as pequenas parcelas de cultura itinerante. Em algumas regiões, sobretudo junto aos rios, a agricultura é relativamente intensiva, com períodos de cultura prolongados e reduzidos pousios. A fertilidade do solo é mantida pela construção cuidadosa de canteiros ou camalhões, que permitem a integração de matéria vegetal e facilitam a drenagem. Nas regiões mais distantes do rio a agricultura depende grandemente da mandioca, que resiste em solos mais pobres.

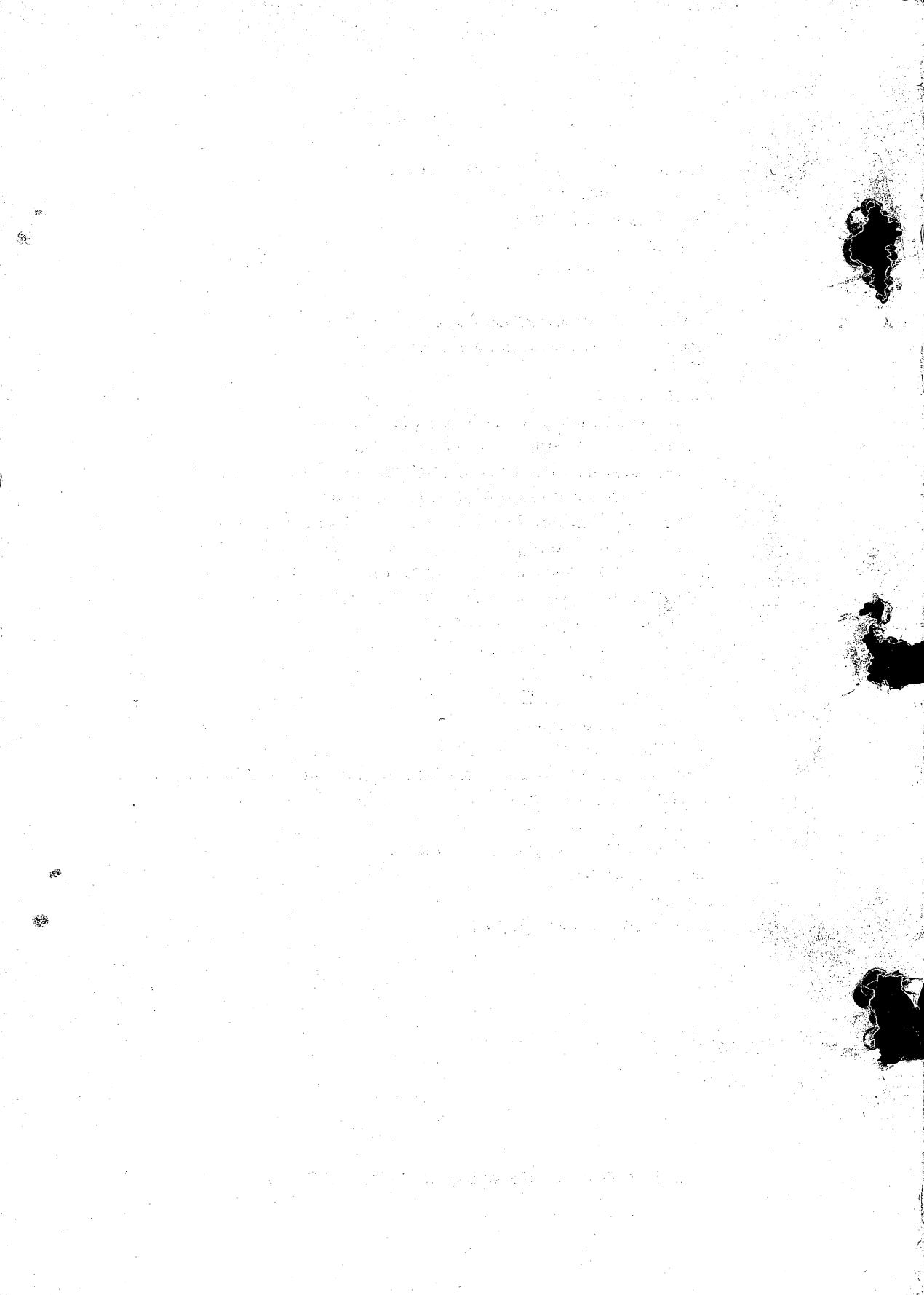
Como se disse atrás, o Distrito de Malema está cercado por uma cordilheira, situando-se pois numa zona alta e de elevada pluviosidade, o que explicará em parte a larga gama de culturas, com predominância para os cereais (milho, mapira, arroz de sequeiro) e banana. A altura mais activa é a das sachas, entre Dezembro e Março.

As margens dos rios, e as baixas em geral, constituem as melhores zonas agrícolas. Em todo o distrito aproveitam-se as baixas para o cultivo de arroz, hortícolas e tabaco. No período colonial haviam sido construídas represas para o aproveitamento das águas do rio Malema, que corre durante todo o ano. No entanto, tais infraestruturas estão hoje destruídas pela guerra e pela falta de manutenção.

Actualmente não há poços no distrito. A população depende da rede fluvial para se abastecer de água. Os aglomerados populacionais distantes dos rios sofrem, consequentemente, de falta de água, sendo a população por vezes obrigada a percorrer mais de 10 kms em busca dela. A situação é grave sobretudo nos postos de Mutuali e Chihulo. Nestas regiões é comum a utilização da bicicleta para o transporte de água. Os homens (e, por vezes, as mulheres)

Montado e Impresso na Imprensa da UEM





OFERTAS

Academia Portuguesa de História

Engº. Alexandra Neves

Drº. Ana Maria Gentili

ARPAC

Dr. Aurélio Rocha

AWEPA

Centro de Estudos da População/UEM

Comissão Nacional para a UNESCO

DABA

Edite Lemos

Embaixada de Portugal (Serviços Culturais)

Embaixada do Reino dos Países Baixos

Embaixada dos Estados Unidos da América

Feira Internacional de Maputo (FACIM)

Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP)

Instituto de Investigação Científica e Tropical/Lisboa

Instituto de Investigação Pesqueira

Instituto Nacional de Investigação Agronómica (INIA)

Padre José Augusto Alves de Sousa

Dr. José Soares Martins

Liacat H. Dulá

Drº. Maria Teresa Seabra

Miguéis Lopes Júnior

Orlinda Mendes

Projecto de Apoio às Pequenas Indústrias Rurais (PAPIR)

Pedro Lopes Murima

Rádio Moçambique

Relâmpago, Semanário Independente

BP Moçambique

UNICEF

Universidade Pedagógica

5. Curso de Conservação e Restauro

Ao abrigo da Cooperação Espanhola, encontram-se em Madrid desde princípios de Outubro de 1995 os senhores Ângelo Celestino Ricardo e Paulo Alberto Neves, para participar num curso de conservação e restauro de curta duração (cerca de 6 meses, incluindo estágios). Terminada esta actividade formativa, ambos se irão candidatar ao ingresso na Escola Superior de Conservação e Restauro de Bens Culturais, para obtenção da licenciatura nesta área.

6. Outros Cursos

- a) De 6 a 10 de Março, participaram no "Seminário sobre Gestão do Património da UEM", realizado no Campus Universitário, os senhores Marcos Levi Nhabanga e Filipe Soupal Mutamuche.
- b) Entre os dias 8 e 12 de Maio, tomou parte no "Seminário sobre *Procurement*", que teve lugar na Faculdade de Medicina, o primeiro-oficial de administração Marcos Levi Nhabanga.
- c) Este funcionário participou ainda no "Seminário sobre Metodologia de Elaboração de Quadros de Pessoal", que decorreu na Direcção de Recursos Humanos da UEM, nos dias 23 e 24 do mesmo mês.
- d) O senhor Moisés Xadreque Chongo, documentalista D de 1º do AHM, frequentou com aproveitamento o Curso de Electrónica Digital, realizado no Centro de Formação de Electrónica da Rádio Moçambique, de 2 de Junho a 4 de Agosto. Esta acção formativa tem em vista a criação de capacidade interna para a manutenção básica dos aparelhos electrónicos existentes no AHM.
- e) De 4 de Setembro a 20 de Outubro, a senhora Ilida da Conceição Ponde participou com aproveitamento num Curso de Secretariado levado a cabo pela "Compete, Consultoria e Formação".

a) Primeiro Curso de Introdução à Gestão de Documentos (1994)

Destinado a candidatos de diversos órgãos do Estado, incluindo o AHM e a UEM, este curso realizou-se de 5 a 14 de Junho, com a participação de 41 elementos que não foram sujeitos a avaliação final, mas receberam certificados de participação.

b) Primeiro Curso de Gestão de Documentos (1994)

Esta acção formativa, que decorreu de 18 a 28 de Julho, teve a presença de 49 agentes de diferentes sectores públicos, da UEM e do AHM. Do total de cursandos, 47 obtiveram aproveitamento positivo.

c) Segundo Curso de Introdução à Gestão de Documentos

O curso contou com elementos provenientes não só do AHM e UEM, mas também de outros sectores da função pública, e teve lugar de 3 a 14 de Julho de 1995. Participaram nele 43 candidatos, dos quais 33 com aproveitamento positivo.

d) Segundo Curso de Gestão de Documentos

Esta actividade, que decorreu de 17 a 28 de Julho, teve a participação de 36 candidatos, do AHM, da UEM e de vários órgãos do Aparelho do Estado. Do total, 33 obtiveram avaliação final positiva.

4. Quinto Curso Básico de Documentação (1995)

Este curso, constituído pelas disciplinas de Arquivística e Biblioteconomia/Documentação, realizou-se de 22 de Maio a 23 de Junho, tendo contado com a participação de 44 candidatos do AHM, de outros sectores da UEM e de diversos serviços e empresas sediados em Maputo. Do total de candidatos, foram aprovados 38.

FORMAÇÃO

1. Licenciatura em Arquivística

Para frequentar o Curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro, Brasil, partiram no dia 5 de Março de 1995 para aquele país os técnicos do AHM, Juvêncio Elias Francisco Inhangumbe e Rafael Simone Nharreluga.

2. Informática

Dentro do programa de informatização do AHM, estiveram em Lisboa, de 29 de Abril a 20 de Maio de 1995, os técnicos Eugénio António Jeremias e Albino Pedro Machava, tendo frequentado os seguintes cursos:

- No Centro de Formação da BAD (Associação dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas):
 - * ARQBASE, Tratamento Automatizado da Documentação Histórica, 2 a 5 de Maio.
- No Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (Base Nacional de Dados Bibliográficos, PORBASE), Técnicas Documentais Automatizadas:
 - * Módulo de Circulação e Empréstimos, 8 e 9 de Maio;
 - * Utilitários Porbase, 10 de Maio;
 - * Exploração Documental em CDS/ISIS, 11 e 12 de Maio;
 - * Mini-Micro CDS/ISIS, 15 a 19 de Maio.

3. Formação para o Sistema Nacional de Arquivos

No âmbito da formação técnico-profissional inserida no projecto do SNA, o AHM promoveu, em 1994 e 1995, as seguintes actividades:

(continuação)

Séries	Datas-Limite	Caixas
Militar	1903-1974	07
Orçamentos e Contas	1931-1975	13
Pessoal	1932-1974	09
Registo Civil	1933-1963	08
Tombo e Carga	1933-1957	03
Tribunais Indígenas	1932-1960	07
Livros de Registros	1949-1974	06

MOVIMENTO DE CONSULTAS

Meses	Biblioteca		Hemeroteca		Arquivos	
	Leit.	Obras	Leit.	Obras	Leit.	Obras
Janeiro	60	90	40	10	20	9
Fevereiro	90	120	70	100	50	80
Março	100	200	50	30	30	10
Abri	95	263	20	48	13	22
Maio	110	290	30	80	12	51
Junho	103	293	30	75	17	62
Julho	78	211	19	59	9	29
Agosto	25	59	8	22	6	6
Setembro	23	57	11	13	3	3
Outubro	60	90	40	60	10	40
Novembro	70	100	30	70	30	50
Dezembro	50	80	20	45	10	40
TOTAL	664	1853	368	612	210	402

**2. Fundo da Administração do Concelho de Marracuene
(Aditamento)**

Séries	Datas-Limite	Caixas
Administração	1903-1975	19
Curadoria e Negócios Indígenas	1903-1963	19
Fazenda	1903-1950	11
Fomento e Colonizacão	1903-1973	15
InSTRUÇÃO e Cultos	1903-1950	03
Julgado Instrutor - Notariado	1903-1950	03
Militar	1903-1950	04
Orçamentos e Contas	1913-1950	05
Pessoal	1917-1950	04
Registo Civil	1903-1946	02
Tombo e Carga	1916-1948	01
Tribunais Indígenas	1903-1950	04
Livros de Registros	1910-1973	06

Fundo da Administração do Concelho dos Muchopes

Séries	Datas-Limite	Caixas
Administração	1933-1977	25
Trabalho e Acção Social	1935-1977	55
Fazenda	1932-1976	25
Fomento e Colonização	1919-1977	25
Educação e Cultos	1934-1953	05
Justiça	1934-1974	07

(continua)

ACERVO

RECOLHIMENTO

Durante o ano de 1995 foram recolhidos alguns núcleos arquivísticos nos seguintes órgãos:

- Ministério da Informação
- Banco de Moçambique
- Universidade Eduardo Mondlane/Gabinete de Planificação
- Banco Comercial de Moçambique, Filial de Inhambane
- Banco Comercial de Moçambique, Filial da Beira

DOCUMENTAÇÃO INVENTARIADA

1. Fundo da Administração do Concelho de Lourenço Marques (Aditamento)

Organização das Fichas

Empregados em Geral: 195401 fichas

Carteira do Trabalho de Empregados Domésticos 9965 fichas

Registo dos Empregadores: ordem alfabética (12 ficheiros)

podem transferir, por intermédio da Curadoria e das suas dependências, quaisquer quantias, em moeda sul-africana, pagáveis, em escudos, aos próprios interessados, ou a outrem, na sede da Circunscrição que preferirem, sem qualquer encargo. De tal serviço e das suas vantagens, é feita intensa e persistente propaganda, pelos funcionários da Curadoria, nas suas repetidas visitas aos locais de trabalho. Além disso, em Ressano Garcia é facultada, pelo Banco Nacional Ultramarino, a troca de libras por escudos, sem qualquer limitação, podendo ainda os indígenas utilizar as que lhes sobrarem no pagamento de impostos.

A bem da Nação

Residência do Governo Geral, em Lourenço Marques, 29 de Março de 1960.

*O Secretário Provincial
A. de G. e Melo*

próprios locais de trabalho.

27. *Julga-se inexequível, ou pelo menos de muito difícil execução, o plano de estabelecer agentes nossos na União. O Governo Sul-Africano não os consentirá, com certeza, e se os consentisse a sua acção não seria fácil, nem, provavelmente, eficaz. Se fossem mandados, em segredo, poderiam provocar incidentes lamentáveis que afectariam as relações amistosas dos dois Governos.*

28. *Além do exposto, há que considerar que as repatriações só podem ser feitas ao abrigo da alínea j) do artigo XXVII da Convenção, isto é, de acordo com as autoridades da União, acordo que nem sempre pode ser obtido, não por má vontade das autoridades, mas por motivos de ordem política interna ou em consequência de disposições legais vigentes no país vizinho.*

29. *Quanto à propaganda religiosa e nacionalizadora, ela só poderá ser eficiente nas minas e nas empresas, onde haja grandes núcleos de trabalhadores, isto é, em circunstâncias onde a segunda é menos necessária.*

30. *São os indígenas que trabalham isoladamente os que estão mais sujeitos à desnacionalização e serão exactamente esses os que, na sua grande maioria, ficarão fora da acção missionária, por se encontrarem dispersos por todo o país.*

31. *Infelizmente, não é provável que o Governo da União consinta num considerável aumento de missionários portugueses, visto ser notória a sua hostilidade à Igreja Católica.*

32. *Numa observação final da Informação aponta-se a conveniência de os indígenas poderem adquirir moeda de Moçambique num banco da União.*

33. *Esclarece-se que uma experiência recente nesse sentido só trouxe prejuízo para os indígenas e que estes*

21. Há, como é natural, alguns indígenas portugueses que comparticipam em actividades subversivas e contrárias à nossa segurança. O seu número, todavia, é insignificante.

22. A curadoria segue atentamente tais actividades, para o que lhe foram fornecidos fundos, embora modestos, tendo conseguido, há algum tempo, identificar um indígena nosso que fazia propaganda contra Portugal no Congresso Nacional Africano.

23. Da acção repressiva do Governo Sul-Africano só tem resultado, até esta data, vantagens para nós pelas dificuldades que opõe aos agitadores pela vigilância incessante que exerce sobre todos os estrangeiros, incluindo os indígenas portugueses.

24. Quanto à Imprensa, nem nos é declaradamente hostil, nem favorável. Pende, no entanto, a realçar as notícias que nos prejudicam e a esquecer, ou dar pouco vulto, às que nos beneficiam. A tal orientação devem ser absolutamente estranhas as autoridades que não têm poder para impor directrizes à imprensa e são elas próprias alvo de ataques violentos e impiedosos.

25. Raramente, porém, a imprensa sul-africana toma a iniciativa de atacar Portugal ou a nossa acção em África; a maior parte das vezes limita-se a publicar noticiário ou artigos fornecidos por agências ou sindicatos que são, simultaneamente, reproduzidos em jornais de todos os continentes.

26. Para concluir estas considerações que a Informação do Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar sugeriu, resta apreciar as duas sugestões com que finda a citada Informação:

a) Estabelecimento de agentes nossos na União, encarregados de identificar e repatriar os propagandistas antimacionais;

b) Intensificação de propaganda religiosa, aumentando o número de missionários e catequistas portugueses, nos

pelas entidades patronais, pela sua disciplina e assiduidade ao trabalho.

16. *O que antecede explica, embora sucintamente, o motivo, para muitos surpreendente, porque a entrada anual de cerca de cem mil imigrantes vindos de um país de endémico desassossego não causou, até hoje, a mais pequena perturbação em Moçambique.*

17. *Há que reconhecer também que para tal muito contribuem os serviços da Curadoria, que procura manter amiudado contacto com os nossos indígenas, visitando-os nos locais de trabalho, protegendo-os e prontificando-os a tratar de todos os seus problemas, inclusivé dos da família e até, como já tem sucedido, a averiguar da existência, em Moçambique, de parentes de indígenas emigrados há longo tempo.*

18. *A Curadoria exerce a sua acção quer directamente, quer através das suas Inspecções em Joanesburgo, Germiston, Benoni, Springs, Roodeport, Witbank, Pretoria, Barbeton, Sabie e Empangueni. Está também criada uma Inspecção em Welkom que, por dificuldades várias, ainda não foi instalada. As minas de Orange são, enquanto não for instalada a Inspecção de Welkom, periodicamente visitadas pelos inspectores distritais de Joanesburgo e de Germiston.*

19. *Na generalidade são reconfortantes as manifestações de lealdade dos indígenas portugueses que emigraram para a União, manifestações que se verificam não só nas visitas oficiais de altas entidades, mas até, frequentemente, perante simples particulares, que são procurados e cumprimentados por indígenas, só por serem portugueses.*

20. *É certo que alguns dos nossos indígenas quando interrogados negam a sua nacionalidade. Se o fazem, porém, é, em geral, por simples precaução, por receio de complicações e de perderem o emprego que a lei, em muitos casos, não permite seja dado a estrangeiros.*

serviços estranhos às minas.

12. *Ora, todos os indígenas que trabalham nas minas e nas grandes empresas — e para estas foram muitos dos 17.246 ue, em 1958, se empregaram em outros serviços — vivem em regime de "compound" ou de aquartelamento, quase segregados do mundo exterior. Acresce a isso que as entidades patronais estão empenhadas em manter a disciplina do trabalho e, consequentemente, em impedir toda e qualquer propaganda subversiva.*

13. *Os indígenas portugueses, em tal regime, estão praticamente fora da acção dos agitadores, sendo provável que muitos regressem sem se aperceberem das inquietações e dos problemas que preocupam as populações negras da União. Isso explica que se mantenham à margem de todos os incidentes, greves e protestos, e sejam os preferidos pelas empresas e por todos os patrões.*

14. *Ainda, agora, quando foi da tragédia de Coalbrook, apesar da agitação dos basutos, os mineiros portugueses mantiveram-se calmos e disciplinados, talvez com razões para reclamarem contra a insegurança em que haviam trabalhado. Se o tivessem feito, não podiam ser acoimados de maus portugueses ou de rebeldes, pois que perderam a vida 206 moçambicanos, muitos deles parentes dos que sobreviveram. Um destes, por exemplo, ficou sem dois irmãos.*

15. *Quanto aos que não trabalham nas minas ou em grandes empresas a situação é, por vezes, diferente. Podem não viver sequestrados em "compounds", mas livres nas cidades ou nas fazendas agrícolas. É certo que alguns se integram completamente no meio em que se estabeleceram e acabam até por perder a nacionalidade, não voltando a Moçambique. Mas, a grande maioria nunca chega a adaptar-se inteiramente e a aceitar como seus iguais os indígenas da União, não conseguindo vencer preconceitos rácicos, nem a impressão de que todos são criminosos natos. Essa grande maioria vive também, quase sempre, alheada dos problemas que interessam à população indígena da União e é a preferida*

resultavam da perda de capital demográfico e da diminuição das disponibilidades de mão-de-obra, sensível sobretudo nas regiões de menor densidade populacional.

7. A situação modificou-se, porém, inteiramente, com os movimentos nacionalistas desenvolvidos, ultimamente, sobretudo, no Tanganhica e na Niassalândia.

8. Sendo a emigração no norte aventurosa, individual e sem órgãos que a dirijam e disciplinem, os emigrantes entram em contacto perfeito e contínuo com os habitantes dos países para onde se deslocam, com muitos dos quais têm afinidades étnicas, como já se notou, quando não laços de família, o que lhes proporciona conhecimento de tendências para emancipação, comparticipação em movimentos associativos de carácter político e até receberem doutrinação subversiva.

9. Pelas razões expostas, está o Governo Geral seguindo atentamente as actividades das populações em contacto com a Niassalândia e o Tanganhica, não desprezando sequer as atitudes que alguns dos nossos indígenas possam tomar naqueles territórios. Não é tarefa fácil essa, visto neles não dispormos de Curadorias como sucede na União e na Rodésia do Sul, embora esta última tenha meios de acção muito restritos.

10. O que precede não justifica qualquer alarme e tem apenas o intuito de mostrar que a emigração para a União não é, potencialmente, mais perigosa do que a que se dirige para os outros territórios.

11. A maior parte dos nossos emigrantes para a União destina-se às minas do Transvaal e do Estado Livre de Orange. Assim, em 1958, foram registados, pela Curadoria, 112.450 emigrantes, dos quais 73.387 saíram, legalmente, ao abrigo da Convenção, e 39.063 atravessaram a fronteira clandestinamente. Desses 39.063, contrataram-se para serviço das minas 21.817. Isto é, dos 112.450 emigrantes registados na Curadoria, apenas 17.246 se empregaram em

2. A emigração anual de centenas de milhares de indígenas através da fronteira terrestre de Moçambique mereceu sempre desvelada atenção dos Governadores Gerais desta Província e, por vezes, devido a circunstâncias especiais de momento, como actualmente sucede, constitui até motivo de preocupação.

3. Os indígenas de Moçambique emigram para o Tanganhica, Niassalândia, Rodésias do Norte e do Sul e União da África do Sul, estendendo-se pelas 4 Províncias desta, desde as terras altas do Transvaal até às povoações atlânticas do Cabo.

4. Tem sido a emigração para a União a mais atentamente vigiada e assistida, do que são prova incontestável os extensos serviços da Curadoria dos Indígenas Portugueses naquele País, cujo quadro de pessoal foi aumentado por mais de uma vez, e conta hoje com: 1 inspector administrativo; 12 administradores de circunscrição; 13 aspirantes; e 12 funcionários contratados.

5. Compreende-se que haja sido a emigração para a União a que mais preocupou no passado o Governo Geral, já pela sua complexa influência na economia da Província, já pelos efeitos que poderiam resultar dos contactos dos emigrantes com populações indígenas de índoles diversas, sujeitas a uma política inteiramente diferente da nossa e propensas a organizar movimentos colectivos de desafio, como greves, desobediência passiva e outros, reveladores de profunda insatisfação e latente hostilidade ao Governo do País.

6. Por outro lado, o Tanganhica, a Rodésia do Sul e a Niassalândia eram, até tempos recentes, países de relativa tranquilidade, cujas populações indígenas, além de não assumirem atitudes adversas aos poderes constituídos, tem estreitas afinidades com muitas tribos de Moçambique, algumas das quais são cindidas pela fronteira. Por isso, a saída dos nossos indígenas para qualquer desses três territórios nunca causou outras preocupações além das que

influência dos trabalhadores que regressam das minas. Não esqueçamos que a população indígena de Moçambique não chega a atingir a casa dos 5 milhões. Por consequência, queremos parecer que a missão de estes trabalhadores — muito influenciáveis pela grande industrialização de que são testemunhas e que facilmente se destribalizam — reveste tanta ou mais importância do que a feita em Moçambique.

19. Outros problemas de grande acuidade se põem em íntima correlação com os imigrantes portugueses da África do Sul entre os quais o da moeda, pois os indígenas portugueses querem ter dinheiro português num banco da África do Sul para trocarem pelas suas libras (e com razão), uma vez que em Moçambique são, não raro, escandalosamente explorados nas lojas dos "indianos" que lhes trocam a libra a 70\$00 e menos. Gostam de ter lá o dinheiro português, porque se sentem mais seguros sem libras cujo câmbio muda, mas sempre com prejuízo para eles. Parece, portanto, que ainda no caso vertente é tempo de, a bem do interesse nacional, serem atendidos.

20. Outras questões há a que poderíamos aludir. Todavia, em conclusão, referiremos apenas as não raro estranhas maquinações em que, por vezes, se vêem envolvidos alguns dos funcionários incumbidos de tratar dos problemas relativos aos indígenas moçambicanos que trabalham nas minas da União da África do Sul.

Governo Geral para Ministro do Ultramar (Ofício no.

1760/110/A/31, de 29 de Março de 1960)

1. Em cumprimento da determinação de V.Excia., transmitida pelo ofício a que este faz referência, seguem-se algumas considerações sugeridas pela informação que o Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar prestou sobre os "Graves problemas suscitados pela emigração para a África do Sul".

dedica apenas à catequese dos indígenas portugueses de Moçambique. Pode agora fazer — e faz — sem peias, a propaganda americana contra Portugal. Significa isto, em resumo, que para 350.000 indígenas temos, na África do Sul, somente dois missionários e alguns catequistas.

15. É, pois, no aumento considerável dos missionários e catequistas portugueses que reside a segunda parte do plano para combater a nociva acção dos agentes da propaganda protestante e separatista dirigida de há muito contra a unidade de Portugal. É possível que, de momento, não haja missionários disponíveis, mas também é verdade que resta o recurso eventual ao apostolado laico e à Accção Católica.

16. Do ponto de vista legal é-nos permitido mandar mais missionários para a África do Sul. A Convenção não se opõe e ainda que isso acontecesse estaria na mão do Governo Português propor as alterações necessárias à defesa dos interesses morais dos indígenas. O Governo Português está mesmo em posição de ditar condições, visto que a África do Sul sem a mão-de-obra portuguesa veria os seus interesses mineiros profundamente afectados.

17. É claro que tudo isto implica despesa, mas não devemos cometer o grave erro de pretender fazer economias à custa da nossa própria salvação.

18. Voltando ainda ao problema dos missionários a enviar para a África do Sul, recordamos que se tem dito, por vezes, que são poucos para o trabalho que já têm em Moçambique. É verdade. Todavia, não podemos perder de vista o seguinte: os trabalhadores que vão para a União Sul-Africana são, em boa parte, chefes de família. Ora bem, contando por cada família mais três filhos e um velho e tratando-se de cerca de 550.000 homens válidos ausentes nas Rodésias e África do Sul, poderá, até certo ponto, dizer-se que estes trabalhadores influenciam $550.000 \times 5 = 2.750.000$ indivíduos. No entanto, como se trata de uma população "rolante", digamos assim, deve ser muito maior a

acontece, isso deve-se possivelmente à circunstância de aquele lidar pouco com os indígenas e de não visitar os locais de trabalho.

13. Como quer que seja, não há dúvidas que "a U.R.S.S. deu, em direcção à África, um passo tão grave e tão firme como os que anteriormente dera em direcção à Ásia e ao Médio-Oriente", devendo nós ter presente que os comunistas não são alheios à propaganda que nos é movida na África do Sul. Por outro lado, deve considerar-se a possibilidade de se introduzirem armas no nosso território, quer pelas fronteiras, quer pela costa marítima, dada a sua grande extensão. E, sendo assim, qual seria a repercussão na ONU de um levantamento de indígenas em Moçambique, mesmo que imediatamente subjugado? Afigura-se-nos, por conseguinte, que urge traçar um plano de acção destinado a anular ou reduzir a propaganda feita contra nós. Tal plano poderia resumir-se no seguinte:

1) Mandar para a África do Sul um grupo de funcionários encarregado de identificar e repatriar os propagandistas que se servem dos passes atrás aludidos. Estes funcionários deveriam ser previamente treinados — talvez pela Pide — e necessitariam também de adquirir certos conhecimentos práticos, dados in loco por quem conheça bem a região. Careceriam, obviamente, de estudar as línguas indígenas, inglês e africander, essa por sinal muito importante por ser a língua materna dos funcionários sul-africanos;

2) Intensificar a propaganda religiosa, aumentando o número de missionários e catequistas portugueses católicos, nos próprios locais de trabalho — e deve sublinhar-se que há cerca de 400 a 500 minas só na África do Sul — onde actualmente apenas há dois missionários portugueses (domiciliados em Joanesburgo) e catequistas indígenas.

14. Ainda pelo que toca à missão tém-se passado factos de certo modo estranhos e não menos nocivos. Exemplo frisante de um desses casos é-nos dado por um missionário protestante de nome Ira Edmond Gillet (norte-americano), o qual tendo sido expulso de Moçambique — dada a sua acção nefasta — foi missionar para o Transval, onde se

9. Desde que abriram as minas no Transvaal, há mais de 40 anos, têm por ali ficado muitos milhares de indígenas que, oportunamente, se muniram de um passe da União — o que era e continua a ser facilímo — estando por isso na situação única de, em qualquer altura, poderem considerar-se a si próprios, ou ser considerados, indígenas portugueses ou sul-africanos. Esta facto é conhecido de todos os funcionários portugueses na União e das autoridades sul-africanas, mas só lá de vez em quando é que repatriam um ou dois desses indígenas. Mas trata-se de milhares de indígenas.

10. Dar-nos-emos melhor conta do significado destes factos se nos lembrarmos de que estes indígenas com o passe português vêm a Moçambique, provando assim a sua entrada na província e voltando logo para a África do Sul ilegalmente — o que também é fácil, dada a extensão das fronteiras — e dali, como cidadãos da Commonwealth, desde que nada haja contra eles, obtêm um passaporte para visitar qualquer país da Comunidade, seguindo este para onde muito bem lhes aprovver, incluindo a U.R.S.S. No regresso, entram em Moçambique ilegalmente, pelas fronteiras das Rodesias, atravessam Moçambique e entram de novo, legalmente, na União com o passe português, provando assim a sua estadia ininterrupta em Moçambique, tudo isto lhes dando ensejo a fazerem a propaganda segundo os métodos em que foram instruídos.

11. E por demais evidente que o sistema dos dois passos lhes serve para desviar as atenções no caso de suspeita, porquanto com o passe português provam que vieram visitar a família a Moçambique, e com o passe da União que foram visitar parentes no Tanganica. De resto, em caso de necessidade mudam de terra — como já se tem verificado — tirando depois outro passe da União por 1 libra, bastando, para isso, alegarem que chegaram da terra e que perderam os documentos.

12. Poderá de algum modo parecer estranho que havendo um Curador de Indígenas em Joanesburgo estes factos lhes passem desapercebidos, mas se, na realidade, tal

dirigida do seu território contra Moçambique para, depois, aguardar a sua altura de intervir e apoderar-se do Poder. Isto explica até certo ponto que ali se consinta a propaganda contra Portugal e os portugueses, feita mesmo através da imprensa, por indígenas de nacionalidade portuguesa.

6. É claro que o mal reside no facto de muitos indígenas serem doutrinados na África do Sul e depois regressarem juntamente com os 150.000 que todos os anos voltam para junto de suas famílias, trazendo consigo a semente de ideias separatistas e outras não menos subversivas. E mesmo que esses propagandistas apenas conseguissem indoutrinar 1% dos nossos indígenas, isso corresponderia a 3.500 novos adeptos que por sua vez se dedicariam à propaganda. Simplesmente a percentagem excede largamente a indicada, muito contribuindo para tal o fenómeno da detribalização.

7. O panorama não é muito animador. A África do Sul está largamente industrializada e o seu grau de industrialização é grande mesmo para os padrões mundiais, quanto mais comparando-a com a de Angola e Moçambique. Além disso a União tem boas estradas de primeira e o maior tráfico automóvel do mundo depois do dos Estados Unidos da América do Norte. A juntar a isto e acima de tudo, a União é a pátria do ódio ao branco — resultado palpável, para já, da política do apartheid. Tudo isto bem explorado, estabelecendo comparações com o que se vê entre nós, explica os receios expostos.

8. Há, como notámos, na África do Sul — para os indígenas portugueses que lá vão trabalhar — um documento que serve de base à identificação daqueles: o passe, acontecendo que para os que para lá vão legalmente há várias modalidades de passes e para os que emigram clandestinamente há um só modelo de passe chamado o Passe BR, que pode ser obtido dos funcionários portugueses em serviço na África do Sul, sem quaisquer dificuldades, mediante o pagamento de 1 libra.

indígenas e talvez 50.000 para as Rodésias. Contando não só com os indígenas registados mas também com os que voluntariamente lá ficam, devem estar permanentemente na União da África do Sul cerca de 350.000 indígenas portugueses e 200.000 nas Rodésias. Estes são os números reais, conquanto não sejam oficiais. Que assim é parece confirmá-lo o facto de no comércio, nas fábricas e em milhares de "farms" se topar com indígenas cujos nomes são portugueses e que falam o português, embora afirmem, por mera conveniência, que são sul-africanos para lhes não ser retirado o passe que para eles é garantia de trabalho certo nas ocupações bem remuneradas em que se empregam. Portanto, como sublinhámos, anualmente vêm e vão de Moçambique, para a África do Sul, mais de 150.000 indígenas.

3. Ora acontece que há na África do Sul muitos indígenas portugueses, meio civilizados, os quais falam português e fazem a mais descarada propaganda contra Portugal, sentindo-se defendidos pelo passe sul-africano. Isto pode ser verificado por qualquer pessoa que tenha vivido uns anos na África do Sul, estude e procure ver estes problemas. Para tanto bastar-lhe-á conversar com os nossos indígenas nos locais de trabalho — se possível isolando-se com eles — uma vez captada a sua confiança.

4. Na África do Sul há dois tipos de propaganda que a polícia não consente: a propaganda comunista e a propaganda que se destine a expulsar os brancos da África, o que não significa que os interesses da África do Sul coincidem com os nossos, embora se trate de um país amigo.

5. Os sul-africanos são anti-comunistas como nós, e o princípio de "correr" com os brancos não lhes convém, podendo, no entanto, aplicar-se-lhes a teoria dos comunistas quanto à formação de novos Estados, pois o "nacionalismo é, nestas regiões, a vanguarda da revolução": depois, no plano interno, o partido comunista lutará pelo poder. Pode-se, portanto, ser anti-nacionalista, como são os comunistas e, no entanto, apoiar o nacionalismo e aproveitá-lo; ora, também a África do Sul pode aproveitar a propaganda contra o branco

africano, para detectar e neutralizar os agentes da propaganda subversiva; por outro lado, reforçar a presença de missionários nesses mesmos meios, procurando fortalecer-se no combate ideológico.

Através do seu ofício 1760/110/A/31, de 29 de Março de 1960, o Secretário Provincial responde ao Ministro do Ultramar. É essa resposta que constitui o segundo documento desta secção. Nela, as autoridades da província procuram desdramatizar a situação, mostrando-se confiantes no trabalho desenvolvido pela Curadoria de Moçambique na África do Sul e sua estrutura de inspecções, diminuindo a "ameaça subversiva" e, sobretudo, procurando mostrar que a estratégia desenhada pelo CEPS era irrealista: a infiltração de agentes daria azo, tarde ou cedo, a um conflito diplomático de consequências imprevisíveis entre Portugal e a União Sul-Africana; o aumento do trabalho missionário, para além de ser de duvidosa relevância depararia com dificuldades acrescidas, até pela hostilidade do regime sul-africano para com a igreja católica.

Ambos os documentos são avulsos do Arquivo Histórico de Moçambique.

Graves Problemas Suscitados pela Emigração para a África do Sul (Ministério do Ultramar, Ofício no. 432-Pº 100, de 29 de Janeiro de 1960).

1. *Em vários documentos arquivados neste Centro chama-se a atenção para os graves problemas suscitados pela emigração dos negros de Moçambique para a África do Sul, afigurando-se-nos que há manifesta conveniência em, neste momento, atentar nos mesmos procurando solução-los ou, pelo menos, diminuir os seus reflexos nocivos na África Oriental Portuguesa.*

2. *Como se sabe, ao abrigo da Convenção entre os Governos Português e Sul-Africano, vão trabalhar para a África do Sul, por ano, legal ou ilegalmente, cerca de 150.000*

documento:

GRAVES PROBLEMAS SUSCITADOS PELA EMIGRAÇÃO PARA A ÁFRICA DO SUL EM 1960

A rubrica "documento" traz, desta feita, duas informações de 1960, nas quais transparece a preocupação do regime colonial relativamente às "influências subversivas" a que poderiam, eventualmente, estar submetidos os milhares de moçambicanos imigrantes nos países vizinhos, sobretudo na África do Sul. Depois de beneficiar, durante perto de oito décadas, dos proventos do trabalho migratório, o regime colonial, ou pelo menos alguns círculos no seu interior, começavam a descobrir os potenciais riscos inerentes à situação criada historicamente.

A primeira informação veicula um pequeno estudo levado a cabo pelo Centro de Estudos Políticos e Sociais, da Junta de Investigações do Ultramar, transmitido ao Governo Geral de Moçambique pelo Ministro do Ultramar. Está-se no início da década de sessenta e são já muitos e claros os sinais da vaga nacionalista que tomava conta do continente africano, penetrando na África Austral a partir dos territórios do Tanganhica, da Rodésia do Norte e da Niassalândia. Para o estudo do CEPS, por detrás de tais ameaças estava a estratégia comunista de combate aos regimes coloniais, e para o travar Portugal nem sequer podia confiar inteiramente na União Sul-Africana que, embora ferozmente anti-comunista, estava sempre à espreita de uma oportunidade para aumentar a sua influência no sul de Moçambique. Questões antigas...

Face a esta situação, o estudo propunha uma estratégia assente em duas medidas: por um lado, treinar um corpo de agentes, talvez nas escolas da PIDE, que se pudesse infiltrar no seio dos trabalhadores migrantes em solo sul-

³⁵Entrevista com Isabel António, Jorge Manuel, Justino Mahoa, Faustino Cumua, Ângelo Jerónimo e Andrea Raisse, Malema: 4 de Novembro de 1995.

³⁶Entrevista com Raimundo Francisco Mariano Cobre (Director Distrital do Comércio), Malema: 2 de Novembro de 1995; Entrevista com os comerciantes retalhistas Manuel Pereira Garcia, Manuel André Chequela, Mohamed Iqbal, Mohamed Junus M.Ussene, Albino da Conceição, Velasco S. Mofate e Gonçalves Leite, Malema: 4 e 6 de Novembro de 1995.

³⁷Entrevista com Isabel António, Jorge Manuel, Justino Mahoa, Faustino Cumua, Ângelo Jerónimo e Andrea Raisse, Malema: 4 de Novembro de 1995; Entrevista com Alfredo Chicra (Contabilista da J.F.S.), Malema: 5 de Novembro de 1995; Entrevista com Faustino Cumua, Malema: 5 de Novembro de 1995; Entrevista com Augusto Malemakite e António Saimone, Mutuali: 7 de Novembro de 1995.

³⁸Entrevista com Isabel António, Jorge Manuel, Justino Mahoa, Faustino Cumua, Ângelo Jerónimo e Andrea Raisse, Malema: 4 de Novembro de 1995; Entrevista com Augusto Malemakite, António Saimone, Gabriel Muabala e Bernardo Wadimwenhe, Mutuali: 7 de Novembro de 1995; Entrevista com António Chabala, Rosa Muakuvele e Jorge Natalia (descendente do régulo Natalia), Chihulo: 9 de Novembro de 1995.

²⁵Entrevista com o Administrador do Distrito Narciso Iounlela, Malema: 2 de Novembro de 1995; Entrevista com Isabel António, Jorge Manuel, Justino Mahoa, Faustino Cumua, Ângelo Jerónimo e Andrea Raisse, Malema: 4 de Novembro de 1995; Entrevista com Alfredo Chicra e Faustino Cumua, Malema: 5 de Novembro de 1995.

²⁶Entrevista com Isabel António, Jorge Manuel, Justino Mahoa, Faustino Cumua, Ângelo Jerónimo e Andrea Raisse, Malema: 4 de Novembro de 1995.

²⁷Entrevista com César Fonseca Saimone (Técnico de Planificação da Direcção Distrital de Educação), Malema: 2 de Novembro de 1995.

²⁸Entrevista com Casimiro Cavarriato (Director Substituto da Saúde e Enfermeiro-Chefe do Hospital Distrital), Malema: 2 de Novembro de 1995.

²⁹Os restantes partidos políticos, apóis alguma presença durante as eleições de Novembro de 1994, não têm hoje qualquer expressão. Entrevista com o Administrador do Distrito Narciso Iounlela, Malema: 2 de Novembro de 1995.

³⁰Entrevista com Justino Mahoa, Malema: 4 de Novembro de 1995.

³¹Entrevista com o Administrador do Distrito Narciso Iounlela, Malema: 2 de Novembro de 1995.

³²Entretanto, alguns privados reclamam o facto de não serem abrangidos pelos programas de repovoamento de gado bovino por não haver facilidades de aquisição de cabeças. Entrevista com Fernando Garcia (comerciante privado), Malema: 3 de Novembro de 1995; Entrevista com Jerónimo Ângelo, Malema: 4 de Novembro de 1995.

³³O concurso para a privatização da ex-Empresa de Tabaco E.E. realizou-se em Novembro de 1995. Entrevista com Alfredo Chicra (Contabilista da J.F.S.), Malema: 5 de Novembro de 1995.

³⁴Entrevista com Alfredo Chicra (Contabilista da J.F.S.), Malema: 5 de Novembro de 1995. Chicra exerceu também a actividade de contabilista da empresa quando esta foi intervencionada, até 1987. Nessa altura, devido à guerra, transferiu-se para a cidade de Nampula, tendo voltado ao posto em 1989 antes do proprietário tomar conta da empresa, em 1993. Entrevista com Ferreira Mendes (responsável do departamento do sector familiar da empresa), Malema: 6 de Novembro de 1995.

¹⁵Entrevista com os desmobilizados de guerra da Frelimo e da Renamo, Stango Manuel, Arlindo Simeão e Carlos Wilson, Malema: 3 de Novembro de 1995.

¹⁶Entrevista com os desmobilizados de guerra da Frelimo e da Renamo, Júlio Agostinho, Carlos Manuel, Stango Manuel, Arlindo Simeão e Carlos Wilson, Malema: 3 de Novembro de 1995.

¹⁷Entrevista com Justino Mahoa, Agostinho Arinawayá e Arlindo Namutepa, Malaia/Canhunha: 10 de Novembro de 1995. Os entrevistados faziam mobilização política para a Renamo. Entrevista com os desmobilizados de guerra da Frelimo e da Renamo, Júlio Agostinho, Carlos Manuel, Stango Manuel, Arlindo Simeão e Carlos Wilson, Malema: 3 de Novembro de 1995.

¹⁸Entrevista com Isabel António, Jorge Manuel, Justino Mahoa, Faustino Cumua, Ângelo Jerónimo e Andrea Raisse, Malema: 4 de Novembro de 1995.

¹⁹Entrevista com Augusto Melemakite (director da escola), António Saimone, Bernardo Wadimwenhe e Gabriel Mwabala, Mutuali: 7 de Novembro de 1995.

²⁰Entrevista com Fernando Garcia (comerciante privado), António Chabala, Rosa Muakuvele e Jorge Natalia (descendente do régulo Natalia), Chihulo: 9 de Novembro de 1995.

²¹Entrevista com Isabel António, Jorge Manuel, Justino Mahoa, Faustino Cumua, Ângelo Jerónimo e Andrea Raisse, Malema: 4 de Novembro de 1995; Entrevista com Augusto Melemakite, António Saimone, Bernardo Wadimwenhe e Gabriel Mwabala, Mutuali: 7 de Novembro de 1995.

²²Entrevista com Alfredo Chicra e Faustino Cumua, Malema: 5 de Novembro de 1995.

²³Entrevista com Isabel António, Jorge Manuel, Justino Mahoa, Faustino Cumua, Ângelo Jerónimo e Andrea Raisse, Malema: 4 de Novembro de 1995; Entrevista com Alfredo Chicra e Faustino Cumua, Malema: 5 de Novembro de 1995.

²⁴Entrevista com o Administrador do Distrito Narciso Iounlela, Malema: 2 de Novembro de 1995; Entrevista com Isabel António, Jorge Manuel, Justino Mahoa, Faustino Cumua, Ângelo Jerónimo e Andrea Raisse, Malema: 4 de Novembro de 1995; Entrevista com Alfredo Chicra e Faustino Cumua, Malema: 5 de Novembro de 1995.

⁵Entrevista com Justino Mahoa, Agostinho Arinawayaya e Arlindo Namutepa, Malaia/Canhunha: 10 de Novembro de 1995.

⁶Entrevista com Alfredo Chicra e Agostinho Sicote, Malema: 5 de Novembro de 1995; Entrevista com o chefe do posto administrativo de Mutuali, Augusto Melemakite (director da escola) e António Saimone, Mutuali: 7 de Novembro de 1995.

⁷Entrevista com Justino Måhoa, Agostinho Arinawayaya e Arlindo Namutepa, Malaia/Canhunha: 10 de Novembro de 1995.

⁸Entrevista com Faustino Chikoko, Américo M'kopothi, Jorge Nakuo e António Cumua, Malaia: 10 de Novembro de 1995.

⁹Entrevista com Faustino Chikoko, Américo M'kopothi, Jorge Nakuo e António Cumua, Malaia: 10 de Novembro de 1995.

¹⁰Entrevista com os desmobilizados de guerra da Frelimo e da Renamo, Júlio Agostinho, Carlos Manuel, Stango Manuel, Arlindo Simeão e Carlos Wilson, Malema: 3 de Novembro de 1995.

¹¹Entrevista com o chefe do posto administrativo de Mutuali, Augusto Melemakite (director da escola) e António Saimone, Mutuali: 7 de Novembro de 1995.

¹²A sede do posto dista cerca de 6 kms da chamada zona comercial, situada junto à estação dos CFM, onde se encontravam estacionadas as tropas governamentais. Assim, a Renamo efectuava incursões rápidas para pilhar a sede do posto, voltando prontamente às suas bases na Zambézia.

¹³Entrevista com o Administrador do Distrito Narciso Iounlela, Malema: 2 de Novembro de 1995; Entrevista com os comerciantes privados Fernando Garcia e Jorge Manuel, Malema, 4 de Novembro de 1995; Entrevista com os desmobilizados de guerra da Frelimo e da Renamo, Júlio Agostinho, Carlos Manuel, Stango Manuel, Arlindo Simeão e Carlos Wilson, Malema: 3 de Novembro de 1995; Entrevista com o chefe do posto administrativo de Mutuali e Augusto Melemakite (director da escola), Mutuali: 7 de Novembro de 1995.

¹⁴Os entrevistados divergem em relação às datas dos ataques à vila-sede. Por exemplo, em relação ao primeiro ataque, as datas variam entre 11 e 27 de Fevereiro de 1986, sendo a última mais frequentemente referida. Entrevista com Jorge Manuel, Justino Mahoa, Alfredo Chicra, Malema: 5 de Novembro de 1995; Entrevista com Andrea Raisse (antigo combatente), Malema: 4 de Novembro de 1995.

7. Considerações Finais

O distrito de Malema, particularmente a vila-sede e o posto de Mutuali, não foi, tal como outros distritos, literalmente destruído pela guerra. Malema ainda possui infraestruturas que, a serem reabilitadas, poderiam servir de base para a recuperação sócio-económica.

A guerra foi, sem dúvida, o principal responsável pela degradação da vida das comunidades. Todavia, uma auscultação atenta à população mostra que esta, embora não expressando manifestamente o seu descontentamento, se sentiu bastante prejudicada pelas políticas governamentais das aldeias comunais e formas colectivas de produção. Por detrás destes problemas, directa ou indirectamente, esteve alguma adesão de autoridades comunitárias locais à propaganda da Renamo.

A situação política actual do distrito é favorável ao desenvolvimento sócio-económico desde que as actividades nele inseridas se enquadrem nas aspirações da população: construção e reabilitação de escolas e hospitais, reparação de estradas e, sobretudo, reposição e desenvolvimento da rede comercial para que aquela possa escoar os seus excedentes e ter acesso a insumos e bens de consumo. Para se produzir são necessárias garantias de escoamento e acesso a insumos e bens para comprar.

NOTAS

¹Sousa Ribeiro, *Anuário de Moçambique*, Lourenço Marques, 1917: 598, 606 e segs.

²Sousa Ribeiro, *Anuário de Moçambique*, Lourenço Marques, 1917: 606 e segs.

³Boletim Oficial no. 27 (I Série), 2 de Julho de 1921; Boletim Oficial no. 52 (I Série), 24 de Dezembro de 1921.

⁴Entrevista com Isabel António, Jorge Manuel, Justino Mahoa, Faustino Cumua, Ângelo Jerónimo e Andrea Raisse, Malema: 4 de Novembro de 1995.

comercialização de produtos cuja colheita se faz na época chuvosa ou cuja troca se faz aos poucos durante todo o ano. Assim, prevêem-se dificuldades no escoamento de cebola e do milho nas zonas mais afastadas da estrada principal.³⁸ É pois incontestável a relativa fraqueza do comércio privado neste distrito, reflectindo a pouca rentabilidade, sobretudo devido aos elevados custos de transporte e escassez de viaturas.

QUADRO 3:
Comercialização no Distrito, na Campanha 1994/1995 (toneladas)

Produto	Meta	Comercializado	Escoado
Milho	8.500	9.450,017	6.516,032
Feijão	1.750	707,885	587,326
Mandioca seca	4.250	483,535	482,326
Arroz em casca	200	2,841	2,481
Mapira	150	3,410	3,410
Girassol	60	--	--
Amendoim	100	2,140	2,140
TOTAL	15.010	10.649,468	7.593,715

Fonte: Direcção Distrital do Comércio, Outubro de 1995.

A reanimação geral da rede comercial para a agricultura familiar será, portanto, uma condição do desenvolvimento deste sector. A este nível, é de sublinhar o papel do Estado no apoio ao processo, não necessariamente através da ampliação do investimento mas da reorganização dos recursos existentes para definir prioridades e eliminar programas redundantes ou contraditórios.

O Quadro 2 dá conta da situação actual a este respeito e salienta as dificuldades experimentadas pelas localidades: em Nataleia, posto administrativo de Chihulo, e em Nioce, localidade de Namecuna, da vila-sede, existe em cada uma 1 loja em funcionamento deficiente; nas localidades de Iapaca, Nioce, Muralelo (do posto da vila-sede) e no posto de Chihulo, as lojas encontram-se destruídas ou encerradas devido à guerra e às dificuldades financeiras para a sua recuperação e apetrechamento.³⁶ Face a estes problemas, os comerciantes, particularmente indianos, recusam-se a participar nas campanhas de comercialização argumentando falta de transporte e capital.

Apesar de continuar a haver grandes dificuldades na reparação da estrada principal, por onde se processa a maior parte do tráfego de viaturas, sobretudo pesadas, muitas pequenas obras têm sido levadas a cabo pela população nas estradas secundárias, na esperança de ver os seus produtos escoados. As estradas Malema-Chihulo e Mutuali-Munhisso carecem de trabalhos de nivelação. Em geral, todas as estradas necessitam de ser reparadas, um problema que se viria a acentuar na época chuvosa.

Determinados produtos de cultivo local, como o feijão, arroz e amendoim, são trocados entre famílias e raramente comprados nas lojas. As faltas são periódicas, relacionadas com as secas e reflectindo a fraca articulação do mercado interno, e também resultando da herança colonial de especialização em culturas de exportação. O abastecimento em carne também depende da produção local (caça e criação) e não entra no mercado comercial. Bens básicos provenientes de fora são o peixe seco, sal, óleo, sabão e açúcar. Estes produtos encontram-se nas lojas do distrito, embora em quantidades muito insuficientes e a preços bastante elevados.³⁷ Quando visitei o distrito havia alguns tecidos nas lojas, a preços incomportáveis para a maioria. Faltavam sistematicamente as peças de bicicleta, louças e outros produtos. Era também bastante irregular o abastecimento de sementes, alfaias agrícolas, adubos e ferramentas.

Em 1995, as brigadas da JFS conseguiram fazer o escoamento do algodão e do tabaco das zonas de produção. Todavia, há indicação que persistem os problemas na

Lojas na Loc. de Nioce	E	D	F
Manuel Nampassa			X
Bernardo Isaías Jaime		X	
Francisco Alberto		X	
Lojas na Loc. de Muralelo	E	D	F
Pedro Paposseco		X	
Baciano José		X	
Lojas no P.A. Mutuali	E	D	F
Mohamed Hanifo			X
Mohamed Ussene	X		
Momad Razak			X
Cassamo Ali			X
António Murima	X		
Dinis dos Santos		X	
Lojas na Loc. de Nataleia	E	D	F
Gonçalves Malavi			X
Lojas no P.A. Chihulo	E	D	F
Xavier Alexandre	X		
Total do Distrito	E	D	F
Situação das Lojas	4	6	15

Fonte: Direcção Distrital do Comércio, Malema: Setembro de 1995.

para a melhoria da vida das comunidades locais. Não vale a pena produzir mais se não forem comercializados os excedentes que permitam ao camponês adquirir os meios de produção e bens de consumo que não produz.

A maior parte das lojas do distrito situam-se na vila-sede e nas sedes dos postos. Embora a administração manifeste a intenção de reabrir o comércio em todas as antigas feiras comerciais, o nível de actividade comercial permanece muito baixo, quer porque a guerra destruiu e obrigou ao encerramento de muitas lojas, quer devido às enormes dificuldades de abastecimento das lojas em funcionamento.

QUADRO 2:
Situação Actual da Rede Comercial no Distrito
(E = Encerradas; D = Destruídas; F = Em funcionamento)

Lojas em Malema-Sede	E	D	F
Malema Comercial			X
Manuel Pereira Garcia			X
Manuel André Chequela			X
Mohamed Iqbal			X
Mohamed Junus M. Ussene	X		
Albino da Conceição			X
Velasco S. Mofate			X
Gonçalves Leite			X
Inagrico Lda.			X
B. Bane Isak			X
Aissa Macalia			X

Lojas na Loc. de Iapaca	E	D	F
Jorge Murima		X	

cabritos e porcos. No entanto, é uma ocupação que está longe de ser intensiva dado que implicaria aumento de trabalho e investimento na alimentação e protecção dos animais, condições que o sector familiar, ainda muito frágil, dificilmente poderia realizar.³²

O distrito é pobre em fruta. As espécies principais, nomeadamente bananeiras, cajueiros e mangueiras, encontram-se muito irregularmente distribuídas.

Para os camponeses, a principal alternativa à produção familiar é o trabalho assalariado nas propriedades da empresa privada João Ferreira dos Santos. Esta produz algodão em Mutuali e tabaco em Malema, e gera uma fábrica de processamento de tabaco na vila-sede. Porém, por se encontrar numa fase de recuperação e face à incerteza quanto ao futuro da gestão da ex-Empresa de Tabaco E.E., é limitado o número de trabalhadores que a empresa emprega numa base permanente.³³

A produção familiar de rendimento sofre da carência de insumos especiais. A distribuição e ou venda de adubos, insecticidas ou sementes melhoradas é condição necessária para a produção de tabaco e algodão, as principais culturas comerciais de Malema, Mutuali e Chihulo antes da independência. A produção de tabaco sofreu uma queda abrupta após a independência, acabando por paralizar devido à guerra. Actualmente a cultura está em processo de fomento, sob a iniciativa da J.F.S., que distribui sementes, adubos e insecticidas, e cria algumas condições de transporte e escoamento na altura da comercialização, cujos custos são debitados no valor do produto comercializado.³⁴ Esta medida sofre grande contestação por parte dos camponeses e alguns privados, que afirmam que o mecanismo implementado pela JFS envolve grandes riscos para os produtores no caso de más colheitas, enquanto que a empresa não corre quaisquer riscos.³⁵

6. Condições da Comercialização no Sector Familiar

As mudanças ocorridas e nós de estrangulamento verificados na rede comercial tornam este aspecto no principal entrave

fazem duas ou três viagens diárias com reservatórios de 20 litros, percorrendo, no caso de Mutuali, distâncias de pelo menos 6 kms para trazer água dos rios Nalume e Nataleia. Esta situação, segundo o Governo, está a ser combatida.³¹

A vila-sede é uma exceção, no tocante à água. Está situada entre dois rios (daí o nome colonial de Entre-Rios), o Mutivaze e o Malema, tendo o último água todo o ano. Assim, não há problemas de abastecimento de água todo o ano e a população, sobretudo feminina, dedica muito mais tempo à agricultura. Todavia, mesmo neste caso a construção de poços torna-se importante, para libertar a população desta tarefa árdua e para melhorar o nível de saúde pública.

A base alimentar do distrito é o milho, produzido por todas as famílias e complementado com a mapira, o arroz e a mandioca. Nas zonas próximas dos maiores aglomerados populacionais os camponezes recorrem às moagens (que constituem a principal indústria do distrito), mas nas zonas mais periféricas continuam a ser as mulheres quem pila os cereais para obter farinha..

QUADRO 1:
Moageiras do Distrito de Malema

Vila-sede	4
Nioce	2
Nataleia	1
Canhunha	2
Mutuali	2
Iapaca	1
TOTAL	12

Fonte: Direcção Distrital do Comércio, Setembro de 1995.

Em consequência da guerra, actualmente não existe gado bovino no sector familiar. No entanto, nota-se em todo o distrito, ainda que lento, o repovoamento de galinhas,